

UFRRJ

**INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

DISSERTAÇÃO

**PRÁTICA DE EXTENSÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: A
EXPERIÊNCIA DA SEMANA DA FAMÍLIA RURAL DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO – CÂMPUS
UBERLÂNDIA**

RUBEN CARLOS BENVENÚ MINUSSI

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PRÁTICA DE EXTENSÃO E AGRICULTURA FAMILIAR: A
EXPERIÊNCIA DA SEMANA DA FAMÍLIA RURAL DO INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO – CÂMPUS UBERLÂNDIA**

RUBEN CARLOS BENVENEGNÚ MINUSSI

Sob a orientação da Professora
Dra. Lia Maria Teixeira de Oliveira

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Área de Concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
Março de 2013**

630.71508151

M668p

T

Minussi, Ruben Carlos Benvegnú, 1952-
Prática de extensão e agricultura familiar: a experiência da Semana da Família Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Câmpus Uberlândia / Ruben Carlos Benvegnú Minussi. - 2013.
94 f.: il.

Orientador: Lia Maria Teixeira de Oliveira.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola, 2013.

Bibliografia: f. 74-80.

1. Extensão rural - Minas Gerais - Teses. 2. Agricultura familiar - Minas Gerais - Teses. 3. Educação rural - Minas Gerais - Teses. 4. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (Campus Uberlândia) - Teses. I. Oliveira, Lia Maria Teixeira de, 1959-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

RUBEN CARLOS BENVENÚ MINUSSI

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

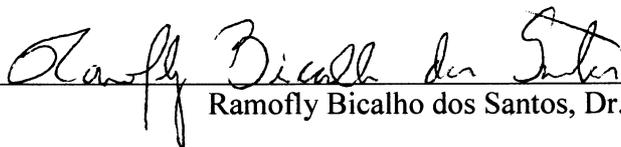
DISSERTAÇÃO APROVADA EM 28/03/2013.



Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ



Tatiane da Costa Barbe, Dra. EMBRAPA Agrobiologia



Ramofly Bicalho dos Santos, Dr. UFRRJ

Aos meus pais José Oscar *in memoriam*
e Celiz Oliva, os maiores responsáveis pela minha formação.

A minha esposa Hidenes e os filhos José Mario, Lauren e Larissa,
meus grandes incentivadores e apoiadores.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-Câmpus Uberlândia, por viabilizar estes estudos em nível de pós-graduação.

À minha orientadora Lia Maria pela competência, dedicação e incentivo durante todos os momentos do mestrado.

À Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro pela seriedade e competência na condução do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA, na pessoa de seus coordenadores, professores Gabriel Araújo Santos e Sandra Barros Sanchez, pelo entusiasmo, dinamismo e seriedade que imprimem e conduzem este programa, enaltecendo e fortalecendo o Ensino Profissional Técnico e Tecnológico.

Aos familiares, amigos e colegas de trabalho, pela compreensão e privação de convívio e faltas ao trabalho no decorrer do curso.

Aos colegas Ângela, Cínara, Eliana, João Antônio, Marcus Vinícius, Paulo Irineu, Rosemary e Zilda pelo apoio em todas as etapas de formação.

Aos servidores do PPGEA, pelo carinho e atenção, sempre buscando suprir e atender as nossas necessidades imediatas no decorrer do curso.

Aos meus colegas de turma pelo convívio, amizade, solidariedade e companheirismo durante todos os momentos do mestrado.

A Coordenação e a todos os servidores do escritório local da EMATER-MG em Uberlândia, pelo acolhimento, apoio e orientação técnica durante o estágio profissional.

A Direção e a todos servidores e alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas - Campus Satuba pela acolhida, apoio e orientação técnica-pedagógica durante a realização do estágio pedagógico, naquele Campus.

"Podemos escolher o que semear, mas somos obrigados a colher aquilo de plantamos".
(Provérbio chinês).

RESUMO

MINUSSI, Ruben Carlos Benvegnú. **Prática de Extensão e Agricultura Familiar: A Experiência da Semana da Família Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia**. Seropédica (RJ): 2012. 94f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

Este estudo tem por objetivo principal discutir o evento Semana da Família Rural em sua 23ª edição, como sendo uma metodologia/prática extensionista, capaz de mobilizar sujeitos do campo em prol de preservação e transformação de valores culturais das famílias e das comunidades rurais dos municípios de Uberlândia e demais cidades da microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Os objetivos específicos foram pensados para mostrar as demandas de aprendizagem das famílias participantes da Semana da Família Rural; diagnosticar as conquistas obtidas por estas famílias advindas de conhecimentos produzidos na Semana da Família Rural; verificar o grau de expectativa das famílias estudadas quanto à participação nas edições da Semana da Família Rural. O evento constitui um projeto de educação extensionista implementado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia (IFTM) e Emater-MG que buscam informar, ensinar, profissionalizar e oportunizar trocas de experiências entre professores do Instituto, técnicos da Emater, comunidade escolar e rural de Uberlândia e região originária das demandas surgidas no decorrer dos anos e discutidas entre representantes da Emater, sindicatos, cooperativas e associações de produtores rurais, professores e demais profissionais da equipe pedagógica do IFTM. Este trabalho se volta também para um estudo bibliográfico visando mostrar o histórico da extensão rural no Brasil e em Minas Gerais, sua conceptualização e função; sobretudo apresentou como é realizado o trabalho da Emater na agricultura familiar; destacando o objetivo da educação extensionista e do campo; além de salientar a pesquisa de campo feita durante a realização da 23ª edição da Semana da Família Rural, seus resultados e as conclusões a respeito do que foi obtido; contando, ainda, com as perspectivas perante as considerações afirmadas. A Semana da Família Rural, na condição de prática extensionista transformadora, se concretiza num evento anual organizado e implementado para incentivar e oportunizar meios que garantam as melhorias na qualidade de vida da família rural. Como diagnosticado na pesquisa, percebe-se que existe alto percentual de agricultores familiares que participam deste evento para ter contato com os agentes da Emater no intuito de receberem assistência técnica e de gerenciamento. A necessidade de saber gerenciar o negócio, diminuir custo de produção, aumentar a renda da família e melhorar as condições da vida no campo foram os maiores destaques das respostas. A busca pela profissionalização também foi um aspecto bastante contundente nas respostas do questionário e a diversidade de cursos oferecidos pelo IFTM representa a demanda por esse interesse.

Palavras-chave: Educação do Campo; Valores Culturais; Agricultura Familiar.

ABSTRACT

MINUSSI, Ruben Carlos Benvegnú. **Extensionist Education and Rural Family Week at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia (IFTM): case study of its importance in the face of family farming and its subjects.** Seropédica (RJ): 2012. 94p. Dissertation (Master Degree on Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2012.

This study aims to provide a qualitative and quantitative evaluation of the event Semana da Família Rural (Rural Family Week) in its 23rd edition, as a methodology of extensionist action, able to preserve and transform values of rural families at the communities and farms in the cities of Uberlândia and other cities at the micro-region of Triângulo Mineiro and Alto Paranaíba. The specific objectives were designed to show the learning demands of the families participating in the Rural Family Week; diagnose the achievements earned by these families resulting of the knowledge acquired through the Rural Family Week, verify the extent of expectancy of the families studied about the participation at the editions of the Rural Family Week. The event is an extension education project implemented by the Federal Institute of Education, Science and Technology of Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia (IFTM) and Emater-MG seeking to inform, educate, professionalize and create opportunities to exchange experiences among teachers of the Institute, Emater technicians, scholar and rural community of Uberlândia and the original region of demands raised from over the years and discussed among representatives of Emater, unions, cooperatives and farmers associations, teachers and other professionals in the IFTM pedagogical team. This research shows also the history of agricultural extension in Brazil and Minas Gerais, its conceptualization and function; shows how Emater work is done at the family agriculture; emphasizing the goal of extension and field educations, plus it's emphasize the field research during the performance of the 23rd edition of the Rural Family Week, its findings and conclusions as to what was obtained counting, even with the perspectives towards the considerations asserted. The Rural Family Week, in the condition of transformative extensionist practice, materializes an annual event organized and implemented to encourage and create opportunities means to ensure improvements in the quality of life of rural families. As diagnosed in the research, it is clear that there is a high percentage of family farmers participating in this event to have contact with Emater agents in order to receive technical assistance and management. The need to learn to manage the business, reduce production cost, increase household income and improve living conditions in the field were the major highlights of the responses. The pursuit of professionalization was also a rather blunt on the questionnaire answers and diversity of courses offered by IFTM represents the demand for this interest.

Keywords: Small Field Education; Cultural Values, Family Farms.

BIOGRAFIA

Nasci no interior do município de São Francisco de Assis, Rio Grande do Sul, onde iniciei a minha vida estudantil. Posteriormente fui para a cidade, para fazer o curso ginasial, o qual foi concluído em Santa Maria (RS). Naquela cidade me formei Técnico Agrícola, no Colégio Agrícola da Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 1974. Neste período de tempo interrompi meus estudos por um ano para prestar o serviço militar obrigatório.

Cheguei a Uberlândia na tarde do dia 28 de fevereiro de 1975. Em 1º de março do mesmo ano assinei o meu primeiro e único contrato de trabalho. Logo que cheguei a esse município mineiro voltei a estudar, tendo cursado por um ano a graduação de Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Retornei posteriormente ao Rio Grande do Sul, para me licenciar em Educação Agrícola pela Universidade Federal de Santa Maria, voltando ao final do curso para Uberlândia, onde me graduei em Direito pela UFU. Paralelamente fiz um curso *Latu Sensu* em Metodologia de Planejamento Educacional, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “José Olympio” de Batatais - SP.

Ao longo dos 35 anos de trabalho dedicados ao ensino na então Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro, ministrei diversas disciplinas e ocupei vários cargos de chefia, coordenação, direção de divisão, de departamento, adjunta e geral. Neste período de tempo morei por longos 18 anos na área da escola onde eu e minha esposa cuidávamos, também, de parte da criação de nossos três filhos. Em 1993, passamos a residir na área urbana de Uberlândia.

A minha trajetória profissional foi marcada por variadas e ricas experiências de vida pessoal e técnica, pois presenciei profundas mudanças políticas, econômicas e sociais deste país. Neste tempo, a instituição de ensino na qual atuo mudou de nome três vezes. Inicialmente Colégio Agrícola para Escola Agrotécnica e agora Instituto Federal de Educação.

Além da mudança de nome, a instituição enfrentou mudanças maiores, ainda, em se tratando dos órgãos mantenedores. Até conseguir autonomia administrativa, a escola passou pela dependência de inúmeras corporações públicas, como a COAGRI (Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário), SEMTEC (Secretaria de Educação Média e Tecnológica), SESG (Secretaria de Ensino Secundário Geral), SENET (Secretaria Nacional de Educação Tecnológica) e SETEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica), todas ligadas ao Ministério da Educação (MEC). Convém ressaltar que em seus primeiros anos, a escola foi

ligada à CAV (Coordenação do Ensino Agrícola e Veterinário), órgão do Ministério da Agricultura.

Acompanhei grandes mudanças da vida política do Brasil com reflexos marcantes na condução das políticas públicas no campo da educação tanto quanto às fontes de financiamento, responsáveis por momentos de estagnação e outros de relativa expansão, bem como quanto às mudanças pedagógicas resultantes de reformas educacionais implantadas pelo MEC.

Ao par que acompanhava estas transformações, a vida profissional também evoluía ao sabor das necessidades institucionais, bem como por fruto da experiência profissional acumulada. Como relatei anteriormente e como posso comprovar através de meu currículo, ministrei disciplinas nas áreas de agricultura, construções rurais, mecanização agrícola, administração rural, gestão e planejamento e sociologia, entre outras.

Através de ordens de serviço ou de portarias, ocupei, entre outros cargos, o de Chefe de Oficinas Máquinas e Equipamentos Agrícolas; Chefe da Seção Projetos Orientados; Coordenador de Formação Especial; Diretor da Divisão de Atividades Técnicas; Diretor do Departamento de Pedagogia; Diretor-Adjunto e Diretor-Geral, cargo eletivo o qual ocupo em segundo mandato.

Ao longo dos anos acompanhei, e mais do que isto, participei efetivamente da evolução da instituição de ensino, dando a ela uma grande parte da minha vida, sempre empenhado em vê-la crescer e se aperfeiçoar para melhor cumprir seu papel no contexto regional e nacional.

Ao mesmo tempo em que dediquei-me à escola, sempre procurei ser atuante junto à sociedade, especialmente no que se refere à comunidade na qual a escola está inserida. Fui um dos fundadores do Conselho Comunitário de Desenvolvimento Rural Sustentável da Comunidade de Sobradinho, responsável por grandes mudanças estruturais na comunidade rural, tais como: a implantação de linha de ônibus, estradas, telefonia rural e escola núcleo de ensino fundamental, que funciona dentro do Campus do Instituto.

Uma grande conquista profissional que muito empenhei-me em alcançar foi a aquisição de um novo prédio escolar, localizado na zona urbana de Uberlândia, no qual fosse oferecida uma série de cursos, especialmente na área de serviços.

Apesar da significativa bagagem de conhecimento e de experiências profissionais adquiridas, sempre tive vontade de fazer o curso de mestrado e só não o fiz, primeiramente, pela pouca oferta de cursos oferecidos na época ou pela dificuldade de acesso aos mesmos. Curiosamente, coube a mim e outro colega diretor, representar o CONEAF (Conselho das

Escolas Agrotécnicas Federais) na primeira reunião com a SETEC, SESU (Secretaria de Educação Superior) e CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), em 2005, com o intuito de a mesma financiar os cursos de mestrado para os professores da rede de ensino profissional. Acredito que destes primeiros entendimentos resultaram, entre outros programas, o do PPGEA (Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola).

Nos últimos anos, na condição de dirigente, preocupei-me em incentivar e viabilizar que todos os professores e servidores viessem a fazer o curso de mestrado ou doutorado. Muito mais de que por razões de ordem financeira, mas, principalmente, por ter a certeza de que neste momento posso contribuir um pouco mais com o campo da pesquisa educacional, decidi propor a minha matrícula para um curso de mestrado. Na verdade, a maior decisão disto é o fato de ter neste momento a certeza de que tenho uma rica proposta de pesquisa, a qual deve ser estudada com maior interesse, profundidade e compartilhada com todos aqueles que especialmente fazem a educação agrícola do país. A qualidade comprovada do ensino da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e do programa proposto pelo PPGEA foram também fatores que muito pesaram nesta decisão.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 01 - Comparação entre Agricultura Familiar e Não-Familiar	20
---	----

ÍNDICE DETABELAS

Tabela 01 – Cursos do Campus Uberlândia e alunos correspondentes	42
Tabela 02 – Respostas sobre a divulgação do evento.....	66
Tabela 03 – Quantidade de participantes por curso.....	67
Tabela 04 – Avaliação objetiva dos participantes em relação aos cursos.	68
Tabela 05 – Quantidade de participações no evento (por edição).....	68
Tabela 06 – Avaliação qualitativa dos cursos da Semana da Família Rural.	69
Tabela 07 – Avaliação das melhorias obtidas pelos participantes após a SFR.	69
Tabela 08 – Motivo em participar do evento.....	70

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.....	33
Figura 2 - Mapa de localização. Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.....	35
Figura 3 – Fachada do prédio principal do IFTM - Câmpus Uberlândia - Unidade I. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.....	38
Figura 4 – Fachada da Unidade II do IFTM – Campus Uberlândia. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.	41
Figura 5 – Fachada do prédio dos cursos superiores - Unidade II. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.	42
Figura 6 – Primeiro dia da Semana da Família Rural – credenciamento.	84
Figura 7 – Em busca da conscientização da gestão e planejamento rural: saberes dentro de uma nova perspectiva.	84
Figura 8 – Credenciamento: primeiro momento da Semana da Família Rural.....	85
Figura 9 – Semana da Família Rural: prática extensionista transformadora.....	85
Figura 10 – Agricultores e famílias rurais assistindo curso durante a Semana da Família Rural.	86
Figura 11 – Feira de produtores durante a Semana da Família Rural, oportunidade de profissionalização.	86
Figura 12 – Chegada dos participantes na 23ª Semana da Família Rural.	87
Figura 13 – Abertura da 23ª Semana da Família Rural.....	87
Figura 14 – Participantes assistindo a abertura da 23ª Semana da Família Rural.....	88
Figura 16 – Participantes da 23ª Semana da Família Rural na hora almoço.....	89
Figura 17 – Aula do curso de derivados de cana-cachaça.....	89
Figura 18 – Momento do curso de processamento de frutas/doces cristalizados.....	90
Figura 19 – Aula do curso de processamento de derivados de carne/embutidos.	90
Figura 20 – Aula do curso de sabonetes caseiros.	91
Figura 21 – Aula do curso de fruticultura.	91
Figura 22 – Aula do curso de processamento de derivados de leite.....	92
Figura 23 – Curso de processamento de derivados de carnes/defumados.....	92
Figura 24 – Momento do curso de inseminação artificial.	93
Figura 25 – Momento do curso de jardinagem.....	93
Figura 26 – Aula de confecção de bonecas de pano.....	94
Figura 27 – Curso de derivados de farinhas e farináceos.....	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural.

ACIUB - Associação Comercial e Industrial de Uberlândia.

AIA - American International Association.

ASBRAER - Associação Brasileira de Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CALU - Cooperativa Agropecuária de Uberlândia Ltda.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

CAV - Coordenação do Ensino Agrícola e Veterinário.

CNEA - Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo.

CNEAA - Campanha Nacional de Educação de Adultos e Adolescentes.

COAGRI - Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário.

CONEAF - Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais.

DAP - Declaração de Aptidão ao Pronaf.

DATER - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

DEA - Diretoria de Ensino Agrícola.

DEM - Departamento de Ensino Médio.

EJA - Educação de Jovens e Adultos.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural.

ENERA - Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FNE - Fundo Nacional do Ensino Primário.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IES - Instituições de Ensino Superior.

IFET - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

MA – Ministério da Agricultura.

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

MEC - Ministério da Educação.

MG - Minas Gerais.

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra.

ONGs – Organizações Não-Governamentais.

PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais.

PEC - Proposta de Emenda à Constituição.

PIB - Produto Interno Bruto.

PMU - Prefeitura Municipal de Uberlândia.

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar.

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PPA - Plano Plurianual.

PREMEM - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio.

PPGEA - Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola.

PROEJA - Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.

PROEP - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional.

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária.

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

PT - Partido dos Trabalhadores.

RS - Rio Grande do Sul.

SAF - Secretaria de Agricultura Familiar.

SEAV - Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário.

SEBRAE - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEMTEC - Secretaria de Educação Média e Tecnológica.

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SENET - Secretaria Nacional de Ensino Tecnológico.

SESG - Secretaria de Ensino de 2o grau.

SESU - Secretaria de Educação Superior.

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

SFR - Semana da Família Rural.

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

UFU - Universidade Federal de Uberlândia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1 CAPÍTULO I EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÕES	5
1.1 A Extensão Rural no Brasil	5
1.2 O papel da Extensão Rural	7
1.3 Extensão Rural: uma Questão de Semântica	8
1.4 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)	10
1.5 A Extensão Rural em Minas Gerais	12
1.5.1 O trabalho da Emater no âmbito da produção agropecuária	14
1.6 Agricultura Familiar e Extensão Rural	15
1.7 Programas de incentivo e fortalecimento à Agricultura Familiar.....	17
1.7.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - Pronaf	17
1.7.2 Política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais	18
1.8 A Secretaria de Agricultura Familiar	18
2 CAPÍTULO II EDUCAÇÃO NO CAMPO E IFTM: CURSOS DE EXTENSÃO EM PROL DO PRODUTOR RURAL.....	22
2.1 Educação no e do Campo: Conceito e Objetivos	23
2.2 Experiências de Educação Rural	24
2.3 Ações de Governo para a Educação Rural	27
2.3.1 Política do governo federal para a Educação do Campo.....	28
2.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia.....	32
2.4.1 Histórico	35
2.4.2 O contexto sócio-político-econômico da escola na época da fundação	36
2.4.3 Educação Continuada, Pós-Graduação e outros cursos oferecidos pelo IFTM 42	
3 CAPÍTULO III SEMANA DA FAMÍLIA RURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO EXTENSIONISTA.....	45
3.1 Desenvolvimento rural e suas perspectivas dentro do contexto da Extensão Rural.	45
3.2 Modelos teóricos em Extensão Rural	48

3.2.1	A família rural segundo a Emater.....	52
3.3	Projeto Semana da Família Rural como prática transformadora.....	53
4	CAPÍTULO IV 23ª SEMANA DA FAMÍLIA RURAL: ESTUDO DE CASO SOBRE OS SUJEITOS DO CAMPO PARTICIPANTES DO EVENTO.....	57
4.1	Metodologia da pesquisa	57
4.2	Material.....	58
4.3	As etapas de desenvolvimento deste estudo	58
4.4	Distribuição de questionários	59
4.5	Estágio profissional: vivência dentro da Emater-MG para o trabalho de articulação do estudo de caso	59
4.6	Desafios do Extensionista.....	63
4.7	A 23ª Semana da Família Rural: Pesquisa de Campo	65
4.8	Resultados e Discussão.....	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
6	REFERÊNCIAS	74
7	ANEXOS	81
	Anexo 1	82
	Anexo 2.....	84

INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende fazer uma discussão sobre uma prática educativa que acontece em um segmento da economia agrícola conhecido por muitos: o da Agricultura Familiar, que nem sempre é visto pelo poder público como uma estrutura de trabalho e produção capaz de manter o mercado interno ativo e competitivo. Na verdade, ela não é tratada com a atenção que lhe é devida tanto pelas autoridades, bem como pela sociedade em geral pelo simples fato da ausência de investimentos públicos para manter este setor da economia primária em movimento ascendente, o que o torna uma forma de comércio ainda pré-capitalista¹ de se relacionar com os mercados.

Pode-se afirmar que ela é percebida de uma maneira preconceituosa, como a prima pobre do setor agrícola nacional. Não se atenta que cabe a ela produzir uma grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros, sendo que alguns são produzidos exclusivamente por este segmento.

Consequentemente, quando fatores sazonais, especialmente os de ordem climática impactam a produção, com reflexos nos preços finais ao consumidor, os produtores rurais independentemente qual seja o seu perfil, invariavelmente, são responsabilizados pela elevação destes preços. Especialmente quando se trata de produtos de maior consumo pela classe média e os consumidores de baixa renda.

Por isso, este estudo intitulado **Prática de extensão e Agricultura Familiar: a experiência da Semana da Família Rural do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia** objetivou realizar uma discussão sobre uma metodologia/prática extensionista capaz de mobilizar sujeitos do campo em prol de preservação e transformação de valores culturais das famílias e das comunidades rurais dos municípios de Uberlândia e demais cidades da microrregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Essa mudança constitui-se em fomentar, ao público deste evento, a oportunidade de obter informações sobre as novidades do setor agrícola em todos os seus âmbitos e de conseguir, através dos cursos, uma formação capaz de profissionalizar-se em um seguimento e, consequentemente, gerar uma renda por meio disto.

O evento “Semana da Família Rural”, portanto, está na centralidade do estudo, em sua 23ª edição, quando, na oportunidade do estágio profissional – atividade obrigatória no PPGA, houve o ensejo de vivenciar mais uma vez, mas desta feita como estudante de pós-graduação e ainda pesquisador. Os objetivos específicos foram pensados para:

- Mostrar as demandas de aprendizagem das famílias participantes da Semana da Família Rural;
- Avaliar as conquistas obtidas por estas famílias advindas de conhecimentos através da Semana da Família Rural;
- Verificar o grau de expectativa das famílias estudadas quanto à participação nas edições da Semana da Família Rural.

A problematização que envolve esta pesquisa constitui indagações a respeito do tema que puderam corresponder efetivamente com o seu desenvolvimento, fomentando o surgimento das hipóteses e das justificativas do estudo. Dessa forma, busca-se entender: A Semana da Família Rural é um evento que pode ser considerado fruto de demandas catalogadas pela Emater e pela equipe escolar do IFTM?; Qual é a importância deste evento para os proprietários, trabalhadores e suas respectivas famílias que vivem no campo?; Quais as consequências de um projeto dessa esfera atingir os objetivos planejados pelo público-

¹ É uma agricultura com forte base de subsistência e que o excedente produzido entra nas trocas e câmbios solidários entre agricultores e também vai para feiras e mercados locais e/ou regionais.

alvo? A educação extensionista, para o homem do campo, representa uma garantia de assistência técnica e administrativa feita pela Emater e, ainda, resolve o problema do pouco contingente de técnicos desta entidade para atendimento de todas as propriedades rurais de sua abrangência?

Diante da formulação desses questionamentos voltados para auxiliar na concepção deste estudo foram delineadas as variáveis que representam uma prévia das conclusões da pesquisa. Portanto, a Semana da Família Rural constitui um projeto de educação extensionista promovido pelo IFTM e Emater-MG que busca informar, ensinar, profissionalizar e oportunizar trocas de experiências entre professores do Instituto, técnicos da Emater, comunidade escolar e rural de Uberlândia e região originária das demandas surgidas no decorrer dos anos e discutidas entre representantes da Emater, sindicatos, cooperativas e associações de produtores rurais, professores e demais profissionais da equipe pedagógica do IFTM.

Conforme já foi ressaltado, a intenção foi de realizar uma discussão sobre o evento, que para melhor ser compreendido como ação catalizadora e de mobilização entre instituições e sujeitos, buscou-se recorrer ao questionário, como instrumento de pesquisa, que foi aplicado junto dos participantes da 23ª edição do evento (metodologia que foi detalhada no último capítulo para oferecer melhor entendimento do estudo de caso).

De acordo com o que foi buscado, a Semana da Família Rural é uma prática metodológica de ação extensionista capaz de preservar e transformar valores das famílias rurais das comunidades e propriedades rurais dos municípios de Uberlândia e região no sentido de promover a profissionalização; o conhecimento de técnicas, práticas, novidades tecnológicas e estudos que possibilitem o desenvolvimento de manejos e aplicações agrícolas na propriedade rural. Além disso, é oportunidade de ensinar, sugerir e motivar a ampliação de negócios dentro e fora da propriedade rural no sentido de aumentar a renda, dar emprego a todos e diversificar a produção.

A Emater-MG, parceira do IFTM neste projeto, tem a oportunidade de estreitar laços com produtores rurais e suas famílias no sentido de garantir espaço, durante o evento, para a realização de assessoria e consultoria a estes. Por isso, as possibilidades de interação entre a instituição de ensino, a entidade governamental e o homem do campo, e seus resultados oriundos disso são implementadas durante a Semana da Família Rural.

Nesse sentido, devido à intenção de traçar um diagnóstico sobre o evento, deve-se esclarecer que a realidade do produtor rural não é fácil. Fruto da observação, convivência e depoimentos colhidos ao longo do tempo, me leva a afirmar que existe uma visão estereotipada em relação ao produtor rural e, disso, incluem-se aqueles que fazem parte da chamada Agricultura Familiar. Uma das razões disso é decorrente da forma que a mídia aborda o tema. Dentre as abordagens, as quais nem sempre fazem justiça ao homem do campo, pode-se citar as novelas ambientadas no meio rural. Especialmente aquelas de época.

As novelas normalmente são locadas em cenários paradisíacos, como montanhas e vales verdejantes, onde invariavelmente brotam flores multicoloridas, bosques frondosos e pomares cheios de belos frutos. Os córregos escorrem das montanhas ou das colinas onduladas e deslizam mansamente até despencarem em belas cachoeiras, e deslizam mansamente sobre os vales verdejantes. Pronto. O telespectador desavisado já embarcou nesta idílica viagem, suspirando e desejando fazer o mesmo que os personagens das novelas invariavelmente fazem. Eles bebem leite tirado na hora, ainda no curral, o café recém-coado com broas de milho. Se for época, comerá deliciosas pamonhas que, recheadas de queijo, serão saboreadas ainda fumegantes. No lanche da tarde, suculentas mangas e saborosas mexericas, umas mais doces como as “Poucã” e outras mais ácidas como as “Enrredeiras”. Quando o calor apertar depois de uma demorada cavalgada, nada melhor do que um banho de cachoeira. E se chover no final da tarde, talvez, “arrancar” umas minhocas e pescar uns

bagrinhos para fritar ainda à noitinha.

É preciso dar o testemunho de que, invariavelmente, diuturnamente, 365 dias do ano, feriados e dias santos, o produtor rural, especialmente aquele que é voltado para a chamada Agricultura Familiar, é “tangido” a cumprir suas obrigações rotineiras. Faça chuva ou sol, ele madrega ou faz serão, para ordenhar e tratar dos animais, semear e cultivar as plantas. Cumprindo uma faina dura e incansável.

Plantar ou criar animais, mesmo que utilizando tecnologia apropriada, tratos culturais ou manejo adequado, depende de uma série de fatores, internos e externos, controláveis ou incontrolláveis; tais como chuvas excessivas ou estiagens prolongadas, pragas ou doenças, fatores sazonais ou mercadológicos.

É necessário salientar que a Agricultura Familiar padece de uma carência de recursos tecnológicos, quer sejam a falta de máquinas e equipamentos ou instalações apropriadas quer sejam materiais genéticos testados e demais insumos para a manutenção de suas atividades produtivas. Ressalta-se que não existe uma adequada assistência técnica derivada de um sistema de extensão carentes de uma política adequada a sua consecução.

É importante enfatizar que ao longo da história deste país o produtor, especialmente aquele voltado para Agricultura Familiar, ficou a mercê de políticas ditas protecionistas, na verdade criaram uma cultura de tutela que sempre serviu aos interesses do capital. Sempre tratado como cidadão inferior, porque não dizer de segunda classe, constantemente era inculcada a ideia de que ele possuía comportamentos e atitudes que manifestavam o seu atraso, como se isto não pudesse ser mudado criando uma cultura de conformismo.

Transformações positivas começam a ocorrer especialmente por parte de uma mudança comportamental por parte dos órgãos de assistência técnica, os quais adotaram no final do século passado uma nova postura extensionista.

Aliadas ao trabalho de Extensão Rural, organizações sociais e até a Igreja têm oferecido uma assistência técnica voltada para o homem do campo de forma mais participativa em que o trabalhador proprietário ou não deve ter um papel mais participativo na tomada de decisão. Paralelamente, órgãos governamentais vêm desenvolvendo programas de assistência técnica baseados em planos de assistência e fomento, desenvolvendo projetos que visam à fixação do homem no campo, mas de uma maneira mais digna, preservada a sua identidade cultural, costumes e tradições.

O antropólogo Edward Tylor reuniu os significados das palavras *culture* (inglesa), *kultur* (alemã) e *civilization* (francesa) e definiu cultura como sendo um emaranhado de saberes que incluem conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo ser humano devido ao fato de fazer parte de uma sociedade.

Tomando por referência a definição de Edward Tylor para a cultura foi constatado que qualquer intervenção de um extensionista ao prestar assistência técnica deverá ter o cuidado de não violar os valores inerentes ao produtor rural, preservando sua identidade cultural. Evoluir sim, mas sem perder sua pureza de princípios e valores, seus hábitos e costumes.

O estudo foi dividido em quatro capítulos, os quais foram organizados da seguinte maneira:

Capítulo 1 “Extensão Rural e Agricultura Familiar: Conceitualizações” mostra o histórico da extensão rural no Brasil e em Minas Gerais, sua conceitualização e função; aborda o surgimento da PNATER e destinação; a definição de Agricultura Familiar; além de apresentar como é realizado o trabalho da Emater na Agricultura Familiar e os programas de incentivo e fortalecimento à Agricultura Familiar.

Capítulo 2 “Educação no campo e IFTM: cursos de extensão em prol do produtor rural” apresenta a definição e o objetivo da educação extensionista; a distinção entre educação no e do campo; as ações governamentais para implementar a educação no campo; além de

mostrar em que se constitui o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) - Câmpus Uberlândia, seu histórico e estrutura.

Capítulo 3 “Semana da Família Rural: Desafios e possibilidades na educação extensionista” trata a respeito da postura extensionista no entendimento/prática da Emater; o desenvolvimento rural e suas expectativas dentro do contexto da Extensão Rural e apresenta o objeto de estudo desta pesquisa que é o projeto Semana da Família Rural, seu histórico, objetivos e perspectivas em torno deste.

Capítulo 4 “23ª Semana da Família Rural: Estudo de caso referente ao público participante do evento” aborda sobre os desafios do extensionista; a vivência proporcionada pelo estágio profissional envolvendo a Emater-MG; salienta-se a pesquisa de campo feita durante a realização da 23ª edição da Semana da Família Rural, os resultados e as conclusões a respeito para proporcionar ao leitor melhor entendimento sobre as intenções deste estudo.

1 CAPÍTULO I

EXTENSÃO RURAL E AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITUALIZAÇÕES

Para tratar a respeito da “Semana da Família Rural”, na condição de prática extensionista transformadora, que se concretiza num evento anual organizado e implementado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Câmpus Uberlândia e Emater-MG, deve-se revelar a importância desta semana perante as famílias das comunidades rurais do município sede e demais cidades da microrregião do Alto Paranaíba e do Triângulo Mineiro.

Adotando esta compreensão, faz-se mister entender os conceitos de Extensão Rural e Agricultura Familiar no Brasil e também em Minas Gerais de modo que estas referências sejam norteadoras no sentido de embasar os objetivos deste estudo.

1.1 A Extensão Rural no Brasil

Conforme havia feito menção, conceituar “Extensão Rural” é dar significância a um dado fator que existe como forma de representação. Neste caso, Caporal (1991, p. 19) considera “Extensão Rural” uma “prática socialmente sancionada, executada por uma organização, mediante a atuação de profissionais”. Assim, destaca-se que é parte de uma atuação organizada “capaz de ajudar as famílias rurais a resolverem seus problemas e melhorarem seus níveis de vida, a partir da intervenção nas relações de produção, mediante um processo educativo” (CAPORAL, 1991, p. 19).

Desta feita, é algo pertinente de ser tratado neste trabalho devido à sua intenção de estar relacionado diretamente com a institucionalização da prática rural na Agricultura Familiar, o auxílio que presta ao formar transformadores de uma realidade a outra.

Assim, as primeiras experiências mais emblemáticas de Extensão Rural no Brasil datam do ano de 1948, em Minas Gerais, com o trabalho desenvolvido pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Esta experiência toma como modelo a realizada pela *American International Association* (AIA), que pretendia difundir o modelo de extensão norte-americano, visando ao crescimento de países em desenvolvimento. A ACAR surge, portanto, por meio de convênio celebrado entre o governo de Minas Gerais e a AIA, introduzindo, com isto, o conceito de extensionista no Brasil (SILVA, 1986).

Por isso, pode-se caracterizar a extensão como uma atividade integrada entre agências e/ou instituições, tomando por base a realidade rural, por intermédio de sistemas educacionais, utilizados para estimular novas lideranças e o trabalho grupal, adotando a família como uma unidade de trabalho, com características e objetivos próprios, mas sintonizados com as demandas regionais ou nacionais, começa-se e fortalece-se o processo educativo do produtor rural, articulado com a pesquisa. Em resumo, torna o produtor um agente de transformação social do país.

A maioria possui uma visão distorcida do que é verdadeiramente a Extensão Rural no Brasil. Portanto, é comum percebê-la como um “serviço” e não como uma área do conhecimento científica que contempla diversos saberes. Seu papel foi historicamente resumido à transferência de tecnologias agropecuárias, o que restringiu, também, a exigência da formação profissional aos contornos da dimensão técnica relativa à produção agrária.

Esse modelo tradicional entrou em crise e muitas instituições foram extintas. Porém, as necessidades de apoio à Agricultura Familiar, as disposições constitucionais, a crise do abastecimento e a elevação dos custos dos alimentos se conjugaram para despertar a sensibilidade dos governantes para o problema da assistência técnica. Nessas circunstâncias, surgiu o empenho para a reestruturação do sistema.

A conjuntura, contudo, exige uma nova forma de atuação metodológica para a aplicação prática da Extensão Rural. Por isso, essa pesquisa visa atender essa exigência, bem como aos anseios e preocupações da maioria dos técnicos engajados na construção de uma nova prática. Seu resultado caracteriza a estruturação de uma atividade com embasamento científico, portanto, constituindo-se como um ramo do conhecimento.

Segundo Mendonça (2010), em virtude da emergência de um novo paradigma de educação rural após a II Guerra Mundial, houve a necessidade de se ressignificar o conceito vigente, inserindo novas práticas de ensino agrícola no Brasil, a partir de acordos de cooperação firmados entre o governo norte-americano e o Ministério da Agricultura brasileiro. Buscava-se, com isso, a inserção do agricultor brasileiro no mundo do grande capital.

Contudo, a relação entre essas duas nações constituiu-se na adoção de práticas alóctones que, na verdade, encobria um discurso de caráter político-ideológico, tanto que na década de 1950, o projeto norte-americano assumiu a dimensão de política pública com abrangência nacional.

Apesar da grande evolução dos serviços de assistência técnica e Extensão Rural ocorrida após a II Guerra, passando pelo regime militar no Brasil (que estatizou esses serviços, criando a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater, dando novos contornos aos trabalhos extensionistas); ainda, há muito a fazer para que o pequeno produtor rural e sua família sejam beneficiados pelas políticas de governo voltadas para a produção agrícola.

Dessa maneira, conforme a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) (1981, p. 8 *apud* CAPORAL, 1991, p. 11-12) - extinta em 1990 - orientava desde o início da década de 80,

que o planejamento local (municipal) dos escritórios de extensão deveria ser modificado e dizia que 'a maneira participativa de planejar é a mais afetiva para realizar o trabalho educacional de Extensão'. E definia o novo método proposto da seguinte forma: 'Entende-se que o planejamento participativo constitui um processo político, um contínuo propósito coletivo, uma deliberada e amplamente discutida construção do futuro da comunidade, na qual participe o maior número possível de membros de todas as categorias que a constituem'.

Assim, no decorrer dos anos, essa prática social foi se transformando e tomou a figura identitária do que o Estado busca em termos de institucionalização e o que a categorização modelou na concepção de educação e cooperação dos produtores rurais. Para entender essa função da Extensão Rural, no próximo tópico será discorrido a respeito dos mecanismos que organizam e dimensionam-na.

Na década de 90 e início do século XXI, foram estabelecidas e passaram a ser implementadas, pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), ações do governo federal direcionadas a qualificar, reorganizar e o fortalecer os serviços da ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) no Brasil. Essas ações constituem-se na prestação de serviços: os produtores são atendidos nas solicitações para levantamentos topográficos; projetos de irrigação e drenagem; cálculos e dimensionamento de canais; levantes e barragens; análises de solo e sementes; orientação técnica na implantação e condução das lavouras.

Além de difusão de tecnologia que transfere conhecimento e técnicas recomendadas para os agricultores e tudo o que esteja relacionado ou possa auxiliar o produtor na obtenção de bons resultados nos empreendimentos. Para tanto, são realizadas palestras, dias de campo, seminários e reuniões. São também distribuídos materiais de divulgação, como revistas, folders, manuais técnicos e outros.

Assim, a Extensão Rural contribui para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento social, adotando-se métodos participativos alicerçados em uma prática dialógica. Essa Extensão Rural busca melhorar a relação entre o urbano e o rural, para o desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida.

1.2 O papel da Extensão Rural

A Extensão Rural tradicional e difusionista necessita de mecanismos logísticos estruturantes, de informações confiáveis dos problemas, baseados na realidade local, de pesquisas desenvolvidas e aplicadas para solucionar os desafios e de pessoal técnico treinado, além de fatores de estímulo e crédito. Em síntese, segundo Costa e Costa (2011), o papel da Extensão Rural revela algumas finalidades, tais como:

- a) Melhorar as condições econômicas e sociais da população;
- b) Aplicar na propriedade rural os resultados da pesquisa e conhecimentos científicos;
- c) Melhorar a qualidade de vida do produtor rural, convencendo-o de que ele é merecedor disto;
- d) Desenvolver aspirações por mudanças no campo técnico, econômico e social;
- e) Criar na população uma sinergia no alcance de melhores condições de trabalho e de vida;
- f) Incorporar na população rural, a iniciativa de participar de programas governamentais de desenvolvimento por meio da educação;
- g) Acelerar o crescimento e o desenvolvimento econômico e social das áreas rurais, resultando no crescimento dos níveis de emprego e renda do agricultor; e
- h) Estabelecer uma ponte de intersecção entre a pesquisa e a produção, realimentando o processo.

A pesquisa e a extensão são interdependentes, pois uma gera conhecimento e a outra se incumbem de socializá-la. Diante disso, pode-se afirmar que a pesquisa tem origem na própria produção, por meio da constatação de problemas localizados nos diferentes processos produtivos. A partir daí, passa-se à experimentação que possibilita obter resultados parciais, não definitivos, que subsidiam os pesquisadores a gerar novas tecnologias que serão incorporadas.

A Extensão Rural é a ferramenta necessária para implementar o uso desse conhecimento alcançado e da técnica proposta, é o meio de socializar os saberes sobre gestão, técnicas e práticas agrícolas, culturais, ambientais, etc. Com isso, pode-se relacionar uma série de dificuldades na execução da Extensão Rural, como aconteceu na década passada, por exemplo:

- a) Falta de estrutura tanto no campo material, como pessoal;
- b) Falta de dados para diagnosticar as diferentes situações;
- c) Baixo nível de escolaridade da população rural;
- d) Falta de envolvimento voluntário da população; e
- e) Falta de políticas agrícolas definidas e planejadas.

Como consequência, conforme descreve Freire (1983), a educação/capacitação participativa coincide com a produção coletiva do saber; leva em consideração os diferentes

modos de sentir/pensar/agir, que, mediante o confronto permanente com outros modos de sentir/pensar/agir são modificados, por meio dos debates e das discussões. O produtor é um ser ativo, é o sujeito que se relaciona com o mundo e atua sobre ele, individual e coletivamente, numa perspectiva de transformação e recriação, sendo assim sujeito e nunca objeto do processo educativo.

Assim, Caporal (1991, p. 45) critica:

na medida em que os extensionistas são orientados para a inculcação de novas idéias, para fazer com que seu conhecimento técnico seja prevalecer nas relações com o povo rural, de forma a garantir pela ‘modernização’ as mudanças que possam fazer do setor ‘atrasado’ um setor ‘moderno’, mediante a introdução de elementos que quebrem o equilíbrio de determinado ‘sistema social’ para que este se reequilibre num patamar mais elevado após a ‘adoção das novas idéias’, fica claro que esta expressão ‘extensão educativa’ só tem sentido se toma a educação como prática da ‘domesticação’.

Conforme se pode observar, as críticas relatadas mostram que a Extensão Rural representou um marco na proposta de inovação e desenvolvimento nas comunidades rurais, transportando-as a um novo cenário sócio-político e econômico (além de cultural) para agregar valor a essas pessoas e seus produtos/trabalhos. Logo, com a adoção de técnicas modernas capazes de promover uma dinâmica econômico-social favorável dentro do mercado e aumentar a renda.

1.3 Extensão Rural: uma Questão de Semântica

O modelo de Extensão Rural introduzido no Brasil é analisado e criticado pelo eminente educador brasileiro Paulo Freire (1983), em obra publicada originalmente no ano de 1969, quando se encontrava exilado no Chile: “Extensão ou comunicação?”. Neste ensaio, ele aborda sobre a metodologia difusionista utilizada pelos extensionistas à época, que tinham a técnica difusionista para persuadirem os agricultores para a adoção da inovação tecnológica.

Ao prefaciá-la obra, em 1968, Jaques Chonchol (1983) diz que, folheando suas páginas, observa-se a pobreza e limitações do conceito de “extensão” agrícola – que tem perdurado tanto entre os brasileiros como em outros países da América Latina, apesar da generosidade e boa vontade daquelas pessoas que se dedicaram à concepção do livro.

Chonchol (1989, p. 7) afirma,

Percebemos que sua falta de resultados se devia, no melhor dos casos, a uma visão ingênua da realidade e, no caso mais comum, a que o técnico enfrentava o camponês inserido em uma estrutura agrária tradicional. Paulo Freire nos mostra como o conceito de extensão engloba ações que transformam o camponês em coisa, objeto de planos de desenvolvimento que o negam como ser da transformação do mundo. Este conceito de extensão tem por finalidade substituir a educação recebida pelo ‘atrasado’ camponês pela propaganda originada num mundo culturalmente muito diverso.

Desta forma só lhe é permitido ser ele um ‘depósito’ daquilo que lhe é imputado de forma massiva e mecânica pelos técnicos extensionistas – vistos e entendidos como seres superiores. Isto confere ao camponês um papel secundário, subserviente, desprovido de vontade própria, tornando-o um ser aculturado e relegado a um papel secundário destinado aos seres inferiores. Paulo Freire nos diz, com toda razão, que conhecer não é o ato por meio do

qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que o outro lhe dá ou lhe impõe.

Para que ocorra uma adequada construção do conhecimento, o homem deve ter a liberdade e o estímulo de adotar uma postura investigativa, e muito mais do que isto, comparativa e questionadora, em relação ao meio em que está inserido e a ligação deste com o mundo externo.

Ainda, segundo Paulo Freire (1983), quando uma ação extensionista é direcionada a um fenômeno natural ou produzida pelo homem ou um desafio na sua forma concreta ou objetiva, desconsiderando a presença física e os aspectos humanos do camponês, o conceito de extensão perde o sentido. Há de se considerar, portanto, que a extensão se dá no domínio humano e não do natural. Assim afirma em sua crítica que o agrônomo trabalha para garantir a transferência do saber, mas não há comunicação dialógica,

o que caracteriza a comunicação enquanto este comunicar comunicando-se, é que ela é diálogo, assim como o diálogo é comunicativo. Desta forma, na comunicação não há sujeitos positivos. Os sujeitos co-intencionados ao objeto de seu pensar se comunicam seu conteúdo (FREIRE, 1983, p. 67).

Freire (1983) diz que a extensão de seus conhecimentos e de suas técnicas deve ser feita aos homens para que eles possam se tornar agentes de transformação, com o objetivo de tornar melhor o mundo em que estão inseridos. O conceito de extensão, desprovido de um sentido humanista, perde todo e qualquer sentido. Ele ainda que,

parece claro o equívoco ao qual nos pode conduzir o conceito de extensão: o de estender um conhecimento técnico até os camponeses, em lugar de (plena comunicação eficiente) fazer do fato concreto ao qual se refira o conhecimento (expresso por signos linguísticos) objeto de compreensão mútua dos camponeses e dos agrônomos (FREIRE, 1983, p. 70).

Paulo Freire (1983), na referida obra, faz, ainda, a seguinte consideração:

Não é uma forma de intervenção no mundo. Intervenção que além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados e/ou aprendidos implica tanto o esforço da reprodução da ideologia dominante quanto ao seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas. Neutra 'indiferente' a qualquer dessas hipóteses, a da reprodução da ideologia dominante ou a de sua contestação, a educação jamais foi, é, ou pode ser. É um erro decretá-la como tarefa apenas reprodutora da ideologia dominante como erro é tomá-la como uma força de desocultação da realidade, a atuar livremente, sem obstáculos e duras dificuldades

Posto que as problemáticas enfrentadas pelos moradores e agricultores rurais são diversas, permeadas pela cultura e contexto socioeconômico e ambiental, também, Freire (1983) assim se manifesta:

[...] o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que ao ser educando, também educa. Ambos assim se tornam sujeitos do processo em que crescem junto e em que os 'argumentos de autoridade' já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de estar sendo com as liberdades e não contra elas (1983, p. 68).

Considerando-se esta análise, tem-se, como ponto de partida, uma reflexão sobre quais ações devem ser consideradas como prioritárias para aqueles que vêm sendo assistidos pelos projetos de extensão.

Antes de tratar sobre quem são beneficiários da Extensão Rural, é necessário recorrer a uma questão presente na literatura que propõe que seja estabelecida uma distinção entre Extensão Agrícola e Extensão Rural.

Diesel e Dias (2009) propõem a diferenciação, partindo do pressuposto de que enquanto a Extensão Agrícola trata essencialmente de aspectos relacionados à eficiência técnica e econômica dos processos de produção agropecuária, a Extensão Rural integra-se à diversidade das intervenções orientadas à promoção de maior sustentabilidade, dinamismo econômico e equidade social no meio rural.

1.4 Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER)

A Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, instituiu a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), bem como altera a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 (Dou. 12/01/2010, Apl. pág. 1).

A referida lei, em seu inciso I, declara que os beneficiários do PNATER são “os assentados da reforma agrária, os povos indígenas, os remanescentes de quilombos e os demais povos e comunidades tradicionais” e; no inciso II, “os agricultores extrativistas e pescadores, bem como os beneficiários de programas de colonização e irrigação enquadrados nos limites daquela lei” (nos termos da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006) (PLANALTO, 2010).

Deve-se atentar, também, ao que dispõe o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que estabelece a política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. A intervenção pública, por meio de políticas voltadas para o setor é fundamentada por este decreto ao estabelecer as características deste segmento, conforme seus incisos I, II e III:

Povos e comunidades tradicionais, grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem, como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais com condição para sua reprodução cultural, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição; Territórios tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporariamente [...] e Desenvolvimento sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltados para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para gerações futuras (PLANALTO, 2007).

Em geral, questiona-se sobre quais são os principais problemas da agricultura brasileira atualmente. Com certeza, são muitos e graves para que se possa apontar este ou aquele como mais premente. Contudo, faz-se necessário que cada pessoa, cada cidadão pense por si mesmo sem se deixar influenciar pelo que os formadores de opinião-manipuladores desejariam que a grande massa da população pensasse.

Pode-se afirmar que um dos grandes problemas da agricultura brasileira reside na ausência de uma política de assistência técnica e extensão rural. Um grande retrocesso se instaurou em todo território nacional, após a extinção da Embrater durante o governo Collor (1990-1992), quando a união transferiu para os estados a responsabilidade de estes manterem as atividades de assistência técnica e extensão (PEIXOTO, 2008).

Muitos estados da federação, a exemplo de Minas Gerais, passaram a arcar com o ônus de manterem um quadro técnico e administrativo, com recursos próprios, para prestar uma enorme e variada gama de atividades, tanto na implantação de projetos nas mais diversas áreas de produção agrícola, bem como na área de assistência ao desenvolvimento social no meio rural. Soma-se a isto a imensa área a ser atendida nos inúmeros municípios atendidos. Isto causou reflexos danosos à política salarial, voltada para os técnicos extensionistas.

Em razão de não mais existir um órgão nacional de assistência técnica e extensão rural teve reflexos extremamente prejudiciais na difusão das novas tecnologias desenvolvidas pela Embrapa. O que conferiu um atraso na absorção e implantação de novos materiais genéticos e de manejos mais modernos, causando enormes prejuízos à agricultura nacional (PEIXOTO, 2008).

Trata-se de uma questão político-cultural e, também, educacional. Os produtores rurais, em geral, não são preparados para exercerem profissionalmente suas atividades:

A Extensão Rural, que poderia sanar esta falha educacional, ainda que parcialmente, não existe e, para agravar a situação, ela sequer é reconhecida como existente. Seu papel na resolução de boa parte dos problemas técnicos e ambientais da produção agropecuária brasileira deveria ser óbvio. Esta situação não deveria perdurar (GUEDES, 2009, s. p.).

As especificidades da Agricultura Familiar forçam o estabelecimento de estratégias organizacionais que levam à construção de arranjos institucionais, ora individuais, ora coletivos. A economia institucional propõe que o desempenho dos arranjos institucionais advenha de regras que premiem ou restrinjam os benefícios e os custos das atividades. “Agricultores familiares tradicionais; assentados pela Reforma Agrária; extrativistas florestais; quilombolas; ribeirinhos; indígenas; pescadores artesanais entre outros beneficiários dos programas do MDA” (PNATER, 2005, p. 22).

A chamada “Agricultura Familiar” abrange diferentes públicos, conforme consta na PNATER, formulada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER), da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Os aproximadamente 930,5 mil assentamentos, ou seja, os produtores rurais donos de 87,5 milhões de hectares, de modo geral, enfrentam ou já se deparam com problemas para estabelecerem-se como geradores de produtos para o autoconsumo e mercado. Existem vários aspectos que podem influenciar na organização das unidades de produção que precisam ser estabelecidas nesses locais e nas modalidades produtivas de uma comunidade rural, como os de ordem edáficos, macroeconômicos, jurídicos e sociais (BONNAL et. al., 1994).

Assim, o que deve ser ressaltado no processo de especialização, concentração, centralização e verticalização em curso nas grandes cadeias do agronegócio, torna-se essencial, para a sobrevivência dos agricultores que estão na base da rede, a criação de estratégias e mecanismos que impeçam a sua exclusão dos processos econômicos (GREGOLIN; BOTELHO FILHO, 2005).

Diante disso, segundo os referidos autores, os agricultores familiares necessitam implementar alternativas de gestão e organização social para comercializarem seus produtos e se manterem na linha de produção. Assim, uma etapa importante e estratégica para consolidar

processos de comercialização, principalmente coletiva, é a constituição da administração de atitudes, de forma autônoma.

A coordenação nos sistemas produtivos deve ser construída por aqueles que fazem parte dessas corporações. Para a redução do chamado custo de transação, os agentes podem fazer uso de mecanismos de comercialização mais apropriados, ou seja, estruturas de governança que favoreçam a continuidade do processo produtivo e de negociação com embasamento no que acontece no setor (GREGOLIN; BOTELHO FILHO, 2005).

Esses autores afirmam que o leite tem um papel estruturante nas propriedades de agricultores familiares de todo o país. Tanto pode fazer parte da colocação principal na produção do negócio e na geração de renda da propriedade como pode ter uma posição complementar em termos de produção de rendimentos, a partir de sua comercialização *in natura* ou processado. Os arranjos institucionais dos produtores rurais familiares para a comercialização deste produto podem representar ganhos expressivos em termos econômicos e sociais.

É por isso que os assentamentos de Reforma Agrária, por exemplo, em suas especificidades, apresentam características organizacionais que, em sua maioria, necessitam de investimentos para seu fortalecimento e a geração de renda por meio de um determinado produto pode integrar ações e pessoas promovendo o desenvolvimento da comunidade (GREGOLIN; BOTELHO FILHO, 2005).

Diante do que os produtores rurais familiares percebem num cenário de constantes mudanças e transformações estruturais, econômicas, políticas e sociais no qual o agronegócio está inserido, faz-se apropriado considerar os diferentes componentes relacionais que integram a rede de relações sociais que permitem a construção de mercados para produtos agrícolas dos agricultores familiares, conforme será tratado no próximo tópico desse estudo.

1.5 A Extensão Rural em Minas Gerais

Segundo a Emater (2011), a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), fundada em 1948, foi a primeira experiência brasileira direcionada para a introdução de novas técnicas de agricultura e economia doméstica, de incentivo à organização e de aproximação dos saberes oriundos dos centros de ensino e de pesquisa aos produtores rurais. Essa entidade possuía equipes de trabalho nos municípios de Minas Gerais, onde prestavam assistência técnica aos agricultores que a solicitassem.

De acordo com a Emater,

em 1974, o serviço de extensão coordenado pela ACAR foi estatizado, com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), responsável pela coordenação de todas as EMATERes – empresas públicas estaduais vinculadas às Secretarias de Agricultura dos estados, criadas em substituição às ACARes (EMATER, 2011).

O histórico da Emater-MG mostra que esta foi criada em 1975, ao mesmo tempo em que era extinta a ACAR, com o objetivo de planejar, coordenar e executar programas de assistência técnica e Extensão Rural aos produtores rurais. A ideia era difundir conhecimentos de natureza técnica, econômica e social para aumento da produção e produtividade agrícolas e melhoria das condições de vida no meio rural do estado, de acordo com as políticas de ação dos governos estadual e federal.

Entretanto,

com a crise econômica iniciada em 1979 e a conseqüente redução de recursos, aconteceram mudanças com relação ao público atendido. A assistência técnica se volta para pequenos e médios produtores e produção de alimentos básicos. A responsabilidade de assistir os grandes produtores foi direcionada para as empresas privadas de assistência técnica. Em 1990, com a extinção da EMBRATER, a coordenação do Sistema passa para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em seguida para a Associação Brasileira das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER) e, recentemente, para o MDA (EMATER, 2011).

Dessa forma, a entidade passou por um processo de modernização, incorporando a visão de foco no cliente e nos resultados desejados, definindo sua missão e objetivos estratégicos para garantir sua sobrevivência. Além disso, é importante destacar que esta oferece serviços aos médios e grandes produtores, com o objetivo de gerar recursos adicionais, para ampliar e melhorar o atendimento aos produtores rurais de Agricultura Familiar que são parte principal para se trabalhar o foco da Extensão Rural.

Assim, a partir de 2003, a Emater-MG, mediante aos avanços da tecnologia e ao impulso da competitividade e globalização de insumos, técnicas e conhecimentos na área de desenvolvimento sustentável, começa a consolidar-se na área tendo um papel destacado na construção e implementação de políticas públicas de uso sustentável da terra.

Segundo o histórico da Emater,

A EMATER-MG atua como um dos principais instrumentos do governo de Minas Gerais para a ação operacional e de planejamento no setor agrícola do Estado, especialmente para desenvolver ações de extensão rural junto aos produtores de agricultura familiar. O território mineiro constitui sua área específica de atuação; buscando resultados como: a) a melhoria da qualidade de vida e condições de produção dos produtores de agricultura familiar; b) a inclusão social de grupos e comunidades rurais, por meio de programas geradores de emprego e renda, e; c) as ações de organização rural para o desenvolvimento com sustentabilidade e atendimento aos direitos de cidadania (EMATER, 2011).

Assim, o amparo à Agricultura Familiar oferecido por essa entidade é consequência de uma política estratégica para preservar a segurança alimentar e nutricional, proporcionar a inclusão social de grupos marginalizados e permitir o desenvolvimento sustentável de toda a sociedade mineira.

Destarte, a Emater-MG implementa suas ações em parceria e de forma integrada tanto com o Sistema Operacional da Agricultura de Minas Gerais; quanto com produtores rurais – suas formas associativas e entidades de classe; com diversas organizações e empresas do setor privado e público e, especialmente, com o Poder Público Municipal.

Em decorrência, o documento intitulado “Planejamento Estratégico 2007-2010” (EMATER-MG, 2007), elaborado durante a gestão do presidente da Emater-MG, José Silva Soares, no governo Aécio Neves (1 de janeiro de 2003 até 31 de março de 2010), informava a missão, a visão e o foco da sua ação, as quais são:

Missão: Promover o desenvolvimento sustentável, por meio da Assistência Técnica e Extensão Rural, assegurando a melhoria da qualidade de vida da sociedade mineira; Visão: Ser reconhecida pela sociedade como a melhor empresa de assistência técnica e extensão rural na promoção do Desenvolvimento Sustentável; e Foco da ação: Implementar políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável, com foco na

agricultura familiar, alinhadas ao Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado do Governo de Minas Gerais, à Política Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e à Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG, 2007).

Com isso, de acordo com esta referida publicação, o conhecimento sobre o cerne das pressões competitivas constitui-se no pilar da agenda estratégica para o desenvolvimento de uma ação em prol das políticas públicas em relação à Agricultura Familiar. Assim, faz realçar os pontos fortes e fracos mais importantes; direciona o seu posicionamento no campo da assistência técnica e Extensão Rural; revela as áreas em que as mudanças estratégicas provavelmente irão proporcionar o maior e mais eficaz resultado, identificando ainda os pontos em que as tendências setoriais são mais significativas.

Em consequência, a Extensão Rural é um processo educativo dialógico com a participação da comunidade rural tornando-se agentes ativos e responsáveis pelo próprio progresso, os agricultores familiares têm a disposição maneiras de aliar saberes às suas realidades para melhorias na geração de renda.

Assim, a atuação do produtor rural abrange outro conceito: o de buscar respostas aos problemas; adequar meios estruturais à realidade e priorizar ações sociais, culturais e políticas no cerne do cotidiano das comunidades rurais. Em decorrência, a extensão promove a educação, a consciência de que se pode elevar o nível socioeconômico da família rural, ofertando novos conhecimentos, desenvolvendo habilidades e formando atitudes por meio do diálogo.

1.5.1 O trabalho da Emater no âmbito da produção agropecuária

A Emater-MG presta assistência técnica e Extensão Rural aos produtores rurais, trabalhando, nas áreas de agropecuária, bem-estar social, recursos naturais e meio ambiente, abastecimento e mercado, desenvolvendo serviços que vão desde a assistência técnica aos produtores rurais de Agricultura Familiar, seus núcleos familiares e suas organizações, nas atividades desenvolvidas em diversas cadeias produtivas até a diversificação e ampliação de seus serviços, passando a ser centro de referência de informações econômicas, políticas, de mercado e de conhecimentos e tecnologias necessárias ao desenvolvimento sustentável dos municípios que, em sua maioria, tem no agronegócio empresarial e familiar a principal base de sua economia (EMATER-MG, 2012).

Desta feita, a entidade possui programas estruturadores que visam planejar de forma estratégica todas as atividades. Também é fundamental para preservar a efetividade das ações a serem desenvolvidas e alcançar os resultados desejados pela sociedade. Como parte deste planejamento, a entidade implantou tais programas estruturadores voltados para a Agricultura Familiar e responsáveis por fornecer benefícios a toda a comunidade. Como garantia de resultados destes programas, a Emater-MG adotou o sistema de gerenciamento, que permite planejar e acompanhar o andamento de todas as ações e atividades de cada projeto, bem como corrigir a tempo problemas que possam comprometer as metas e os resultados.

Os programas estruturadores são os seguintes:

I - Agrega Minas: Assistência Técnica e Extensão Rural na Reforma Agrária, Certificação do Café, Comunicação, Desenvolvimento de Pessoas, Informações para Mercado, Inovação em Gestão Pública;

II - Minas Sem Fome: Transformar, Verde Minas.

No âmbito da unidade regional da Emater-MG, escritório de Uberlândia, são trabalhados cerca de 18 programas e projetos, atuando nas áreas de assistência técnica;

Extensão Rural; gestão do agronegócio; educação ambiental; distribuição de implementos e insumos aos pequenos produtores; qualificação técnica, inclusive de jovens produtores; nas diversas cadeias produtivas do agricultura, pecuária e floresta; para apoiar agricultores familiares, assentados da Reforma Agrária, enfim, pequenos produtores rurais, em seus diversos ramos de atuação, buscando agregar valor à produção, inclusive com certificação de alguns produtos, como o café, por exemplo; para sua melhor inserção no mercado (EMATER-MG, 2012).

É importante salientar que muitos desses projetos desenvolvem-se em parceria com as prefeituras, pois projetos dessa qualidade agregam valores aos municípios, melhorando a qualidade de vida e o poder de compra dos seus habitantes.

Outra questão importante é no que se refere ao modelo de atuação da Emater – não só de Minas Gerais, mas de todo o país – assim como diversas outras instituições, como as ONGs, têm mudado a cada dia, tanto pelo acesso às novas tecnologias aplicadas ao campo, como também, pelas pesquisas realizadas na área de Extensão Rural. Estas últimas têm contribuído para o incremento da visão extensionista como uma área do conhecimento, de cunho científico (de pesquisa), e não apenas a mera transferência de informações sobre tecnologias agropecuárias.

Também, estabelecem que o trabalho de Extensão Rural deve voltar a atingir o seu público-alvo original, ou seja, pequenos agricultores, em especial, aqueles que lidam com Agricultura Familiar; pois não são raros os casos em que os poderes públicos de todos os níveis – municipal, estadual e federal – empreenderam políticas públicas que desviaram-se do seu foco, prestando serviço, na verdade, a latifundiários, em função de atender o interesse do “agronegócio”, sem dar apoio àqueles que realmente precisam de áreas e estruturas que possibilitem seu desenvolvimento.

O trabalho de Extensão Rural, nos dias de hoje, deve, pois, atender às necessidades do pequeno produtor, direcionando os recursos necessários para o desenvolvimento do empreendimento agrícola. Para isso, há que atender as exigências atuais, que não são apenas técnicas, mas se relacionam a uma mínima gama de saberes e compreensão das teorias sobre educação, comunicação, ação social, sociologia rural, antropologia cultural e política agrária.

1.6 Agricultura Familiar e Extensão Rural

Tratar sobre Agricultura Familiar é destacar a produção camponesa que desde os tempos antigos era feita pelos familiares, ou seja, ao mesmo tempo detém a posse dos meios de produção e realiza o trabalho na unidade produtiva, podendo fabricar tanto para sua subsistência como para o mercado. A produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e desenvolvimento da família. Nesse sentido, o conjunto de mecanismos de políticas públicas, que envolvem desde a Reforma Agrária até o crédito, a Extensão Rural e a educação no campo, são aspectos essenciais para garantir que os agricultores familiares ampliem suas potencialidades na realização das funções de procedimentos oriundos da Extensão Rural.

A relação da agricultura familiar com recursos naturais é considerada positiva quando ela está enraizada no meio físico, tendo controle sobre seu processo produtivo. Seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica diz respeito à sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais, percebidos como um patrimônio familiar (ALTAFIN, 2007, p. 16).

Dessa maneira, pode-se entender que hoje a questão da Extensão Rural no país já está

sendo moldada para apresentar suas verdadeiras funções. Por isso, tramitou e foi aprovada na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 460/10, do deputado Assis Couto (PT), que obriga a União, Estados e Municípios a destinarem percentuais mínimos de seus orçamentos à Agricultura Familiar, de forma semelhante à vinculação já existente para a educação e saúde. Os valores e as condições para aplicação dos recursos ainda não foram estabelecidos em lei complementar (AGÊNCIA CÂMARA, 2010).

A justificativa do projeto de lei constitui no entendimento de que a Agricultura Familiar é responsável pela produção de maior parte dos alimentos básicos consumidos pela população brasileira. Em consequência, a despeito de que os dados estatísticos comprovem o discurso dos estudiosos do assunto na abrangência histórica da Agricultura Familiar há um desfalecimento da imagem identitária desse setor. Dessa forma, a Agricultura Familiar é vista por parte de algumas instâncias do setor público como um segmento atrasado, de menor importância econômica e financeira. Ocorre, também, que as pessoas que estão envolvidas diretamente com a produção: os pequenos e médios agricultores, seus parceiros, meeiros e os familiares, padecem de crises características dos que atuam no setor.

Mas, o que deve ser percebido, ao contrário dessas concepções, é que a riqueza que o país possui em relação aos solos, água e clima, permite que a Agricultura Familiar seja tão diversificada, mesmo em uma região específica. Esses fatores, por mais que sejam aparentemente favoráveis, concorrem para que ocorra uma fragmentação na produção, ou seja, que existe uma diferenciação em termos de fazer o trabalho. Isto comprova que há desorganização das diferentes áreas produtivas em uma propriedade, ocasionando uma baixa capacidade de transação e negociação no momento da comercialização da produção final, bem como na aquisição de insumos. Tais pontos são aspectos negativos e que contribuem para a Agricultura Familiar ser vista como um processo de produção informal.

O que passa despercebida em relação às escalas locais ou regionais se torna extremamente expressiva quando o cenário é nacional. A Agricultura Familiar é um seguimento da economia brasileira que mais agrega valor a produção e isto é um ponto positivo, afinal é um gerador de emprego e renda no campo.

Além disso, ela também contribui para o índice de emprego na zona urbana também. Especialmente na produção de uma enorme gama de insumos como máquinas e equipamentos agrícolas, adubos e fertilizantes, pesticidas e toda uma série de fatores que acontecem na produção.

Outro fator que mostra a importância deste setor é o fato de ser responsável pela absorção de um grande contingente de profissionais prestadores de serviços envolvidos com a comercialização de insumos, na assistência técnica e Extensão Rural.

A atividade tem um papel social extremamente relevante, pois é responsável pela fixação do homem no meio rural impedindo que ocorra um maior processo migratório, para as cidades, o que aumenta a demanda urbana por postos de trabalho de baixa qualificação e todos os serviços públicos decorrentes.

A fixação do homem no campo é importante para que não se reproduza o que ocorreu na maior parte da Europa, especialmente em países bastante desenvolvidos como França, Alemanha e Holanda, entre outros, onde houve um maciço abandono do campo. Os governos de algumas nações, como Portugal, transformaram pequenos produtores em verdadeiros funcionários públicos, pois recebem um salário mensal para continuarem morando em suas propriedades rurais.

Para contextualizar sobre o destaque que a Agricultura Familiar tem em termos de setor produtivo faz-se necessário mostrar que esta é responsável por mais de 40% do valor bruto da produção agropecuária. A soma de todas as cadeias produtivas corresponde a 10% de todo o produto interno bruto (PIB) do país. As pequenas e médias propriedades correspondem a 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 70% da mão de obra no campo. A maioria dos

alimentos consumidos pelos brasileiros provém da Agricultura Familiar: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% da carne suína, 58% do leite, 46% do milho, 50% da carne de aves e ovos e 32% da soja. Salienta-se que uma enorme quantidade e diversidade de produtos só são produzidas em pequenas propriedades rurais, tais como são os alimentos orgânicos (alface, couve, entre outros) (ASBRAER, 2012).

Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), a Agricultura Familiar possui os seguintes números: 8.769 projetos de Reforma Agrária; 931.009 mil famílias assentadas e 87,5 milhões de hectares (INCRA, 2012).

1.7 Programas de incentivo e fortalecimento à Agricultura Familiar

1.7.1 Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - Pronaf

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é um projeto criado em 1995 pelo Governo Federal com a finalidade de atender pequenos e mini produtores rurais que empregam sua força de trabalho e de seus familiares no desenvolvimento de suas atividades na geração de renda.

O Pronaf busca fortalecer todas as ações produtivas desenvolvidas na propriedade e pelo produtor rural, integrando-o ao ramo de agronegócios, agregando valor a sua produção e à propriedade, gerando aumento de renda, modernização do sistema produtivo e a valorização pessoal e profissional do produtor rural e de seus familiares (SILVA FILHO, 2005).

Dentre as vantagens do projeto pode-se destacar que:

- a) Para os produtores:
 - I. Obtenção de financiamento de custeio e investimento com encargos e condições adequadas a realidade da agricultura familiar, de forma ágil e sem custos adicionais;
 - II. O aumento de renda mediante melhoria de produtividade, do uso racional da terra e da propriedade;
 - III. Melhoria das condições de vida do produtor e de sua família;
 - IV. Agilidade no atendimento;
 - V. Para os produtores que honrarem seus compromissos, garantia de recursos para a safra seguinte, com a renovação do crédito até 5 anos, no caso de custeio das atividades.
- b) Para o país:
 - I. Maior oferta de alimentos, principalmente dos que compõem a cesta básica: arroz, feijão, mandioca milho, trigo e leite;
 - II. Estimula a permanência do agricultor no campo com mais dignidade e qualidade de vida (SILVA FILHO, 2005, s. p.).

Todo produtor que apresentar a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), pode requerer financiamento. Este documento é emitido por instituições e órgãos oficiais credenciados que atendam as seguintes condições:

- a) Explore a terra na condição de proprietário, arrendatário, parceiro, meeiro, posseiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária;
- b) Resida na propriedade explorada ou em localidade próxima da mesma;
- c) Possua titularidade de no máximo quatro módulos fiscais, no caso de agricultura, e no máximo seis módulos, no caso de atividade pecuária;
- d) Que o trabalho familiar seja a base da exploração do estabelecimento;
- e) Que tenham renda bruta conforme as do grupo a que pertença e a característica

da atividade desenvolvida (SILVA FILHO, 2005).

Além disso, foram criadas leis e portarias que estabelecessem e sistematizassem as políticas e planejamentos de Agricultura Familiar e seus consequentes empreendimentos rurais para possibilitar maior independência financeira, subsídios teóricos e práticos para implementar a atividade.

1.7.2 Política nacional da agricultura familiar e empreendimentos rurais

Para dar sustentação à atividade, o presidente Luis Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais.

Este dispositivo legal e outras medidas de incentivo, como as linhas de crédito subsidiadas, o seguro agrícola e programas voltados para a educação e Extensão Rural vêm gradativamente resgatar um sofrido e desassistido setor da economia.

Novas pesquisas têm sido desenvolvidas para o setor, principalmente, aquelas voltadas para encontrar alternativas para o exercício de práticas agrícolas que sejam menos predatórias e mais sustentáveis. O setor antes refratário à introdução de novas tecnologias, hoje é mais receptivo e procura diversificar, absorver novos conhecimentos e a introdução de novos conceitos. Uma das novas experiências que gradativamente obtém novos adeptos é a agricultura orgânica, já realizada por um grande número de produtores rurais.

Na linha do empreendedorismo, novas formas de exploração se incorporam a propriedade rural de forma a maximizar e até verticalizar o aproveitamento dos espaços passíveis de exploração e até daqueles que devem ser preservados, desde que seja manejado sem agredir o ecossistema. Entre estas práticas pode-se exemplificar o Turismo Rural (ou como é conhecido por turismo de aventura) e o Ecoturismo, ambos fazem parte de um setor da economia que está diretamente relacionada à propriedade rural. Com isso, importa-se em definir serviços e produtos que atendam a este tipo de empreendimento (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

1.8 A Secretaria de Agricultura Familiar

A Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) foi criada a partir do Decreto nº 3.338, de 14 de janeiro de 2000 e publicado em 17 de janeiro de 2000. A sua estrutura e finalidade foram revistos pelo Decreto nº 5.033, de 05 de abril de 2004, e ratificados pelo Decreto nº 6.813, de 03 de abril de 2009 e revogado pelo Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010. De acordo com o Anexo I, artigo 12 do referido decreto, compete à SAF:

- I - formular políticas e diretrizes concernentes ao desenvolvimento da agricultura familiar;
- II - planejar, coordenar, supervisionar, promover, controlar e avaliar as atividades relativas à política de desenvolvimento da agricultura familiar;
- III - supervisionar a execução de programas e ações nas áreas de fomento ao desenvolvimento dos agricultores familiares, pescadores, seringueiros, extrativistas e aquicultores;
- IV - apoiar e participar de programas de pesquisa agrícola, assistência técnica e extensão rural, crédito, capacitação e profissionalização voltados a agricultores familiares;

- V - promover a articulação das ações voltadas ao desenvolvimento rural no âmbito da agricultura familiar, objetivando sua execução descentralizada e integrada com os Estados, Municípios e sociedade civil organizada;
- VI - incentivar e fomentar ações voltadas à criação de ocupações produtivas agrícolas e não agrícolas geradoras de renda;
- VII - coordenar as ações de governo na área de agricultura familiar;
- VIII - manter estreita articulação com os demais programas sociais do governo, com o objetivo de integrar interesses convergentes dos Municípios com vocação agrícola e mobilizar recursos direcionados ao fortalecimento da agricultura familiar;
- IX - coordenar esforços para a redução da pobreza no meio rural, mediante geração de ocupação produtiva e melhoria da renda dos agricultores familiares;
- X - assegurar a participação dos agricultores familiares ou de seus representantes em colegiados, cujas decisões e iniciativas visem o desenvolvimento rural sustentável;
- XI - apoiar iniciativas, dos Estados e Municípios, que visem o desenvolvimento rural, com base no fortalecimento da agricultura familiar, de forma participativa;
- XII - promover a viabilização da infraestrutura rural necessária à melhoria do desempenho produtivo e da qualidade de vida da população rural, voltadas à agricultura familiar; e
- XIII - promover a elevação do nível de profissionalização de agricultores familiares, propiciando-lhes novos padrões tecnológicos e de gestão (PLANALTO, 2010).

O Regimento Interno da SAF é apresentado nos artigos 96 a 113 da Portaria Ministerial nº 19, de 03 de abril de 2009, publicada em 06 de abril de 2009, no Diário Oficial da União nº 65 – seção 1, páginas 114 e 115.

A Estrutura Orgânica da Secretaria também foi ratificada pelo Decreto nº 6.813, que prevê um Departamento Financiamento e Proteção da Produção composto pela Coordenação-Geral de Financiamento à Produção Rural e pela Coordenação-Geral do Seguro Safra; um Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, que conta com a Coordenação-Geral de Assistência Técnica e Extensão Rural e Educação Rural. Como pode-se entender, há ainda na estrutura o Gabinete do Secretário, a Coordenação-Geral de Planejamento e Implementação de Projeto, a Coordenação-Geral de Monitoramento e Avaliação e a Coordenação-Geral de Agregação de Valor e Rendas (MDA, 2010).

A Secretaria é responsável pelos principais programas destinados à Agricultura Familiar no país tais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, criado em 1996; e o Programa Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar – Pronater, criado em 2008, compondo o PPA (Plano Plurianual) ora vigente. Além de coordenar a operacionalização das linhas de crédito rural destinadas aos diferentes grupos de agricultores familiares, negociar e elaborar seus normativos, monitorar e avaliar sua execução desenvolve importantes ações de apoio a este segmento, como o Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar; Fomento à Produção de Tecnologias e de Conhecimento Apropriados para a Agricultura Familiar; Fomento a Projetos de Diversificação Econômica e Agregação de Valor; Fomento à Participação da Agricultura Familiar na Cadeia do Biodiesel, ações de apoio à implementação do Seguro da Agricultura Familiar, ao Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar, dentre outros (MDA, 2010).

A Secretaria da Agricultura Familiar organiza sua atuação, desde 2007, a partir de quatro eixos específicos:

- 1 - Redução da pobreza rural, por meio da intensificação de articulações entre as atuais políticas (acesso ao micro financiamento rural, Seguro Garantia-Safra, garantia de assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização/Programa de Aquisição de Alimentos, Programa de Produção e Uso de Biocombustíveis);
- 2 - Segurança e soberania alimentar e nutricional, priorizando a continuidade e o aumento crescente da oferta de alimentos de boa qualidade, com valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar e organização de sua produção;
- 3 - Sistemas de produção sustentáveis, tratando de buscar políticas que estimulem mais intensamente a transição para sistemas de produção sustentáveis, como o Pronaf Sustentável;
- 4 - Geração de renda e agregação de valor, com a preocupação de apoiar a relação da agricultura familiar e o atual mercado, fomentando alianças estratégicas com o objetivo de fortalecer modelos e arranjos produtivos que possam promover a cooperação e concorrência com vistas a viabilizar as economias dos pequenos e médios empreendimentos rurais (MDA, 2010, p. 15).

Segundo o Relatório de Gestão (MDA, 2010), é importante entender sobre a Agricultura Familiar, pois esta se fundamenta na promoção do desenvolvimento rural sustentável, direcionando as ações e atividades relativas ao fortalecimento deste setor para estes quatro eixos referidos.

Nesse sentido, o ano de 2009 foi marcado pelo avanço do Programa Mais Alimentos, por meio do qual se incentiva a estruturação produtiva das propriedades de agricultores familiares que trabalham com alimentos por meio de crédito subsidiado, ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e disponibilização de tecnologias apropriadas, permitindo mais produtividade e renda no campo e mais alimentos de qualidade à população. Este programa, em conjunto com os demais e ações destinados a este segmento, mostra-se ainda mais relevante na medida em que, por meio dos dados do censo agropecuário 2006, divulgados no ano de 2009, constata-se a importância e expressividade da Agricultura Familiar, conforme os dados abaixo:

Quadro 01 - Comparação entre Agricultura Familiar e Não-Familiar²

AGRICULTURA FAMILIAR	AGRICULTURA NÃO FAMILIAR
4.367.902 estabelecimentos (84,4%)	807.587 estabelecimentos (15,6%)
80,25 milhões ha (24,3% área ocupada)	249,7 milhões ha (75,7% área ocupada)
Área média de 18,37 há	Área média de 309,18 há
2,3 milhões de pessoas ocupadas (74,4%)	4,2 milhões de pessoas ocupadas (25,6%)
15,3 pessoas ocupadas para cada 100 há	1,7 pessoas ocupadas para cada 100 ha

Fonte: IBGE (2009).

Além disso, destaca-se a criação do Pronaf Sustentável, um programa que representa

² A Agricultura Familiar se distingue por desenvolver suas atividades com o trabalho dos membros da família, empregando mão de obra assalariada de forma apenas complementar enquanto que o segmento não-familiar corresponde ao trabalho agrícola feito por empregados e empregadores na forma de relação entre pessoa jurídica e física e em escala de alta produção.

uma resposta à demanda por um planejamento sistêmico das propriedades de agricultores familiares, com vistas à sustentabilidade econômica, social e ambiental ao longo prazo.

Também é necessário destacar a sanção da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, por meio da qual se destina 30% dos recursos financeiros repassados a estados e municípios pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), no âmbito do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do empreendedor familiar rural e suas organizações. Dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes nos mercados locais (MDA, 2010).

E é nesse contexto (mercado local) que a Agricultura Familiar se mostra bastante atuante, como por exemplo, na alimentação escolar, já que é mais uma forma de incentivo à alimentação saudável para crianças e adolescentes em idade escolar, bem como oportunidade para geração de renda e circulação de mercadorias em âmbito local.

Por isso, a Agricultura Familiar é um setor que merece a sua valorização nos âmbitos municipais, estaduais e federal, pois possui a sua parcela de responsabilidade perante o abastecimento de alimentos para a população e, através de cursos de extensão, a Agricultura Familiar distingue-se e destaca-se nos índices positivos da aplicação deste recurso.

É nesse sentido que no próximo capítulo será tratado a respeito da educação do campo para o campo, com foco no trabalho desenvolvido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (Campus Uberlândia), além de, posteriormente, apresentar um de seus principais projetos, objeto deste estudo, a “Semana da Família Rural”.

2 CAPÍTULO II

EDUCAÇÃO NO CAMPO E IFTM: CURSOS DE EXTENSÃO EM PROL DO PRODUTOR RURAL

Neste capítulo será tratada a questão da educação no campo, seu conceito, objetivos, além da instituição, local do objeto deste estudo, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia, que oferece cursos de formação e atividades de ensino, pesquisa e extensão para a família rural (foco desta pesquisa), porém, com a vocação primordial de extensão.

Contudo, para isso, é necessário entender como a evolução do ser humano veio de encontro com a necessidade de organizar a produção de alimentos de maneira que garantisse a sobrevivência de um núcleo ou coletividade por um período de tempo, de acordo com as estações climáticas.

Decorre daí a necessidade do saber científico associado ao saber cultural-social-prático (popular). A busca pela aquisição de conhecimentos a respeito do campo é primordial para o produtor já que isso auxilia na preservação da vida, passando pelos períodos difíceis da produção agrícola que são de ordem climática, como seca e frio; aprofundando e aprimorando a relação com o ambiente onde viviam os seres humanos “trocavam informações sobre o desenvolvimento de suas relações com a natureza e uso dos materiais de trabalho, passando de uns para os outros os aperfeiçoamentos alcançados” (CAPORAL, 1991, p. 26). Essa comutação de saberes e dados contribuía para o bem-estar das primeiras formas comunitárias, o que se pode afirmar que nesta época surgiam as primeiras experiências de uma economia agrícola solidária.

Muito tempo depois, já na Idade Moderna, com a necessidade de aumentar a produção para satisfazer as demandas próprias do momento surgem formas de cultura mais desenvolvidas, advindas da divisão entre o trabalho manual e o intelectual. Esse período ficou marcado pela evolução do capitalismo. Com isso, acentuou-se a divisão de classes e para aqueles que produziam era negado o saber (CAPORAL, 1991).

Ao fazer um recorte no tempo a respeito da educação no campo, o pesquisador depara-se com a realidade de um país – neste caso, o Brasil – em que a produção, especialmente a agrícola, desde o seu descobrimento até o fim do século XIX, teve uma forte vocação escravocrata. Todas as formas de produção, já à época, extremamente predatórias, eram baseadas na exploração de mão de obra escrava e, conseqüentemente, desprovidas de qualquer forma de educação, mesmo que fosse a mais elementar.

Nos seus primeiros momentos de regime republicano, o Brasil experimenta alguns períodos ditos revolucionários. Em um deles, por ocasião da Revolução de 30, a oligarquia agrícola sofre um duro golpe e o país experimenta os primeiros momentos de um processo mais acentuado de industrialização e urbanização. Experiência esta já ocorrida na Europa no século anterior (CAPORAL, 1991).

Com o avanço da industrialização e o conseqüente desenvolvimento urbano, acentuaram-se as diferenças das políticas públicas. Segundo Teixeira (2005), os governantes passaram a ter maior atenção com as cidades – que emergiram e cresceram no compasso de um processo industrial e urbano – acentuando-se, cada vez mais, as distinções entre as classes sociais. O setor rural, bem como toda a sua população, ficou relegado ao descaso e ao abandono.

2.1 Educação no e do Campo: Conceito e Objetivos

A Educação do Campo representa a função social de ser a educação feita para os sujeitos do campo (FERNANDES; MOLINA, 2005). Contudo, a sua concretização exige a implementação de políticas que compreendam a Educação e a Escola do Campo a partir de alguns princípios:

- I. A Educação do Campo de qualidade é um direito das populações rurais;
- II. A Educação do Campo e o respeito às organizações sociais e o conhecimento por elas produzido, já que envolve saberes, métodos, tempos e espaços físicos diferenciados contribuindo para a conscientização do próprio trabalho realizado pelo ruralista;
- III. A Educação do Campo no campo enquanto direito, a escola precisa estar onde os sujeitos estão. Por isso, essa instituição tem que ser construída e organizada no campo;
- IV. A Educação do Campo enquanto produção de cultura deve estar vinculada a formas de trabalho com a terra;
- V. A Educação do Campo na formação dos sujeitos, pois possuem história, participam de lutas sociais, têm identidades distintas, lembranças, gêneros e etnias diferenciadas. Para isso, a educação que se realiza na escola precisa ser no campo e do campo e não para o campo;
- VI. A Educação do Campo como formação humana para o Desenvolvimento Sustentável Políticas de educação como formação humana pauta-se pela necessidade de estimular os sujeitos da educação pela sua capacidade de criar com outros um espaço humano de convivência social desejável;
- VII. A Educação do Campo e o respeito às características do meio rural. Para implementar políticas públicas que fortaleçam a sustentabilidade dos povos do campo, os sujeitos devem estar atentos para o fato de que existem diferenças de ordem diversa entre os mesmos (MEC, 2003).

Pautada por esses princípios, a Educação do Campo busca como metas a serem alcançadas, entre estas, pode-se citar algumas como:

- Exigir o cumprimento do art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que se refere ao dever que tem o Poder Público de proporcionar Educação Infantil e Ensino Fundamental nas comunidades rurais;
- Assegurar a oferta das séries finais do Ensino Fundamental bem como do Ensino Médio em escolas do campo a todos os alunos que as demandarem nos locais próximos às suas residências; [...]
- Implementar programas de formação para todas as educadoras e educadores do campo, de nível médio e superior, através de convênios e parcerias entre Secretarias, Universidades, Movimentos Sociais e Organizações do Campo; [...]
- Promover cursos de formação continuada para educadoras e educadores do nível fundamental, médio e superior;
- Estimular a criação de cursos de pós-graduação de Educação do Campo; [...]
- Imediata implementação das Diretrizes Operacionais Curriculares para a Educação Básica nas Escolas do Campo;
- Definir políticas específicas para as escolas multisseriadas com material didático, formação das educadoras e educadores e equipamentos adequados ao perfil destas escolas; [...]
- Melhorar as condições infraestruturais das escolas, definindo e promovendo o alcance de padrões mínimos de funcionamento, incluindo: estrutura física adequada, biblioteca e recursos pedagógicos; [...]

- Estimular a socialização das pesquisas realizadas pela EMPBRAPA, IBAMA, EMATER, Universidades e por outras instituições, que possam subsidiar o estudo da educação tomando por base o desenvolvimento sustentável dos grupos (MEC, 2003, p. 36-38).

Com isso, a Educação do Campo gera experiências que são desdobradas em reflexões, estudos e pesquisas.

2.2 Experiências de Educação Rural

Uma das primeiras experiências públicas de Educação Rural, mesmo que de forma incipiente, surgiu no final da década de 1940, quando o governo de Minas Gerais implantou em Santa Rita de Passa Quatro a primeira experiência de Educação no Campo, a partir do primeiro modelo de Extensão Rural, em 1948. De modo ufanista e patriota, o modelo americano surge como uma forma redentora para o atraso e o analfabetismo na zona rural. Conforme assevera Caporal (1991, p. 31), “abre-se o caminho para a introdução de um serviço de Estado, cujo papel central será ‘educar’ o povo rural para modernizar suas atividades agrícolas e do lar, passando de uma fase de atraso para um estágio moderno”.

Essa primeira experiência se propaga pelo país dez anos após e, durante toda a década de 50, expande-se como uma força modernizante por todos os estados da federação. Esse tipo de educação se apresentava como um modelo antidemocrático em que o homem é colocado numa relação de submissão, que o inferioriza, transformando-o em reles coisa a ser manipulada. Caporal (1991) expressa essa relação ao afirmar, dentro da linha de raciocínio de Paulo Freire – quem primeiro problematiza essa situação – ser este um “processo de persuasão [...]. Portanto, autoritária e antidialógica, numa relação sujeito/objeto, sem sequer problematizar a inovação que está sendo introduzida” (CAPORAL, 1991, p. 47).

No início da década de 1960, surgiram forças e movimentos sociais que passaram a pregar a necessidade de uma quebra de paradigmas onde o homem do campo torne a ser incluído na discussão de seus problemas e propostas de solução a partir de uma educação inclusiva e libertária.

Segundo texto de Osmar Fávero (1996), nesse período da história brasileira é que buscou-se renovar o sistema de ensino e reorientar os projetos de alfabetização de adultos:

Ao fim dos anos 50 e começo dos 60, não apenas se consolidou o modelo de industrialização, como começou a ocorrer com maior intensidade a expansão do capitalismo no meio rural. Consequentemente, a “política de massas” avançou também para o campo, com a extensão de alguns benefícios aos trabalhadores rurais, em especial através do Estatuto do Trabalhador Rural mas sobretudo pela criação de ligas camponesas e dos sindicatos rurais (1996, p. 3).

Além disso, essa época foi marcada pela tecnificação do campo da educação, conforme os parâmetros curriculares, a Lei de Diretrizes e Bases, os planos pedagógicos e a discussão sobre os problemas da educação. Paralelamente a esse cenário, a política populista criou oportunidades para destacar as camadas populares e seus movimentos de reivindicações e organização como classe. Dessa maneira, com uma população de 50% de analfabetos (com idade acima de 14 anos) Paulo Freire se sentiu motivado a aplicar a construção de uma consciência crítica através da ideologia da educação para que aja um diálogo entre as consciências para haver uma revolução (FÁVERO, 1996).

Assim foi entendido que Paulo Freire idealizava um processo de alfabetização:

- a) com um sistema ativo, que tivesse como base o diálogo. Daí as escolhas: ao invés da escola noturna para adultos, o círculo de cultura; em lugar do professor, um coordenador de debates; não haveria aluno, mas participante do grupo; não aula, mas diálogo; os conteúdos substituídos por situações existenciais desafiadoras.
- b) o processo de conscientização/alfabetização teria início com a exploração do conceito antropológico de cultura: distinção entre mundo da natureza e mundo da cultura, criado pelo homem; o homem no mundo, com o mundo e com os outros homens; agindo como sujeito, numa atitude radicalmente diferente das anteriores;
- c) a alfabetização/conscientização era realizada por um método eclético, analítico-sintético, a partir de uma série de palavras geradoras, escolhidas através do levantamento do universo vocabular da população a ser alfabetizada. Cada palavra era introduzida por uma situação existencial, que lhe dava concretude. O conjunto delas deveria conter uma riqueza fonêmica que viabilizasse uma alfabetização em tempo curto – as famosas 40 horas que abririam para a “leitura do mundo” (FÁVERO, 1996, p. 11).

Paulo Freire (1980) afirma que a educação deve ser uma prática libertadora, desenvolvendo atitudes que sejam fruto do conhecimento. Que a educação seja problematizadora, com fundamentos no diálogo e na aprendizagem com o outro e não para o outro, conforme cita Souza (2002).

A grande concentração fundiária foi e tem sido um grande entrave nas relações no campo e, de resto, um fator impeditivo para uma maior escolarização do homem rural. As primeiras experiências e avanços na resolução do problema agrário sofreram um hiato com o Golpe Militar de 1964. Esse atraso tem como resultante uma dívida pública para com o setor, pois, a despeito dos progressos num passado recente, pouco se avançou e muito ainda está por ser feito para minimizar o abismo criado pelo descaso do Estado.

A distribuição de terra não conseguiu atender a toda uma geração de sem-terras que espera, nem sempre de forma pacífica, o recebimento de sua gleba. Tão preocupante como o problema da distribuição de terras é a forma como ela se dá, pois não basta receber um lote se não for acompanhado de políticas públicas voltadas para este segmento. Dentre as necessidades imediatas dos assentados estão a assistência técnica, as condições estruturais e econômicas, o oferecimento de locais onde os produtores e suas famílias possam ser atendidos no que se refere à saúde e, principalmente, à educação.

Nesse sentido, a Lei nº 9.394 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB), de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo I, § 2º estabelece que “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (BRASIL, 1996). Com a aprovação dessa lei, o Governo Federal pretendia dar mais atenção à escola, adequando-a às especificidades de cada realidade. Assim, no bojo de ações e medidas voltadas à vida rural, visava-se a uma educação do/no campo que atendesse as suas peculiaridades, numa tentativa de resgatar a histórica dívida com a população rural.

O referido parágrafo normativo estabelece, claramente, a necessidade de ser oferecida uma educação escolar voltada à formação para o trabalho, como uma estratégia emancipatória do homem do campo. Contudo, analisando-se a conjuntura vivenciada pelo setor rural, observa-se que a organização escolar voltada para o produtor rural padece de problemas que, apesar de não serem de difícil solução, necessitam, primeiramente, de vontade política para serem resolvidos. Há uma carência enorme em relação à infraestrutura, com uma inadequação dos espaços físicos existentes, bem como uma distribuição geográfica que não atende as demandas regionais (SANTIAGO, 2012).

Outro problema e extremamente urgente para ser resolvido refere-se às péssimas

condições de trabalho as que são submetidos os profissionais da área de educação no meio rural, especialmente, no que tange aos salários, que são muitas vezes aviltantes se comparados a outras categorias profissionais. Também, não há programas de qualificação que possam oferecer uma formação inicial e continuada. Além do que, existe, na maioria das vezes, uma organização curricular inadequada, descontextualizada em relação à vida da população rural. Este panorama é descortinado no documento governamental “Referências para uma Política Nacional de Educação no Campo” (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004).

Este documento apresenta alguns indicadores que ainda hoje são muito preocupantes, pois é fato concreto que, nas regiões menos assistidas, esta realidade perdura, por falta de uma política adequada ou, pelo menos, de planejamento.

Sabe-se que:

No caso específico da educação do campo, os dados do Censo Escolar 2010 indicam que nos últimos dez anos, 37.776 escolas situadas nas áreas rurais foram fechadas. Este processo tem sua tradução conceitual na nucleação: escolas menores são fechadas e os alunos deslocados para escolas maiores. Isto implica que uma parcela dos alunos, para continuar estudando, deve percorrer longas distâncias, em estradas precárias. [...] Os resultados da Pnad 2009 revelam que enquanto nas áreas urbanas a taxa de escolarização das crianças de 0 a 5 anos é de 38,1%, nas áreas rurais este percentual não chega a um terço das crianças desta faixa etária (28,4%) (ARRUDA; OLIVEIRA; SILVA, 2012, p. 3-4).

Uma das poucas informações animadoras é apresentada pela pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2009). Este diagnóstico indica que os números das matrículas no campo mostram que as políticas educacionais na área rural priorizam o atendimento escolar apenas até o 5º ano do ensino fundamental. Daí em diante, o estudante deve, em geral, buscar outras cidades caso queira continuar a estudar. E embora as matrículas no campo representem apenas 13% do total do país, esse percentual representa mais de 6,6 milhões de crianças e jovens espalhados em 83 mil escolas rurais.

Além disso, a pesquisa revela que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais na zona rural é de quatro anos, contra 8,6 anos no meio urbano. Esse número reforça a existência de um grande contingente de pessoas que estudaram no máximo até o final do fundamental 1. O analfabetismo também é maior no campo: entre as pessoas de 15 anos ou mais, atinge 23,5% na área rural, quase 5,5 vezes superior ao verificado na zona urbana: 4,3%. Das crianças da zona rural, 7,2% frequentaram a creche em 2008. Na pré-escola, o atendimento chega a 69,6% no campo. Entre os jovens de 15 a 17 anos da zona rural 33,3% frequentam o ensino médio. Em relação ao ensino superior, 3,4% da população de 18 a 24 anos cursa essa etapa na zona rural.

Além do acesso, há a questão da aprendizagem. A distorção idade-série afeta três de cada quatro pessoas de 9 a 16 anos (75%) na zona rural. Nos anos iniciais do ensino fundamental a distorção é de 38,9% no campo. Os alunos da zona rural sofrem com a má infraestrutura. Dados do Censo Escolar de 2009 revelam que 90% das escolas do campo não possuem biblioteca. Pouco mais de 8% têm laboratório de informática. Os laboratórios de ciências estão presentes em menos de 1% dos estabelecimentos de ensino. Além disso, quase 20% não possuem energia elétrica. O censo escolar de 2009 mostra que no Brasil 42,5 mil escolas possuem até 30 alunos matriculados, a maioria delas no campo (IBGE, 2009).

Essa estrutura física deficiente, aliada à sobrecarga de trabalho dos educadores, concorre para um fraco desempenho do alunado. Constata-se que essa situação é mais

agravante na zona rural, onde a baixa qualificação e salários inferiores, além de provocar os resultados anteriormente descritos, provocam uma acentuada rotatividade dos professores (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004).

O agravante dessa situação é a constatação de que apenas 24% dos professores que atuam no ensino fundamental nas séries iniciais possuem formação superior, enquanto 8,3% deles não cursaram sequer o ensino médio completo e ganham cerca de 60% a menos que os profissionais da zona urbana (PNAD, 2009). Esses dados demonstram a enorme contradição entre o discurso e a realidade apontada por esse referido documento:

A educação é um direito social e não uma questão de mercado. A educação enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e enquanto produzida por uma cultura, a cultura do campo, não pode permanecer seguindo a lógica da exclusão do direito a educação de qualidade para todos e todas. A educação recria o campo porque por meio dela se renovam os valores, atitudes, conhecimentos e práticas de pertença à terra. Ela instiga a recriação da identidade dos sujeitos na luta e em luta como um direito social, porque possibilita a reflexão na práxis da vida e da organização social do campo, buscando saídas e alternativas ao modelo de desenvolvimento rural vigente (RAMOS; MOREIRA; SANTOS, 2004, p. 33).

Algumas ações com o propósito de melhorar o desempenho escolar, especialmente aquelas voltadas para a educação profissional foram implementadas nas últimas décadas, com reflexos positivos na Educação no Campo. Foi dada ênfase ao princípio do aprender a aprender, e não apenas ao aprender a fazer – máxima preconizada pelos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais), apesar das críticas que possam ser feitas a tal documento voltado à educação (BRASIL, 1997).

2.3 Ações de Governo para a Educação Rural

O campo apresenta, hoje, um contexto heterogêneo e multicultural. Quando se trata de educação do/no Campo, é pertinente abordar, apesar das desigualdades do setor, que há um ambiente economicamente diverso, caracterizado pela multiculturalidade, que questiona e busca formas sustentáveis de produção; abre cada vez mais as portas para o Agroturismo, onde há a presença de diversos movimentos sociais. Além disso, interessa mostrar que a Educação do Campo é diferente da educação rural, por meio de políticas educacionais e públicas que se voltam para garantir o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades da educação básica. A Educação no Campo é que se pratica nas escolas, universidades, institutos, entre outros, em termos pedagógicos, curriculares, inter ou multicultural. Porém, apesar das várias iniciativas pedagógicas que ocorrem, agora, como nunca, buscando propostas de uma educação, realmente, voltada para a família rural; o Brasil, ainda, carece de uma efetiva política pública que venha dar conta dos problemas enfrentados pelas populações rurais na área da educação (SECAD/MEC, 2007).

Embora esta seja a conjuntura atual, deve-se assinalar a existência de ações que, mesmo não tendo sido criadas exclusivamente para a Educação no Campo, tiveram repercussões importantes para o setor, por meio de dispositivos legais ou, apenas, programas e campanhas. São ações visando, em especial, a educação de jovens e adultos (EJA), que, por extensão, alcançam, de alguma forma, as populações rurais. Pode-se, assim, relacionar os seguintes programas/campanhas (SECAD/MEC, 2007).

Também, ocorreram programas e campanhas voltados, especificamente, para a Educação no Campo, entre as quais podem ser citadas: a Campanha Nacional de Educação

Rural (1952-1963), em parceria com o MEC e com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Objetivava, principalmente, a recuperação e o desenvolvimento de comunidades rurais. Nessa campanha, foram realizadas as chamadas missões rurais, com foco na organização das comunidades, preparação de professores leigos e de filhos de agricultores para as atividades agrárias (BEATRICI, 2009).

2.3.1 Política do governo federal para a Educação do Campo

O Programa Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (Pronea), idealizado em 1997, durante o Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), com a participação do MST, da Universidade de Brasília (UnB), UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Sua criação se deu no ano de 1998, pelo extinto Ministério da Política Fundiária (MST, 2009).

Segundo Caldart et. al. (2012), a Educação do Campo representa um fenômeno da realidade brasileira moderna, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa se manifestar sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas até chegar às questões econômicas.

Assim, a meta e os atores sociais a remetem aos assuntos relacionados ao trabalho, cultura, saberes e lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e lógicas de agricultura que têm implicações no planejamento do país e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Portanto,

Mas, quando se discutir a educação do campo, se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural. Embora com essa preocupação mais ampla, há uma preocupação especial com o resgate do conceito de camponês. Um conceito histórico e político... (KOLLING; NERY; MOLINA, 1999, p. 26).

Esse tipo de educação se destaca por identificar, em síntese, sua novidade ou a consciência da mudança de valores que seu nome expressa:

Constitui-se como:

- luta social pelo acesso dos trabalhadores do campo à educação (e não a qualquer educação) feita por eles mesmos e não apenas em seu nome. A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido.
- Assume a dimensão de pressão coletiva por políticas públicas mais abrangentes ou mesmo de embate entre diferentes lógicas de formulação e de implementação da política educacional brasileira. Faz isso sem deixar de ser luta pelo acesso à educação em cada local ou situação particular dos grupos sociais que a compõem, materialidade que permite a consciência coletiva do direito e a compreensão das razões sociais que o impedem.
- Combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores. Na lógica de seus sujeitos e suas relações, uma política de Educação do Campo

nunca será somente de educação em si mesma e nem de educação escolar, embora se organize em torno dela.

Defende a especificidade

- dessa luta e das práticas que ela gera, mas não em caráter particularista, porque as questões que coloca à sociedade a propósito das necessidades particulares de seus sujeitos não se resolvem fora do terreno das contradições sociais mais amplas que as produzem, contradições que, por sua vez, a análise e a atuação específicas ajudam a melhor compreender e enfrentar. E isso se refere tanto ao debate da educação quanto ao contraponto de lógicas de produção da vida, de modo de vida.
- Suas práticas reconhecem e buscam trabalhar com a riqueza social e humana da diversidade de seus sujeitos: formas de trabalho, raízes e produções culturais, formas de luta, de resistência, de organização, de compreensão política, de modo de vida. Mas seu percurso assume a tensão de reafirmar, no diverso que é patrimônio da humanidade que se almeja a unidade no confronto principal e na identidade de classe que objetiva superar, no campo e na cidade, as relações sociais capitalistas.
- A Educação do Campo não nasceu como teoria educacional. Suas primeiras questões foram práticas. Seus desafios atuais continuam sendo práticos, não se resolvendo no plano apenas da disputa teórica. Contudo, exatamente porque trata de práticas e de lutas contra hegemônicas, ela exige teoria, e exige cada vez maior rigor de análise da realidade concreta, perspectiva de práxis. Nos combates que lhe têm constituído, a Educação do Campo reafirma e revigora uma concepção de educação de perspectiva emancipatória, vinculada a um projeto histórico, às lutas e à construção social e humana de longo prazo. Faz isso ao se mover pelas necessidades formativas de uma classe portadora de futuro.
- Seus sujeitos têm exercitado o direito de pensar a pedagogia desde a sua realidade específica, mas não visando somente a si mesmos: a totalidade lhes importa, e é mais ampla do que a pedagogia.
- A escola tem sido objeto central das lutas e reflexões pedagógicas da Educação do Campo pelo que representa no desafio de formação dos trabalhadores, como mediação fundamental, hoje, na apropriação e produção do conhecimento que lhes é necessário, mas também pelas relações sociais perversas que sua ausência no campo reflete e sua conquista confronta.
- A Educação do Campo, principalmente como prática dos movimentos sociais camponeses, busca conjugar a luta pelo acesso à educação pública com a luta contra a tutela política e pedagógica do Estado (reafirma em nosso tempo que não deve ser o Estado o educador do povo).
- Os educadores são considerados sujeitos fundamentais da formulação pedagógica e das transformações da escola. Lutas e práticas da Educação do Campo têm defendido a valorização do seu trabalho e uma formação específica nessa perspectiva (CALDART et. al., 2012, p. 263-264).

Nesse sentido, a Educação do Campo criada pelos movimentos populares de luta pela terra organizados no movimento camponês articula o trabalho produtivo à educação escolar tendo por base a cooperatividade e alia saberes práticos do meio rural às inovações tecnológicas. “A educação do campo não admite a interferência de modelos externos, e está inserida em um projeto popular de sociedade, inspirado e sustentado na solidariedade e na dignidade camponesas” (CALDART et. al., 2012, p. 300).

Conforme trata a intenção do Pronera, a incorporação da multiplicidade de conhecimentos do homem do campo fornece maior densidade e radicalidade teórica aos currículos de formação. Por outro lado, a materialidade e a dinâmica do Pronera permitiram

que se ampliasse o debate sobre a instituição de políticas públicas de Educação do Campo com peculiaridades de outros segmentos do campo, como agricultores familiares e quilombolas, entre outros. Pode-se afirmar que o Pronera é um programa indutor de novas políticas públicas nesta perspectiva, como a Licenciatura em Educação do Campo, sob gestão do Ministério da Educação.

De 1998 a 2006, o Pronera foi responsável pelo acesso, escolarização e formação de 370.164 jovens e adultos assentados e capacitou 1.016 em cursos de Ciências Agrárias para atuarem nos assentamentos da reforma agrária e na agricultura familiar, oferecendo assistência técnica, social e ambiental (MST, 2009).

Para a educação e formação de jovens e adultos assentados, assim como para a educação de forma geral, busca-se utilizar metodologias específicas que respeitem o contexto socioambiental e as diversidades culturais, promovendo o acesso à educação formal em todos os níveis. Para isso são desenvolvidas ações na EJA, nos cursos de alfabetização, no ensino fundamental e médio, no nível superior e na pós-graduação.

Segundo Santos (2011, p. 2), a escola no campo deve auxiliar na formação e educação de um novo homem e de uma nova mulher, “com coerência e consciência crítica, avançando na superação coletiva da condição de oprimidos e vislumbrando a conquista da autonomia dos trabalhadores e trabalhadoras rurais”.

Por isso, ao aluno do campo são oferecidos cursos em regime de alternância regular que intercalam períodos de estudos com tempos diferenciados de aprendizados, possibilitando que os assentados estudem ser sair do meio rural. Essa oferta de educação é feita por meio de convênio com universidades públicas e comunitárias.

Esse tipo de pedagogia é identificada como Pedagogia da Alternância³ que torna a educação escolar uma ponte de acesso à educação para lidar de forma que agregue a profissionalização em atividades agrícolas, elementos para o desenvolvimento social e econômico. Por isso, esta atribui grande importância à articulação entre momentos de atividade no meio social e profissional do educando e outros de ensino escolar propriamente dito, nos quais se focaliza o conhecimento acumulado, considerando sempre as experiências concretas dos educandos. Além das disciplinas escolares básicas, a educação nesse contexto engloba temáticas relativas à vida associativa e comunitária, ao meio ambiente e à formação integral nos meios profissional, social, político e econômico (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008).

Nesse sentido, de acordo com Andrade e Pierro (2004, p. 49):

A diretriz metodológica recomenda a abordagem interdisciplinar do currículo em torno de eixos temáticos e palavras chaves que suscitem situações problemas a partir da história e experiência de vida dos trabalhadores educandos, integrando os conteúdos pedagógicos às necessidades da comunidade e estimulam a participação ativa do aluno, com base numa relação dialógica.

Pelo exposto, pode-se perceber a estreita vinculação entre a EJA com o cotidiano dos trabalhadores rurais, e, também assim, com relação ao Pronera, cuja missão é ampliar o nível

³ A Pedagogia da Alternância surgiu no Brasil em 1969, por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta. O objetivo era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008).

de escolaridade dos trabalhadores rurais assentados.

Além disso, nos assuntos atinentes à Educação no Campo, cabe lembrar que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em especial, exercer papel fundamental junto ao Pronera, pelo fato de que no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, este ter sido vinculado diretamente ao gabinete da presidência do referido órgão (ANDRADE; PIERRO, 2004).

Nessa ligação, é importante ressaltar que as Instituições de Ensino Superior (IES), além de serem responsáveis pela elaboração de projetos, execução e acompanhamento pedagógico de ações educativas e a gestão dos recursos financeiros, exercem o papel de mediadoras entre os movimentos sociais e o INCRA.

Ainda, segundo o próprio MEC (2010), a relação da educação e o campo conseguiu receber outro apoio institucional quando foi promulgado o Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, que institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Nele, estão estabelecidos princípios e objetivos para a formação de professores, inclusive, os das escolas rurais, respeitados os preceitos básicos, entre os quais o respeito à diversidade social, cultural, ambiental, política, econômica, de gênero, raça e etnia, conforme prescreve o art. 3º, § VII, do referido decreto (BRASIL, 2009).

Além disso, foi instituída a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, conforme mostra o primeiro artigo:

Art. 1º A presente Resolução define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para o conjunto orgânico, sequencial e articulado das etapas e modalidades da Educação Básica, baseando-se no direito de toda pessoa ao seu pleno desenvolvimento, à preparação para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho, na vivência e convivência em ambiente educativo, e tendo como fundamento a responsabilidade que o Estado brasileiro, a família e a sociedade têm de garantir a democratização do acesso, a inclusão, a permanência e a conclusão com sucesso das crianças, dos jovens e adultos na instituição educacional, a aprendizagem para continuidade dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e da gratuidade da Educação Básica.

Conforme pode-se entender que o instituto pressupõe um papel de política social para atender às demandas das diferentes regiões do país em termo culturais e educacionais. No caso da Educação do Campo, a Seção IV intitulada “Educação Básica do Campo” apresenta suas determinações nos artigos 35 e 36:

Art. 35. Na modalidade de Educação Básica do Campo, a educação para a população rural está prevista com adequações necessárias às peculiaridades da vida no campo e de cada região, definindo-se orientações para três aspectos essenciais à organização da ação pedagógica:

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos estudantes da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Art. 36. A identidade da escola do campo é definida pela vinculação com as questões inerentes à sua realidade, com propostas pedagógicas que contemplam sua diversidade em todos os aspectos, tais como sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Parágrafo único. Formas de organização e metodologias pertinentes à realidade do campo devem ter acolhidas, como a pedagogia da terra, pela qual se busca um

trabalho pedagógico fundamentado no princípio da sustentabilidade, para assegurar a preservação da vida das futuras gerações, e a pedagogia da alternância, na qual o estudante participa, concomitante e alternadamente, de dois ambientes/situações de aprendizagem: o escolar e o laboral, supondo parceria educativa, em que ambas as partes são corresponsáveis pelo aprendizado e pela formação do estudante (BRASIL, 2010).

Em conformidade com este dispositivo e seguindo o caminho da institucionalização da valorização do Ensino do Campo, foi estabelecido em 4 de novembro de 2010, o Decreto nº 7.352, cuja finalidade é ordenar a Política de Educação no Campo (BRASIL, 2010).

Esse dispositivo legal regulamenta o Pronera e tem como objetivo atender a jovens e adultos que vivem em assentamentos da Reforma Agrária, professores e educadores do programa, as famílias cadastradas e alunos de cursos de especialização. Ao INCRA cabe produzir manuais técnicos, coordenar e gerenciar projetos e coordenar a Comissão Pedagógica Nacional. O Decreto prevê, ainda, a redução do analfabetismo, oferecendo qualificação profissional e social integrada (infraestrutura básica às escolas, água potável, energia elétrica, saneamento para as escolas, conexão com a internet e outras tecnologias digitais).

Propõem-se, dessa forma, suprir as carências da educação no meio rural, envolvendo ações as mais abrangentes possíveis ao estabelecer:

- atendimento aos agricultores familiares, extrativistas, pescadores, artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, trabalhadores rurais assalariados, quilombolas, caiçaras, povos da floresta e caboclos;
- Expansão do setor de atuação da Educação no Campo, da creche à educação, propriamente dita;
- Inclusão, pelos estados e municípios, da Educação no Campo, nos Planos Anuais de Educação, para se habilitarem a receber assistência técnica e as transferências voluntárias de recursos do Governo Federal;
- Elaboração de planos, pelos estados e municípios, tomando como parâmetros ou referências o PNE, a ser encaminhado ao Congresso Nacional. Nestes projetos deve-se constar as metas educacionais a serem atingidas em período de dez anos, compreendido entre os anos de 2011 a 2020 (MEC, 2010).

Para deferir a essa demanda foi criado em 2011, o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), do Ministério da Educação, e tem como objetivo de atender escolas rurais e quilombolas com ações em quatro eixos: gestão e práticas pedagógicas; formação de professores; educação de jovens e adultos; e educação profissional e tecnológica. A ideia é formar agricultores em universidades e em cursos técnicos para que apliquem os conhecimentos adquiridos em ações que elevam a produtividade nas pequenas propriedades e garantam a distribuição de renda. O programa atende escolas rurais e quilombolas totalizando 73.483 instituições. De acordo com o MEC, o projeto trabalha a educação contextualizada, ou seja, promovendo a interação entre conhecimento científico e os saberes das comunidades camponesas (MEC, 2011).

Dessa maneira, pode-se entender que as ações governamentais, que visam suprir as demandas educacionais das famílias rurais, estão sendo implementadas a partir desses documentos referenciais. Assim, a Educação no/do Campo recebe apoio para desenvolver-se em sua plenitude. No próximo tópico será apresentado o local do objeto desta pesquisa que é a instituição IFTM – Campus Uberlândia para contextualizar o estudo proposto.

2.4 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Uberlândia

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) - Câmpus Uberlândia oferece o ensino regular médio integrado ao ensino profissional, ensino concomitante pós-médio ou subsequente, cursos de graduação e pós-graduação e o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos – PROEJA⁴, além dos cursos de capacitação e/ou qualificação

A reitoria do IFTM está localizada na Av. Barão do Rio Branco n. 770 – Bairro São Benedito – CEP: 38.020.300 Uberaba-MG. O IFTM é composto pelos Câmpus de Ituiutaba, Paracatu, Uberaba, Uberlândia e os Câmpus Avançado de Patrocínio e Uberlândia. E atende alunos, também, nos pólos presenciais de Araguari, Campina Verde, Caxambu, Conceição das Alagoas, Ibiá, Sacramento e Tapira (Figura 1).

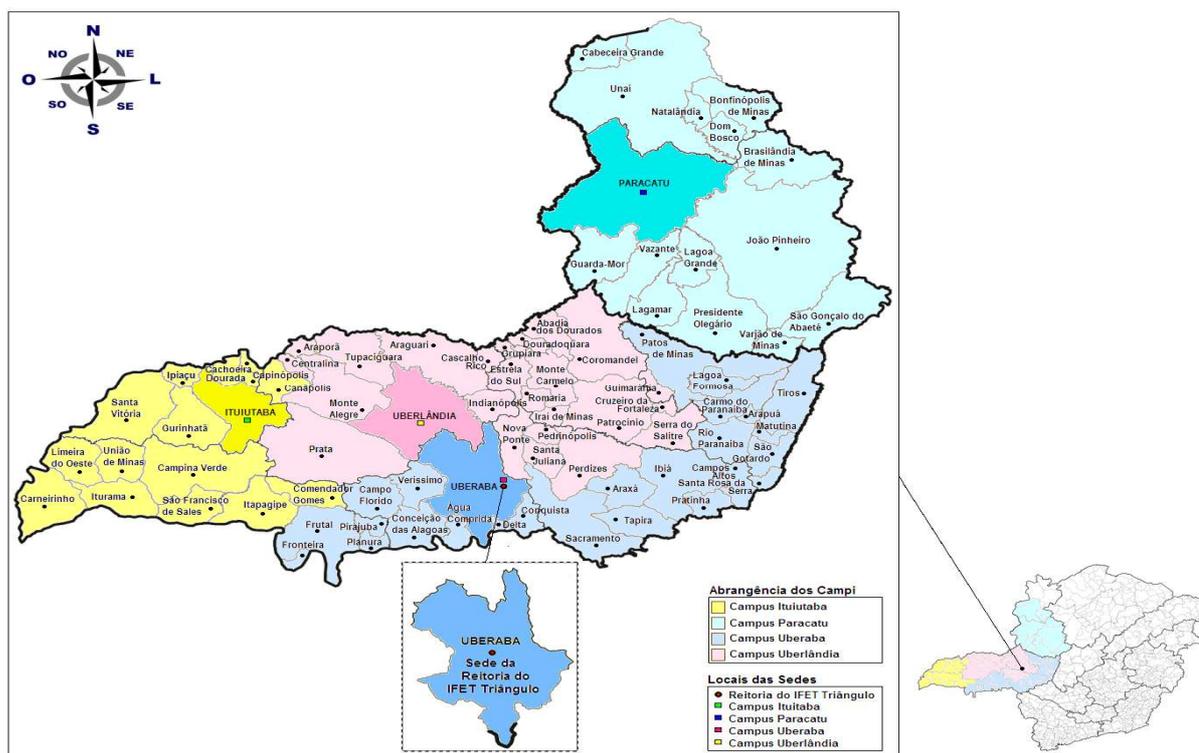


Figura 1 - Mapa de localização. Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.

⁴ O PROEJA tem como perspectiva a proposta de integração da educação profissional à educação básica buscando a superação da dualidade trabalho manual e intelectual, assumindo o trabalho na sua perspectiva criadora e não alienante. Isto impõe a construção de respostas para diversos desafios, tais como, o da formação do profissional, da organização curricular integrada, da utilização de metodologias e mecanismos de assistência que favoreçam a permanência e a aprendizagem do estudante, da falta de infraestrutura para oferta dos cursos dentre outros. De acordo com o Decreto nº 5840, 13 de julho de 2006, os Documentos Base do PROEJA e a partir da construção do projeto pedagógico integrado, os cursos podem ser oferecidos das seguintes formas:

- 1- Educação profissional técnica integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 2- Educação profissional técnica concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 3- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 4- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino fundamental na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 5- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional integrada ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos.
- 6- Formação inicial e continuada ou qualificação profissional concomitante ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (MEC, 2013).

Localizado na Rodovia Municipal Joaquim Ferreira, Fazenda Sobradinho, s/n, Zona Rural (Figura 2), o Campus Uberlândia é constituído pela seguinte estrutura física: 24 salas de aulas distribuídas entre o prédio principal, centro de treinamento e setores; anfiteatro com capacidade para 400 pessoas; biblioteca; centro de treinamento; centro de convivência; refeitório com capacidade para 400 pessoas; setor de panificação e açougue (anexos ao refeitório); lavanderia; alojamento estudantil; cooperativa dos alunos; estacionamento; laboratórios de informática (quatro); laboratório de biologia; laboratório de química; laboratório de microbiologia; laboratório de meio ambiente; laboratório de alevinos; laboratório de análise sensorial; setor de manutenção diária; setor de audiovisual com equipamentos variados (datashow, televisão e vídeo, som e projetor de slides); agroindústria com setores de processamento de carne, leite, vegetais e cana-de-açúcar; viveiro de mudas (dois). Além dos setores de campo das áreas de Zootecnia, Agricultura e Infraestrutura rural: Zootecnia I: animais de pequeno porte; Zootecnia II: animais de médio porte; Zootecnia III: animais de grande porte; Agricultura: horticultura, culturas anuais e culturas perenes; Infraestrutura rural: mecanização agrícola, irrigação e drenagem, topografia, construção e instalações.

A então conhecida Escola Agrotécnica, com a transformação para Instituto Federal de Educação pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passou a oferecer novos cursos de tecnologia, de graduação e licenciaturas. A instituição também está credenciada a oferecer cursos de pós-graduação, respeitados os percentuais de matrículas, previstos na lei, que estabelece além do oferecimento do ensino regular, a disponibilização de cursos de qualificação para os diferentes segmentos da economia local e regional.

Atendendo esta proposta, o Campus Uberlândia do IFTM, em parceria com a CALU - Cooperativa de Produtores de Leite de Uberlândia e SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, oferecem, mensalmente, cursos para produtores de leite ou funcionários do setor. Outro exemplo é que a instituição, também, oferece ou sedia outros cursos de capacitação voltados para funcionários de empresas de máquinas e implementos agrícolas e/ou de serviços voltados ao setor rural.

No intuito de atender a uma gama maior de trabalhadores rurais, proprietários ou não, anualmente, é realizada a Semana da Família Rural (objeto deste estudo). Com esse evento, o Instituto cumpre seu papel de ser um centro de desenvolvimento rural. A Emater simplifica e potencializa seu trabalho de Extensão Rural e junto com os demais e atuais parceiros, como a Prefeitura Municipal de Uberlândia, atinge um maior número de produtores em um único evento.

A despeito de este projeto estar sendo reeditado ao longo de vários anos, não se tem elementos que possibilitem uma aferição de forma sistematizada baseada em metodologia científica e que comprovem com maior segurança os resultados obtidos junto ao público-alvo do evento. Mas, a proposta consiste em buscar e potencializar todas as informações referentes a este evento ao longo de suas 23 edições e, posteriormente, socializá-las com outras instituições congêneres, com efeito multiplicador em todos os campi de vocação agrícola.

Propostas educativas, como a Semana da Família Rural, se sustentam pelo grande alcance social e seu papel multiplicador. Portanto, estudá-la com maior profundidade, buscar entender seus efeitos práticos é com certeza de fundamental importância. Conceber o papel da educação é não limitá-la à oferta de educação regular, mas estendê-la a outras esferas e a outros segmentos, como alternativas de resgate da cidadania e de inclusão social. Assim, o resultado que será posteriormente apresentado neste estudo, baseia-se na verbalização de experiências vivenciadas por produtores e suas respectivas famílias no decorrer do evento realizado. Antes disso, é fundamental entender como foi criado o IFTM – Campus Uberlândia através de seu histórico.

2.4.1 Histórico

Sua origem data-se de 1957, quando em 21 de outubro, a então Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, foi criada pelo Termo de Acordo realizado entre a União e o Estado de Minas Gerais. O ato de cessão foi publicado no Diário Oficial da União em 23 de outubro do mesmo ano e registrado no Tribunal de Contas da União em sessão de 13 de novembro de 1957, estabelecendo a vigência por cinco exercícios financeiros, inclusive para o referido ano.

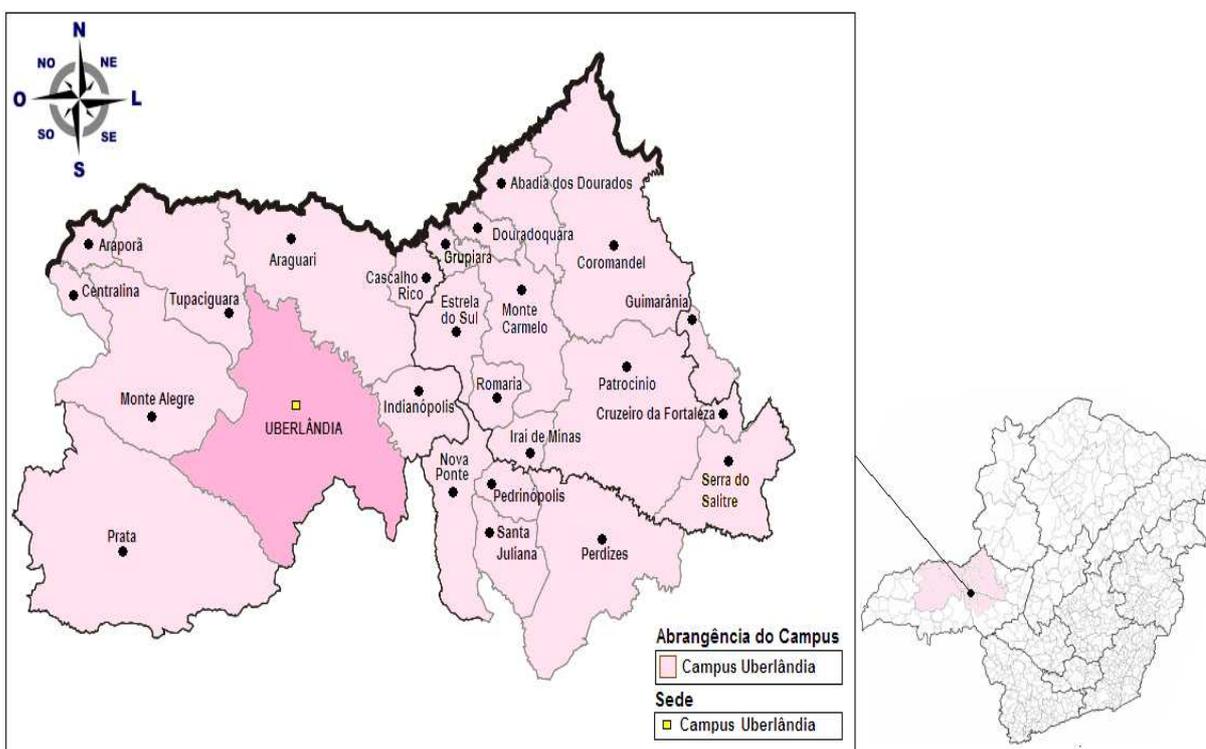


Figura 2 - Mapa de localização. Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.

Em 20 de novembro de 1962 foi assinado um Termo de Renovação do referido acordo para mais cinco exercícios, inclusive o de 1962. A Escola teve como seu primeiro diretor o engenheiro agrônomo Luis de Sousa de Magalhães. Em 13 de fevereiro de 1964, foi designado Colégio Agrícola de Uberlândia, pelo Decreto nº 53.558, de 13 de fevereiro de 1964.

O nome “Escola Agrotécnica Federal” foi-lhe dado pelo Decreto nº. 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05 de setembro do mesmo ano, página nº 12.890, no qual todos os Colégios Agrícolas da Rede da Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário – COAGRI passariam a ter esta denominação. Assim sendo, o Colégio Agrícola de Uberlândia, passou a denominar-se Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia.

A partir de dezembro de 1977, iniciou-se a reforma e ampliação das instalações e aquisição de equipamentos decorrentes do Contrato de Empréstimo 379/S F-BR, celebrado entre o Ministério de Educação e Cultura S-G/PREMEM e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Com esta ampliação, a então Escola Agrotécnica foi dotada de condições para melhorar a qualidade de seu ensino através de aulas teóricas e práticas ministradas com recursos audiovisuais e equipamentos técnicos que possibilitaram aos alunos visualizarem e manipularem os melhores e mais atualizados equipamentos utilizados em agropecuária, na época (IFTM, 2012).

Além da melhoria do ensino, ampliou sua matrícula de 120 alunos para 300 alunos, nos regimes de internato, semi-internato e externato. A Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia passou de 300 para 1.200 alunos. Cresceu paralelamente ao vertiginoso crescimento do município de Uberlândia e, hoje, forma técnicos e tecnólogos, graduados e licenciados, capazes de contribuir ativamente para o desenvolvimento regional e nacional.

2.4.2 O contexto sócio-político-econômico da escola na época da fundação

A Escola Agrotécnica era uma velha aspiração dos uberlandenses, quando em 1922, o coronel José Teófilo Carneiro adquiriu as terras que hoje constituem o Instituto Federal. O marco inicial para a criação da Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, no contexto sócio-político e econômico, aconteceu quando houve a visita de Geraldo Migliorini à Escola de Agronomia de Piracicaba (SP), a convite de seus colegas da época: Monteiro, Alvarenga, Figueiredo e Garcia. Entusiasmou-se tanto que, regressando à Uberlândia, conversando com seu sogro Joaquim Fonseca e Silva, este, o convidou para fazerem uma visita à antiga Fazenda das Sementes. Ali, Migliorini encontrou o lugar ideal para uma escola naqueles moldes (IFTM, 2012).

A oportunidade de trabalhar por esse sonho veio quando assumiu a vice-presidência da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia - ACIUB, nas gestões de 1953 a 1954, comandadas pelo empresário Alexandrino Garcia. Época em que propôs à entidade estudar a possibilidade de se instalar uma Escola Superior de Agronomia na Fazenda das Sementes. A ideia foi bem recebida. Em maio de 1954, uma comissão de diretores da ACIUB compareceu à Exposição Agropecuária de Uberaba, que contava com a presença do presidente Getúlio Vargas para abertura oficial do evento. Além de Alexandrino Garcia e Migliorini, foram também Eugênio Pimentel Arantes, diretor da Fazenda das Sementes e Carlos de Almeida Wutke.

O presidente Getúlio Vargas após recebê-los, passou-os ao ministro da Agricultura, João Cleofas, que acatou a ideia, mas, com restrição. Disse que curso superior não poderia ser porque agrônomo depois de formado quer é emprego público e que, quem planta é o técnico e, por isso daria somente uma escola de “nível médio”. Não havendo alternativa, aceitaram a proposta (IFTM, 2012).

Com a saída de Getúlio Vargas da presidência da República e eleito Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi dado andamento às obras. Desde a aprovação até a construção final da Escola, se passaram muitos anos com as lideranças políticas requisitando, imediatamente, os trabalhos do deputado federal Rondon Pacheco a fim de conseguirem verbas para a construção.

Durante o governo do Marechal Costa e Silva, Rondon Pacheco foi o ministro da Casa Civil e isso fez com que várias autoridades colocassem Uberlândia em seu roteiro de visitas e visitassem as obras inacabadas da Escola Agrotécnica. Na época, Pacheco levou o prefeito municipal, Virgílio Galassi, para a Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA, com sede em Brasília. Paralelamente, Migliorini, que atuava como presidente do Sindicato Rural prometeu a conclusão da Escola Agrotécnica. Paulo Ferola fez constar em ata que, somente isso, valeria uma gestão.

Virgílio Galassi descobriu que o presidente do INDA, Dixhuit Rosado, estava interessado no projeto da Escola Agrotécnica de Uberlândia, então, solicitou e conseguiu uma verba de quinhentos mil cruzeiros para o término da instituição (IFTM, 2012).

Após cerca de dez anos desde a aprovação do projeto até a conclusão da obra, a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, hoje Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Câmpus Uberlândia completou 43 anos formando profissionais

inicialmente voltados para o setor produtivo rural e, também, para as áreas de serviços.

No período de 1957 a 1967, a instituição era subordinada ao Ministério da Agricultura (MA) – Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV) de acordo com o Decreto Lei nº 2.832, de 04 de novembro de 1950. Foi diretor da Escola, o engenheiro agrônomo Eugênio Pimentel Arantes, sendo designado em 04 de fevereiro de 1959, pelo Superintendente do Ensino Agrícola e Veterinário Newton Belleza. No período de 19 de maio de 1967 até 1970, a escola passou para o controle do Ministério da Educação e Cultura (MEC) – Diretoria do Ensino Agrícola (DEA), através do Decreto 60.731, de 19 de maio de 1967 (IFTM, 2012).

Eugênio Pimentel Arantes foi dispensado do cargo em 7 de novembro de 1968 pelo então diretor do Ensino Agrícola do Ministério da Educação e Cultura, Wanderley do Prado Barreto. Em 06 de março de 1969, foram designados os engenheiros agrônomos Luiz Gonzaga de Souza Magalhães, responsável pela Direção do Colégio Agrícola de Uberlândia e Sérgio Roberto Dotto, auxiliar imediato na Direção do referido Colégio Agrícola, ambos pertencentes à rede de estabelecimentos de ensino da Diretoria do Ensino Agrícola.

Com a saída dos agrônomos, assumiu a direção interinamente a professora Neusa de Lima Nogueira. Nesse sentido, na época da atuação do DEA, reformulou-se a filosofia do ensino agrícola em geral, sendo implantada, então, a metodologia do sistema escola-fazenda, que se baseou no princípio “aprender a fazer e fazer para aprender” (IFTM, 2012).

No período de 1970 até 1973, a escola passou para o controle do MEC – DEM (Departamento de Ensino Médio). Continuou a diretora Neusa de Lima Nogueira até a nomeação do engenheiro agrônomo Amauri Greco, nomeado pelo diretor do DEM. Com a saída deste, ficou respondendo pela direção do Colégio Agrícola, Marcelo Diógenes Maia, diretor também do Colégio Agrícola de Machado (MG). Interinamente, ocupou também a direção, Armando de Sousa Pereira. Além deste, em 1971, Luis Soares de Medeiros, foi nomeado diretor tendo como vice, Antônio Edmar Teixeira de Holanda. Posteriormente, este tornou-se diretor do Colégio Agrícola, nomeado interinamente.

Em 1973, o diretor do DEM, o coronel Torquato Caiado, nomeia Eurico Hécio Sarmiento como diretor da Escola Agrotécnica, o qual permaneceu na direção até 1975. Através do Decreto nº 72.434 de 09 de julho de 1973, a Escola passa para o controle da COAGRI. Posteriormente, o Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975, alterou a sua denominação para Coordenação do Ensino Agropecuário.

De 1975 até 1983, a direção da Escola Agrotécnica foi exercida por Pedro Miranda Damasceno, tendo como vice Antônio Edmar Teixeira de Holanda, em seguida Ronaldo Yoshimi Kitamura. A partir de dezembro de 1977 iniciou-se a reforma e ampliação das instalações e equipamentos, conforme a figura 3. Graças a esta ampliação, a instituição passou a ter condições para oferecer uma melhor qualidade de seu ensino o qual passou a oferecer aulas teórico-práticas ministradas com recursos audiovisuais e equipamentos técnicos modernos e atualizados (IFTM, 2012).



Figura 3 – Fachada do prédio principal do IFTM - Câmpus Uberlândia - Unidade I. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.

A regularidade do ensino ministrado pela Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia foi reconhecido através da Portaria nº 086, de 07 de outubro de 1980, pelo Ministério da Educação e Cultura. Em 13 de abril de 1982, foi assinado um Termo de Convênio entre a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, com o objetivo de apoiar o ensino de 1º Grau e Pré-Escolar desenvolvido na Escola Municipal de 1º Grau de Sobradinho, conforme Termo de Convênio nº 03/82, com a vigência de cinco anos.

De 1983 até 2002, a direção da Escola foi exercida por Lylia Simonassi Damasceno, tendo como vice-diretor e após a mudança do organograma em 1987, o diretor adjunto Ronaldo Yoshimi Kitamura.

Com a edição do Decreto nº 93.613, 21 de novembro de 1986, a instituição passa para o controle da SESG – Secretaria de Ensino de Segundo Grau. Continuou como diretora Lylia Simonassi Damasceno, tendo como diretor adjunto Ronaldo Yoshimi Kitamura (julho/1988) e que, após o seu falecimento, foi nomeado Ruben Carlos Benvegnú Minussi (agosto/1988).

Em 05 de maio de 1989, foi assinado o segundo Termo de Convênio de nº 01/89 entre SESG – Secretaria de Ensino de 2º Grau do MEC e a Prefeitura Municipal de Uberlândia, por mais dois anos, a partir de 15 de abril de 1989. Em 12 de abril de 1990, o Ensino Agrotécnico passou a ser subordinado à SENET, segundo a Lei nº 8.028, nos termos da alínea “C” do item II, do artigo 23. Vinculando a Escola a essa Secretaria, continuando como diretora, Lylia Simonassi Damasceno, e como diretor adjunto, Ruben Carlos Benvegnú Minussi.

Através da Lei nº 8.490, de 19 de novembro de 1992, alínea “C”, inciso v, artigo 19, é criada a SEMTEC, ligando a Escola Agrotécnica de Uberlândia a essa secretaria. Logo após a sua criação, assume a direção da escola o engenheiro agrônomo Carlos Henrique Costa Nazareno.

Por meio da Lei nº 8.731, de 16 de novembro de 1993, as escolas agrotécnicas federais são transformadas em autarquias, adquirindo com isso autonomia administrativa, do ponto de vista didático-pedagógico e financeiro. Através do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004 é

criada a SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Assim, os diretores adquiriram o direito de um terceiro mandato. Com esta prerrogativa, o diretor Carlos Henrique Costa Nazareno permaneceu na direção até outubro de 2004.

Com o advento do Decreto nº 4.877, de 13 de novembro de 2003, que estabelece a eleição direta para Diretor de Escolas Agrotécnicas Federais, o professor Ruben Carlos Benvegnú Minussi, passou a ser o primeiro diretor eleito, tomando posse em outubro de 2004. Em 2008, o mesmo é reeleito, atuando no cargo até hoje (IFTM, 2012).

Além das eleições, em 2004, é autorizado o funcionamento do primeiro curso de graduação nas escolas agrotécnicas federais. O Curso de Tecnologia de Alimentos foi o primeiro a ser oferecido pela Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia, de acordo com o parecer nº 14/2004, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

O referido parecer é favorável à autorização de funcionamento, em caráter experimental, dos Cursos Superiores de Tecnologia, a serem ofertados pelas escolas agrotécnicas federais, conforme consta no processo nº. 23001.000076/2004-62.

Assim, o calendário escolar do curso teve início no primeiro semestre de 2005 e sua aula inaugural foi proferida pelo engenheiro agrônomo Marcelo Prado, no dia 4 de março daquele ano, no auditório do Campus. Nesse sentido, a referida graduação teve o seu reconhecimento em 2007, de acordo com o disposto, na Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, e na Portaria nº 1.647, de 25 de novembro de 1999.

A Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia é transformada em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia, através da Lei nº 11.892/2008, a qual criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, em todos os estados da federação, sendo cinco em Minas Gerais. A razão dessa mudança tem como intenção, conforme diz a lei:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente (BRASIL, 2008).

E no que tange aos objetivos propostos pelos institutos federais ressalta-se, de acordo com a lei:

Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais:

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional; e

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (BRASIL, 2008).

No dia 1º de fevereiro de 2010, em cerimônia dirigida pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em Brasília, são inaugurados vários campus-avançado, dentre os quais o Campus Avançado de Uberlândia. Esta unidade, antes era uma escola comunitária, oriunda de financiamento do PROEP - Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Profissional, foi federalizada e suas instalações passaram a fazer parte do patrimônio do Instituto Federal do Triângulo Mineiro, como parte anexa ao Campus Uberlândia e setor localizado na zona urbana de Uberlândia (conforme mostra a fachada da Unidade II na figura 4).



Figura 4 – Fachada da Unidade II do IFTM – Campus Uberlândia. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.

O primeiro curso a ser oferecido na Unidade II, do Campus Uberlândia, recém-incorporada ao patrimônio, foi o Curso de Tecnologia de Sistemas de Informação, o qual foi criado no início do ano de 2009 e teve suas aulas inauguradas em fevereiro de 2010, como mostra a figura 5.

No mesmo ano, além deste, foi implementado o Curso de Licenciatura em Informática e suas aulas tiveram início no segundo semestre de 2010. Logo no semestre posterior, em 2011, foi inaugurada a graduação em Logística, na Unidade II, do Campus Uberlândia e nesse mesmo ano, foram abertas as vagas para o Curso de Engenharia Agrônômica, na Unidade I. Dessa forma, conquistou-se maior abrangência para dar oportunidade a mais estudantes interessados nos cursos oferecidos pelo Instituto Federal do Triângulo Mineiro tanto na zona rural quanto na urbana.

Para finalizar este capítulo é pertinente ressaltar no próximo tópico quais os cursos que estão sendo oferecidos pelo Instituto, para que se tenha uma ideia de como a instituição cresceu desde a sua inauguração até os dias de hoje em termos de capacidade em disponibilizar diversos tipos de Educação do Campo (formação técnica e superior, além de extensão) para as pessoas que estão envolvidas com o campo.



Figura 5 – Fachada do prédio dos cursos superiores - Unidade II. Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.

2.4.3 Educação Continuada, Pós-Graduação e outros cursos oferecidos pelo IFTM

O IFTM - Campus Uberlândia oferece cursos de Proeja-FIC em parceria com escolas estaduais e municipais, Curso de Capacitação de Docentes Proeja-FIC e outros de qualificação em parceria com o Sebrae. Durante a Semana da Família Rural são oferecidos aproximadamente 30 cursos de qualificação, assunto que será tratado no próximo capítulo.

Além disso, o Instituto Federal do Triângulo Mineiro em parceria com o Campus Uberaba está oferecendo Curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Tecnologia de Alimentos e se prepara para oferecer novos cursos de Pós-Graduação em *Lato Sensu*.

Na Tabela 01 estão elencados os cursos oferecidos pelo Campus Uberlândia com o número de alunos correspondentes.

Tabela 01 – Cursos do Campus Uberlândia e alunos correspondentes

Cursos Técnicos	Turma	Nº. Alunos	Total
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	1ºA	48	139
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	1ºB	49	
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	1ºC	42	
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	2ºA	31	105
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	2ºB	33	

Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	2°C	41	
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	3°A	25	80
Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio	3°B	25	
Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio	3°C	30	
Subseqüente em Agropecuária Matutino	1° Período	47	128
Subseqüente em Agropecuária Vespertino	2° Período	42	
Subseqüente em Agropecuária Vespertino	3° Período	39	
Subseqüente em Meio Ambiente Matutino	3° Período	13	13
Subseqüente em Informática Matutino	3° Período	08	08
Cursos Superiores	Turma	Nº. Alunos	Total
Tecnologia em Alimentos	1° Período	45	155
Tecnologia em Alimentos	2° Período	30	
Tecnologia em Alimentos	3° Período	40	
Tecnologia em Alimentos	4° Período	17	
Tecnologia em Alimentos	5° Período	23	
Tecnologia em Sistemas para Internet	1° Período	51	100
Tecnologia em Sistemas para Internet	2° Período	25	
Tecnologia em Sistemas para Internet	3° Período	24	
Licenciatura em Computação	1° Período	32	56
Licenciatura em Computação	2° Período	24	
Tecnologia em Logística	1° Período	32	32
Engenharia Agrônômica	1° Período	40	40
Polo Presencial	Araguari		
Polo Presencial	Tupaciguara		

Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.

A extensão, no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM é tida como o processo educativo, cultural e científico, articulado ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, ampliando a relação transformadora do Instituto em diversos segmentos sociais, promovendo o desenvolvimento local e regional, a socialização da cultura e do conhecimento técnico-científico.

A extensão no IFTM possui diversos níveis de articulação e integração, de maneira a ofertar visibilidade para todos os segmentos sociais, seja frente ao seu público alvo estudantil, em seu universo cultural, das artes, seja na ampliação de formas diferenciadas de educação e pesquisa para a sociedade integrando-a ao mundo do trabalho e da produção.

As atividades de extensão são realizadas em cada campus do IFTM de acordo com suas demandas e realidades locais, seguindo as orientações do regulamento de atividades de

extensão do IFTM, oficializado pela resolução nº 139/2011 de 19 de dezembro de 2011. Assim, as ações deste campus foram ampliadas por meio do desenvolvimento de atividades que enriquecem o ato pedagógico-educativo, além de constituir o canal de interação com a sociedade (IFTM, 2013).

No próximo capítulo será tratado a respeito do evento Semana da Família Rural, promovido pelo IFTM – Campus Uberlândia, sua importância para as famílias rurais e para a educação extensionista brasileira como meio de formação ligada ao cotidiano socioeconômico da vida no campo e de seus sujeitos.

3 CAPÍTULO III

SEMANA DA FAMÍLIA RURAL: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA EDUCAÇÃO EXTENSIONISTA

Neste capítulo será abordada a questão da educação extensionista, os desafios e possibilidades que suscitam este ramo da educação não formal para o campo, que na experiência da Semana da Família Rural, promovida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia (IFTM) em parceria com a Emater-MG, apresenta uma concepção e uma prática educativa alicerçada nas articulações entre os atores políticos e institucionais.

Contudo, é fundamental contextualizar esse tema partindo da premissa segundo a qual os estudiosos tratam a educação extensionista como prática transformadora e seu consequente desenvolvimento rural.

3.1 Desenvolvimento rural e suas perspectivas dentro do contexto da Extensão Rural

Dessa forma, importa-se delinear considerando o conceito de desenvolvimento rural como aquele que se constitui da criação de novos produtos e serviços, associados a mercados atualizados; busca maneiras de diminuir gastos a partir de recentes trajetórias tecnológicas; almeja reconstruir a agricultura não apenas no nível dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, diante disso, “[...] uma saída para as limitações e falta de perspectivas intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (PLOEG et. al., 2000, p. 395).

De acordo com esses autores, o desenvolvimento rural é um procedimento multinível, multiatores e multifacetado, já que é preciso considerar o desenvolvimento rural num nível global, a partir das relações entre agricultura e sociedade; como um modelo para o setor agrícola, com particular atenção às sinergias entre ecossistemas locais e regionais; além de ser uma firma individual, destacando-se as novas formas de alocação do trabalho familiar, especialmente a pluriatividade, que incide na melhoria de condições de vida e trabalho para as famílias rurais. Com isto, a complexidade das instituições envolvidas no processo de desenvolvimento rural é que faz com que dependa de múltiplos atores, envolvidos em relações locais e entre as localidades e a economia global (redes). Também, torna-se importante destacar que tais instituições são representantes políticos e sociais das comunidades do campo (PLOEG et. al., 2000).

Assim, as novas práticas, como administração da paisagem, conservação da natureza, agroturismo, agricultura orgânica, produção de especialidades regionais, vendas diretas, entre outros, fazem do desenvolvimento rural um processo multifacetado, em que propriedades que haviam sido consideradas dispensáveis no cenário da modernização podem assumir novos papéis e estabelecer outras relações sociais com diversas empresas e com os setores urbanos (PLOEG et. al., 2000).

Por isso,

Os novos esquemas de desenvolvimento rural erguem-se sobre duas estratégias ou proposições fundamentais: ‘diversificar e aglutinar’. O primeiro dos termos diz respeito ao incentivo a todo tipo de atividades e

iniciativas levadas a termo pelo agricultor e seus familiares no seio da exploração ou fora dela. Aglutinar, por outra parte, significa a possibilidade de que a união dos distintos ingressos gerados mediante a diversificação sirvam para garantir um nível de vida socialmente aceitável. O crucial é que a especialização produtiva conduz à instabilidade e dependência exclusiva a uma única fonte de ingresso, o exercício de múltiplas atividades simultaneamente permite um maior grau de autonomia e uma ocupação plena da força de trabalho do grupo doméstico (SACCO DOS ANJOS, 2003, p. 76).

De acordo com Kageyama (2004), é fundamental entender, ainda, que existe um conjunto de elementos que favorecem (ou compõem) o desenvolvimento rural no contexto rural brasileiro:

- A integração mercantil com cidades da própria região: o dinamismo econômico das cidades de médio porte, principalmente pela criação de atividades 'terciárias', favorece o desenvolvimento das comunidades rurais 'adjacentes'.
- A combinação de uma agricultura familiar consolidada com um processo de urbanização e industrialização endógeno e descentralizado, gerando um mercado local de consumo de produtos diversificados e fornecimento de matérias-primas e mão de obra rural para a indústria local.
- A pluriatividade das famílias rurais, que permite a retenção de população rural e redução do êxodo.
- A diversidade das fontes de renda, que permite maior autonomia (menor dependência da atividade agrícola exclusiva) e menor instabilidade da renda.
- Os programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade de vida, que permitem reduzir as migrações e a luta contra o isolamento.
- A existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (vinhos, turismo, etc.), possibilitando a internalização de externalidades positivas. (KAGEYAMA, 2004, p. 389).

Portanto, o desenvolvimento rural recebeu apoio de diversas formas para ampliar-se abrangendo, com isso, municípios de médio porte e sua economia que fornecem matérias-primas para a indústria local, mantendo uma movimentação considerável e importante para manter a família muito bem instalada no campo, com geração de fontes de renda independentes. O desenvolvimento rural torna-se uma consequência dessas ações que, segundo Abramovay (2003, p. 52),

Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.

O estudo teórico das ações que auxiliam a implementação e a existência do desenvolvimento nas áreas rurais precisa ainda de um tratamento específico, por isso é necessário recorrer a outras disciplinas que tratam do desenvolvimento econômico em regiões rurais, como a economia regional e o campo multidisciplinar dos estudos rurais (economia rural, sociologia rural, geografia rural, demografia, etc.). Contudo, é complicado entender que o desenvolvimento das áreas rurais pode ser explicado por uma das teorias de diversas áreas de pesquisa. No campo dos estudos rurais, por exemplo, três enfoques podem ser identificados: o do desenvolvimento exógeno, o do desenvolvimento endógeno e uma

combinação dos dois (TERLUIN, 2003).

Conforme Kageyama (2004, p. 383-384) explica que:

No primeiro enfoque, o desenvolvimento rural é imposto por forças externas e implantado em certas regiões. Exemplo emblemático é o das políticas de modernização da agricultura como forma de estimular o desenvolvimento rural. O enfoque do desenvolvimento endógeno centra-se no desenvolvimento local, gerado por impulsos locais e baseado predominantemente em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papel crucial; o caso típico é o dos modelos dos distritos industriais. Finalmente, o desenvolvimento rural pode ser visto como uma combinação de forças internas e externas à região, em que os atores das regiões rurais estão envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem variar significativamente entre regiões.

Assim, o modelo da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, foi substituído pela aplicação do desenvolvimento rural, no qual incluem-se a busca de uma nova regra estrutural (política e economicamente observando) para o setor agrícola, com a renovação de metas, como a produção de bens públicos (paisagem), o ecoturismo, a ecoagricultura, a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais por meio de ações que fomentem essa prática, como a preparação profissional por meio da educação extensionista (PLOEG et. al., 2000).

No que tange ao público-alvo cativo da educação para o campo, a família rural necessita de apoio para se fundamentar em suas práticas profissionais de maneira que participe de cursos e/ou oficinas que a auxiliem na preparação para o mercado e para as demandas tecnológicas dos dias atuais. Freire (1992) analisa a conscientização e a libertação sob o enfoque educacional e percebe que as mudanças para a autonomia só ocorrerão se a escola cumprir com a sua função de “formação” não se “deixando levar” pela exploração, alienação e mercantilização da educação e da cultura.

O autor visa à formação do cidadão, crítico, político e consciente de sua responsabilidade com o mundo, num processo que valoriza uma concepção humanista, a qual resgata valores e percebe na escola um instrumento que possa gerar mudanças sociais, onde o educador e o educando são agentes de transformação num processo dialógico e humanizador que vê no diálogo a base da construção do conhecimento:

O diálogo não é um produto histórico, é a própria historicização. É ele, pois, o movimento constitutivo da consciência que, abrindo-se para a infinitude, vence intencionalmente as fronteiras da finitude e, incessantemente, busca reencontrar-se ela a si mesma num mundo que é comum; porque é comum esse mundo, buscar-se a si mesma é comunicar-se com o outro. O isolamento não personaliza porque não socializa. Intersubjetivando-se mais, mais densidade subjetiva ganha o sujeito. (FREIRE, 1987, p. 16).

Portanto, segundo Navarro (2001, s. p.):

A recente condensação de demandas sociais centradas em torno da noção de agricultura familiar igualmente tem reforçado esta tendência de reivindicar novos padrões de desenvolvimento rural que incluam mecanismos de

repercussão local. A utilização desta noção, no Brasil, esbarra também em outro entrave: uma premissa falsa sobre a qual se sustenta. Por tal premissa argumenta-se que os ‘atores locais’ já estão devidamente preparados para o desempenho de ações locais (ou, quando muito, podem se organizar rapidamente, se estimulados nesta direção).

Devido a essa preparação, através da educação extensionista, as famílias rurais fizeram com que a economia dos próprios municípios-sede melhorasse em termos de desenvolvimento econômico e dependência de insumos de outras localidades. Entretanto, ainda enfatiza,

um sumário conhecimento empírico das organizações representativas dos agricultores familiares, dos assalariados rurais e dos ‘sem terra’ em nosso país, no tocante ao seu funcionamento e aos seus limites operacionais, indicaria exatamente o inverso. Não obstante o enorme esforço já realizado e os novos e promissores formatos organizacionais sendo implementados, tais entidades são ainda insuficientes em número e, especialmente, quase sempre pouco representativas e de baixa capacidade de mobilização social. A escassa tradição associativista existente no campo brasileiro, como atualmente demonstram as evidências, é um claro limitador de iniciativas que tenham sua centralidade nos âmbitos exclusivamente locais (NAVARRO, 2001, s. p.).

Nesse entendimento, segundo Silva (2000), as recentes mudanças ocorridas na sociedade brasileira passaram a gerar novos desafios para a Extensão Rural, cobrando-lhes algumas transformações e adequações, como a valorização e consciência sobre a questão ambiental, a ascensão da filosofia neoliberal, a necessidade de trabalhar com o produtor, a adaptação às novas tecnologias, adaptando a informação técnica a sua realidade. Acentua-se a demanda em se trabalhar com o uso de técnicas qualitativas (métodos educativos e participativos), mobilização por políticas públicas para o meio rural são alguns elementos e questões que configuram o novo papel social e educativo da Extensão Rural, sendo uma condição fundamental para que esse instituto não se torne obsoleto e que permita-se a sua sobrevivência institucional e sua sustentabilidade.

3.2 Modelos teóricos em Extensão Rural

Dos modelos teóricos em Extensão Rural, há de se tratar do modelo de difusão de inovações. O surgimento deste no Brasil teve o principal propósito de propagar tecnologia importada, através de uma metodologia que preconizava o desenvolvimento do meio rural. Segundo Turchielo (2003), este método baseou-se nas propostas de Berlo e Rogers, que consistiam no convencimento ao produtor rural de forma que esse viesse a aderir às propostas inovadoras dos pacotes tecnológicos. Neste contexto, Quesada (1980, p. 32 *apud* TURCHIELO, 2003, p. 33) define “a difusão de inovações como o processo pelo qual um público adota algo, através do tempo, numa determinada cultura”. Dessa maneira, o aperfeiçoamento é algo percebido como novo por elementos de certo sistema social, independentemente se foi inventado há pouco tempo ou não. A “difusão”, segundo Turchielo (2003), é o processo de persuasão aos produtores da inovação. Este processo é planejado e parte de estratégias de extensão e formas de como se representar uma determinada tecnologia para um sistema de agricultura.

Conforme Turchielo aborda (2003, p. 34),

Introduzir o novo significa fazer a troca de algo, ou também substituir modos tradicionais que estão sendo aplicados por novas formas ou até complementares. O objeto principal desse modelo é a tecnologia a ser difundida ao agricultor, visando a aumentar a produtividade e a produção de seus cultivos e criações. O extensionista acaba sendo o agente de mudanças tecnológicas, vendendo tecnologias para os agricultores, demonstrando e ensinando como deve ser feita a sua utilização.

Sobretudo, de acordo com o autor, a especificidade do trabalho extensionista é sobre o produto, sendo que a mensagem a ser difundida envolve sempre uma tecnologia a ser utilizada para aumentar e melhorar a produção e a produtividade de um determinado produto. Com isso, a inexistência de um trabalho associativo e coletivo é uma característica marcante dessa perspectiva. As recomendações geralmente são individualizadas conforme as particularidades de cada produtor e de cada propriedade, não interessando o trabalho grupal, o que permite um diálogo mais assertivo com cada família rural para tratar de seus problemas e suas necessidades.

Quesada (1980, p. 40-41 *apud* TURCHIELO, 2003) descreve que estudos referentes ao modelo de difusão de inovações têm esclarecido que a adoção de tecnologias está caracterizada por quatro categorias de adotantes, de acordo com o tempo que levam no processo de adoção, são classificados em “inovadores, adotantes rápidos, maioria e retardatários”, porém essas categorias diferenciam-se quanto às características socioeconômicas, psicológicas e comportamentais do público atingido. Por isso, para Turchielo (2003), dentre os “inovadores”, de modo geral, em qualquer grupo social, sempre há aqueles predispostos a assumirem riscos maiores e a adotarem concepções mais modernas antes que os outros. Estes, frequentemente, não se integram às comunidades em que residem por serem mais desbravadores e orientar-se por um contexto mais variado.

Os chamados de “adotantes rápidos” fazem parte de um grupo reduzido de inovadores que, após este primeiro grupo aceitar e adotar a inovação, seguem seus passos e desenvolvem-se nas questões as quais estão inseridos. Estes adotantes rápidos possuem orientação mais local, não se arriscando tanto como os inovadores. Nesse grupo, encontram-se os líderes de opinião, são respeitados e possuem credibilidade pela comunidade e que promovem as apresentações das inovações para o restante da maioria (TURCHIELO, 2003).

Essa categoria “maioria” concentra a maioria dos produtores, uma vez que a inovação foi aprovada e incorporada pelos formadores de opinião, então o trabalho de disponibilizar práticas transformadoras dos extensionistas ou agentes de mudanças começa a ser facilitado. Sendo assim, no processo de tomada de decisão, levam mais tempo para chegar aos estágios finais da adoção ou rejeição. De uma determinada maneira, estes precisam de uma pressão social para adotar a inovação (TURCHIELO, 2003).

Já os “retardatários” são aqueles que fazem parte de um grupo social normalmente constituído de outra pequena minoria. São considerados os mais tradicionais, apegados aos costumes das gerações passadas, com pouco contato com os extensionistas e com a comunidade. Para os extensionistas ou agentes de mudança, trata-se de um grupo mais absorvido em suas ideias e a tendência é afastar-se deste, pois mesmo quando adota a inovação, isso acontece tão defasado dos demais que não chega a compensar o investimento organizacional e aparecer nos relatórios institucionais, portanto, o custo não é compensado (TURCHIELO, 2003).

Silva (2000) observa que os indicadores utilizados para avaliar, precisamente, o sucesso e eficácia das práticas estabelecidas pela Extensão Rural resumem-se ao número de agricultores que adotaram as tecnologias propostas. Contudo, os reais indicadores de sucesso da ação extensionista, nesse modelo, deveriam ser o aumento da produção e produtividade

que, no entanto, são pouco utilizados, uma vez que a amostragem sofre influências de outros fatores.

De acordo com Truchiolo (2003), o modelo difusionista é fácil de ser operacionalizado na prática, principalmente numa sociedade capitalista, em que se procura difundir e vender tecnologias mesmo que não sirvam para um determinado público. Pois seu enfoque assume que as inovações fluem dos centros de pesquisas e os extensionistas trabalham no sentido de estar oferecendo o melhor para a comunidade. Para tal, utilizam-se do discurso que a adoção de tecnologias sempre traz desenvolvimento e não há nenhuma preocupação com aqueles que não possuem recursos para subsidiar tais investimentos e a formulação de estratégias alternativas, pois se trabalha com os adotantes, os desbravadores.

Com relação ao modelo de mudança estrutural, há de se entender que ao analisar semanticamente o termo extensão, “como estender algo a alguém”, pode-se afirmar que o extensionista procura estender seus conhecimentos e suas técnicas para, depois disso, orientar os outros. E essa ação da extensão acontece no domínio humano e em uma realidade concreta, questionando a ação do extensionista, que envolve propagar saberes a uma realidade inferior – com objetivo de normalizá-la (TURCHIELO, 2003). Sob esta ação, julga que a “Extensão Rural não corresponde a um que fazer educativo libertador” (FREIRE, 1992, p. 22). E justifica dizendo que o extensionista quando tem opção por uma educação libertadora, problematiza a realidade concreta, atuando criticamente sobre ela. Sua tarefa corresponde ao conceito de comunicação e não ao de extensão.

As contribuições de Freire (1992), no sentido que entende outra dimensão, a qual chamou de “comunicação”, amplia as possibilidades de ação que não estavam prescritas para a prática extensionista até então, já que ele percebe a comunicação como processo de relações, o que contempla um amplo espectro de ações, as quais teriam em comum apenas a exigência de assegurar um caráter dialógico à comunicação. Assim, o discurso é uma prática que contribui com o fomento da criação de ações que contemplem o ensino extensionista rural.

O trabalho do extensionista é tentar, simultaneamente, com a capacidade técnica, superar a percepção surpreendente da realidade. Esta substituição dos procedimentos empíricos por técnicas elaboradas é um problema antropológico, epistemológico e estrutural de uma sociedade que até há pouco tempo estava relegada à subjugação estrutural, social e econômica. Assim, não pode ser resolvido pela simples transmissão de saberes e práticas educativas. Não é possível ao extensionista educador tentar mudança nas atitudes dos camponeses em relação aos aspectos citados e nem ignorar seus conhecimentos sem conhecer a sua visão de mundo deste ambiente na totalidade e buscar entendê-lo (FREIRE, 1992).

Portanto,

Esse modelo proposto por Paulo Freire tem uma série de aportes teóricos que não são fáceis de se colocar em prática, muitas vezes tornando-se inviável que o serviço de extensão rural trabalhe contra os projetos de governos. Neste sentido, ou desaparecem os governos, ou então o serviço de extensão rural, já que esse é um aparelho ideológico do estado. Esse pensamento influenciou no referencial teórico educativo da extensão rural, principalmente no discurso de um grupo de extensionistas, que elaboraram uma série de críticas, questionando sobre suas práticas e dizendo que o projeto extensionista não havia cumprido seu intento de melhorar as condições de vida das famílias rurais. Estas discussões nomeadas, na própria instituição, como o repensar da extensão rural no final da década de 80, contribuíram para as redefinições na prática extensionista (TURCHIELO, 2003, p. 39).

Dessa forma, a prática extensionista mudou para melhor, pois busca entender aquele grupo familiar rural em específico, respeitando o seu discernimento em relação ao tema e buscando conciliar/adaptar a sua realidade com as propostas de inovação.

Com relação ao enfoque de sistemas, não é considerado um modelo teórico de paradigma que orienta práticas na Extensão Rural, já que pode ser utilizado tanto na norma da difusão de inovações, como também, no que se refere à mudança estrutural. Porém, o que determinará suas ações e objetivos é o modo de sua abordagem ou conotação de seus agentes, que poderá assumir as visões de sistemático (*hard*) ou sistêmico (*soft*).

[...] Na visão sistemática, a totalidade é igual as partes que compõem, por outro lado, a visão sistêmica discorda, e afirma que a totalidade é diferente das partes que a compõem, baseados na argumentação de que existem propriedades emergentes, não de partes isoladas, mas sim da totalidade organizada, que são as que originam esta diferença, e quando ocorre redução no sistema, estas propriedades por sua vez não emergem (OZELAME et. al., 2002, p. 55).

Nesta concepção, segundo Ozelame et. al. (2002), o enfoque *soft-systems* (sistemas macios) emergiu como uma alternativa para o processo de construção do desenvolvimento rural, já o *hard-systems* (sistemas duros) basicamente acontece num processo positivista, que envolve o produtor e agente externo ligado somente pelo fator econômico. As principais diferenças entre as abordagens são:

No enfoque *hard-systems*: o foco em sistemas físicos de produção (e em objetos mais simples) e no controle das entradas visando otimizar saídas; crença em uma única e objetiva realidade (a qual a ciência tem acesso privilegiado); ênfase na identificação da dificuldade, na solução técnica e no produto a ser obtido; busca-se uma solução "ótima" para o problema identificado; maximização de um único objetivo (ex. desenvolvimento técnico e econômico); conflitos são em geral ignorados; valoriza-se o conhecimento "local", mas prevalece a superioridade do "científico"; comunicação como transmissão de conhecimentos e informações; paradigma positivista e multidisciplinaridade (OZELAME et. al., 2002).

Já no enfoque *soft-systems*: o foco nas interações de sistemas vivos e complexos (sobretudo humanos) e na construção social das decisões e ações; acredita-se em múltiplas realidades (cada indivíduo interpreta a sua diferentemente); ênfase no processo de formulação dos problemas e suas diversas interpretações; procura-se construir várias soluções satisfatórias alternativas; harmonização de vários objetivos (ex. desenvolvimento econômico, social e ambiental); consideração e manejo de conflitos; todas as maneiras de conhecimento são igualmente válidas; comunicação como diálogo, conhecimento é construído socialmente; paradigma construtivista e interdisciplinaridade (OZELAME et. al., 2002).

No que se refere à conclusão deste tópico, é importante afirmar que, assim como os demais serviços públicos, a Extensão Rural está permeada por diversas influências e relações externas, que estão na atual sociedade, não sendo, portanto, uma instituição isolada e ideologicamente autossuficiente. Esse é um aparelho ideológico do Estado com função e modelo conceitual próprio e que tem uma prática social determinada.

A tarefa de extensão busca a essência, um processo de ação educativo, envolvendo os agricultores, suas famílias e as próprias comunidades, orientando de modo a induzir mudanças quanto ao comportamento individual e coletivo para impulsionar a economia do campo, deixando para trás anos de negligência com essa coletividade. A Extensão Rural caracteriza-se como uma ação eminentemente educativa, a qual contribui para o aumento da produção e produtividade da agricultura brasileira, mas primeiramente, possibilita ao produtor rural a aquisição de saberes que são necessários para constituir o instrumento certo na manutenção de sua própria sobrevivência (CAPORAL, 1991).

Num ambiente de mudanças proporcionado pela educação extensionista rural influencia diretamente e positivamente a prestação de serviço dos agentes, estimulando a implementação de processos educativos que favoreçam a inclusão social dos agricultores e famílias rurais, a produção e apropriação do conhecimento e o desenvolvimento da consciência crítica e da capacidade dos atores sociais conceberem e articularem um projeto histórico próprio. Dessa forma, a Extensão Rural rompe com o modelo extensionista baseado na Teoria da Difusão de Inovações e coloca em evidência a revisão dos objetivos e estratégias para a Extensão Rural pública (CAPORAL, 1991).

3.2.1 A família rural segundo a Emater

De acordo com a Emater (2012), entende-se por Agricultura Familiar o cultivo da terra realizado por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra essencialmente o núcleo familiar, em contraste com a agricultura patronal - que utiliza trabalhadores contratados, fixos ou temporários, em propriedades médias ou grandes.

Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira são produzidos por agricultores familiares. De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar, aproximadamente 13,8 milhões de pessoas trabalham em estabelecimentos familiares, o que corresponde a 77% da população ocupada na agricultura (SAF, 2012).

Entre os estados brasileiros, a Agricultura Familiar tem especial destaque no Paraná. Das 374 mil propriedades rurais no estado, 320 mil pertencem a agricultores familiares. Quase 90% dos trabalhadores estão vinculados à Agricultura Familiar. O Paraná tem uma expectativa de safra de 30 milhões de toneladas de grãos, e mais de 50% do valor bruto da produção vem da Agricultura Familiar. 1/3 das terras do Estado são agricultáveis, e a maior parte está em propriedades com menos de 50 hectares (EMATER, 2012).

Só os dados quantitativos em relação ao universo de pessoas, área ocupada e produtos envolvidos na atividade já seriam suficientes para justificar a elaboração de políticas públicas que visam ao fortalecimento da Agricultura Familiar. Sua importância é ainda maior considerando-se que cria oportunidades de trabalho local, reduzindo o êxodo rural, diversifica a atividade econômica e busca promover o desenvolvimento de pequenos e médios municípios (EMATER, 2012).

As políticas públicas em prol da Agricultura Familiar surgiram, no Brasil, a partir de meados da década de 90, em decorrência do contexto macroeconômico da reforma do Estado. Foram dois os fatores principais que motivaram o surgimento dessas políticas públicas: a crescente necessidade de intervenção estatal frente ao quadro crescente de exclusão social e o fortalecimento dos movimentos sociais rurais.

A heterogeneidade e a desigualdade na distribuição de estabelecimentos e produção são marcantes na Agricultura Familiar. A Secretaria de Agricultura Familiar separa os agricultores em três grupos: 1) os que estão inseridos no campo de atividades econômicas integradas ao mercado, classificados como capitalizados; 2) os descapitalizados ou em transição, mas com algum nível de produção destinada ao mercado; 3) os residentes no espaço rural, assalariados agrícolas e não agrícolas com produção agropecuária voltada quase que exclusivamente ao autoconsumo (MDA, 2012).

Assim, com a criação das cooperativas de agricultores possibilita-se a vantagem de estar ciente da realidade de cada família rural e de conhecer melhor suas dificuldades, pelo fato de serem geridas no seio da própria comunidade. Os agentes financiadores, como os bancos, são instituições extremamente formais, que lidam com os agricultores como um cliente qualquer, com um grau de exigência que muitas vezes impossibilita o acesso deles às linhas de crédito. Nesse sentido, as cooperativas muitas vezes se tornam um agente

intermediário entre os bancos e seus programas de crédito e os pequenos agricultores, em essencial os agricultores familiares. As cooperativas de crédito rural vêm cumprindo eficientemente esse papel de atender às demandas de crédito por parte do produtor rural (EMATER, 2012).

3.3 Projeto Semana da Família Rural como prática transformadora

Para tratar a respeito da Semana da Família Rural é fundamental afirmar que a Extensão Rural contemporânea se refaz numa prática educativa que tem na organização social seu ponto de partida e nos métodos participativos de planejamento e gestão, a base para a estruturação e fortalecimento das formas e forças organizativas de agricultores. Esse processo participativo de planejamento e intervenção permite que os agricultores, suas famílias e demais atores sociais envolvidos se solidarizem para o enfrentamento e a busca de solução para os problemas comuns.

É, portanto, a partir da experiência refletida, obtida a partir da análise crítica e coletiva da realidade e da participação ativa dos atores sociais envolvidos (a família rural), que a Extensão Rural procura se orientar. É exigido dos agentes tanto conhecimentos técnicos nas áreas de formação acadêmica, como também, habilidades para resgatar e valorizar o conhecimento dos agricultores de maneira que esses saberes sejam apropriados numa perspectiva que considera o contexto social e histórico dessas comunidades, as distintas dimensões do desenvolvimento sustentável e a necessidade de articulação de parcerias locais e territoriais (EMTAER, 2012).

Freire (1992) explica alguns princípios que devem conduzir as práticas da extensão libertadora. A palavra-chave para o caminho proposto para a extensão transformadora é, sem dúvida, diálogo (ROCHA et. al., 2011).

Assim,

Freire concebe a educação como processo de emancipação e transformação do mundo, em que o papel do educador não é o de convencer o educando, mas de vencer com ele, construir junto: 'Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão' (FREIRE, 2000, p. 52). Portanto, é uma relação sujeito/sujeito, de consciências articuladas e solidárias no coletivo. Isto não implica restringir a prática educativa em 'educar para' – conforme o modelo de cidadão competitivo e/ou eleitor consciente –; mas 'educar com', ou seja: educação como acesso à produção cultural e à construção de um processo emancipatório a partir da conscientização dos sujeitos (autoconhecimento e conhecimento da realidade) (BRASIL, 2010, p. 19).

Modificar a ação extensionista em experiência educativa e prática transformadora requer uma postura diferenciada tanto dos profissionais da Extensão Rural como dos envolvidos diretamente (agricultores e suas famílias), uma vez que ambos passam assumir o compromisso mútuo com o processo educativo, o qual envolve a reciprocidade no ensinar, aprender, realizar intercâmbio de ideias e experiências, pesquisar e socializar.

Para isso é necessário garantir momentos em que se ensina e se aprende o conhecimento existente e momentos em que se trabalha a produção desses saberes ainda em construção. Segundo Werneck (2006, p. 175), "a noção de construção do conhecimento é uma dessas ideias análogas que têm mais que um significado". Portanto, a construção, qualquer

que seja, enquanto ato ou ação, é decorrente de um processo racional de vontade. Assim sendo, é essencial, em um processo de construção do conhecimento, ter uma predisposição do sujeito favorável ao objeto. De outro modo, a mesma autora coloca que "o homem não 'descobre' o conhecimento pronto na natureza, mas relaciona os dados dela recebidos, constituindo os saberes" (WERNECK, 2006, p. 175). Por isso, define a construção do conhecimento como um processo de constituição dos saberes.

Para contextualizar de forma pragmática a questão da prática transformadora no campo da educação rural extensionista, o objeto deste estudo é a Semana da Família Rural que teve sua primeira edição julho de 1980, e é promovida pelo IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus Uberlândia (que na época era a Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia) em parceria com a Emater-MG.

Esse projeto de educação extensionista oferece cursos de capacitação profissional para o produtor rural e suas famílias da área que abrange Uberlândia e região. Além disso, neste evento, as inovações do setor ruralista são apresentadas para fomentar o interesse por melhorias estruturais no campo e aperfeiçoar suas técnicas de produção.

Esses desafios a serem enfrentados, por sua vez, levam ao setor da ciência e tecnologia a necessidade de buscar alternativas tecnológicas adaptadas às escalas e possibilidades da produção de pequeno porte, além da implementação de estratégias capazes de promover o desenvolvimento local sustentado por meio do conhecimento necessário para a viabilização de processos de gestão, de organização da produção e de promoção da diferenciação de produtos, com o intuito de criar oportunidades de inserção competitivas aos produtores rurais de economia familiar (MEDEIROS; WILKINSON; LIMA, 2002). As inovações correspondem aos aspectos resultantes de um processo de diferenciação (ou algo novo) não apenas de produto, mas de processo, organizacional, entre outros, que geram progresso tecnológico e científico.

A Semana da Família Rural teve seu aporte teórico na primeira ação institucionalizada de Extensão Rural no Brasil, que é a Semana do Fazendeiro, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), com diversos cursos de extensão e palestras. Todavia, embora o evento seja realizado até os dias de hoje e receba visitantes de todo o país, tem periodicidade anual e maior impacto local e regional.

A Semana da Família Rural, em sua 23ª edição (aconteceram 24 no total), teve a participação de 600 pessoas aproximadamente que buscaram cursos de: Agroecologia na Produção Animal e Vegetal (30 vagas); Artesanato em Couro (10 vagas); Artesanato em Fibra de Bananeira (20 vagas); Avicultura Caipira (25 vagas); Bovinocultura de Leite (40 vagas); Conservação, Manejo e Recuperação de Áreas de Nascentes (25 vagas); Fruticultura (30 vagas); Gestão da Propriedade Rural (25 vagas); Informática Básica Aplicada à Agropecuária (25 vagas); Inseminação Artificial em Bovinos (10 vagas); Integração Lavoura, Pecuária e Floresta (30 vagas); Jardinagem e Paisagismo (20 vagas); Macramê (20 vagas); Manutenção de Máquinas e Implementos Agrícolas (30 vagas); Olericultura/Hortaliças (30 vagas); Piscicultura (30 vagas); Plantas Medicinais (30 vagas); Prevenção de Doenças em Bovinos (15 vagas); Processamento Artesanal de Carnes/Defumação (25 vagas); Processamento Artesanal de Derivados do Leite (25 vagas); Processamento Artesanal de Farinhas e Farináceos: Quitandas Caseiras (30 vagas); Processamento Artesanal de Frutas: Doces Cristalizados (20 vagas); Produção de Mudanças Frutíferas e Recomposição Florestal (20 vagas); Sabão e Sabonetes Artesanais/Medicinais (20 vagas); Silvicultura (30 vagas), conforme mostram as figuras 10 e 11⁵.

Entre os objetivos da Semana estão: proporcionar aos agricultores e seus familiares

⁵ Figuras 6-27, ver Anexo 2

qualificação e aperfeiçoamento do conhecimento técnico e administrativo nas mais diversas áreas, bem como acompanhar as tendências de mercado para criar novas oportunidades de renda familiar, além de promover a interação e a troca de experiências entre as famílias de diversas regiões. Outra meta dos coordenadores do evento é adequá-lo às necessidades dos participantes. Os mesmos podem opinar e sugerir melhorias através da avaliação no final do curso.

Ao longo das 24 edições, aproximadamente, 12 mil produtores, segundo dados fornecidos pelo IFTM – Campus Uberlândia, receberam seus certificados onde tiveram a oportunidade de buscarem novas práticas de manejo e tratos culturais, agregação de valor a todos os produtos de origem animal e vegetal, domínio de técnicas de artesanato, bem como se atualizar quanto às questões de legislação tributária, sanitária, trabalhista e ambiental, discutir parcerias, organização de classe e estratégias de comercialização para ter um melhor desempenho econômico de sua atividade altamente competitiva e com isso, também, melhorar a qualidade de vida de sua família, da família de seus empregados ou parceiros.

O evento é um projeto que busca realizar a prática extensionista transformadora que promove o desenvolvimento rural com o fomento de criação de estratégias de ações que devem valorizar os potenciais da propriedade e do produtor que, mediante as condições reais, estão apoiadas no serviço de extensão promovido pelo IFTM e a Emater.

Nessa perspectiva, o extensionista precisa partir das condições reais dos agricultores para definir as ações/projetos de desenvolvimento, buscando coerência entre os objetivos da instituição e dos agricultores. Os cursos oferecidos pelo IFTM são práticas agrícolas e sociais cotidianas dos agricultores inseridas na dinâmica do dia a dia da propriedade rural, das condições econômicas dos proprietários, da situação de sustentabilidade, importante de ser tratada diante dos fatores subordinados às políticas públicas. Além de estabelecer momentos de reflexão no que tange à valorização de suas concepções e vivências, já que esses são os verdadeiros tomadores de decisões e de suas consequências.

O IFTM busca orientar os agricultores e suas respectivas famílias sobre a importância de se tornarem resultantes de um conjunto de estratégias de ações e de intervenções sobre um meio mutável e diversificado, como é a propriedade rural, que promova a equidade social, a prudência ecológica e eficácia administrativa e econômica. Isso pode ser conseguido através do fornecimento de serviços orientados por paradigmas de produção intensivos em conhecimento, economia de recursos e as sugestões e aplicação de cursos criadores de empregos e auto-empregos, além de beneficiar a interação territorial e econômica entre o meio urbano e rural.

Na educação extensionista transformadora é possível compreender a educação dentro da sociedade agrária, com seus condicionantes, mas com a possibilidade de trabalhar pela sua transformação. Na medida em que interpreta a educação extensionista dimensionada dentro dos determinantes sociais, com possibilidades de agir estrategicamente, por meio, por exemplo, da Semana da Família Rural, pode tornar-se uma instância social, entre outras, na luta pela transformação de contextos sociais dos agricultores e suas famílias na perspectiva de sua democratização efetiva e concreta, atingindo os aspectos não só políticos, mas também sociais e econômicos (CAPORAL, 1991).

A Semana da Família Rural contempla oportunidades de valorização, aprendizado e reflexão dentro do contexto em que estão inseridos os sujeitos envolvidos. Assim, é de fundamental importância no fomento à transformação socioeconômica. Diante desse cenário, é extremamente relevante nesta perspectiva, estar atento para repensar sobre o papel da escola rural e as suas possibilidades na implementação da educação extensionista para a família rural, focalizando uma nova política educacional para esta realidade, que contemple os reais problemas e também suas potencialidades, bem como o envolvimento de agentes financiadores, técnicos especialistas, cooperativas, entre outros.

Desta feita, no próximo capítulo será descrito e relatado o resultado da aplicação de um questionário entregue aos participantes da 23ª edição da Semana da Família Rural e avaliações diante dos resultados.

4 CAPÍTULO IV

23ª SEMANA DA FAMÍLIA RURAL: ESTUDO DE CASO SOBRE OS SUJEITOS DO CAMPO PARTICIPANTES DO EVENTO

Neste último capítulo, apresenta-se a experiência vivida pelo pesquisador no estágio profissional, que faz parte do suporte teórico, metodológico e curricular do PPGEA, de modo que se pode explorar nesta apresentação algumas questões pertinentes ao estudo de caso⁶ que, por conseguinte, pautou-se também nos resultados qualiquantitativos obtidos a partir da distribuição de um questionário durante o evento. Cabe, então, neste capítulo ainda tecer as devidas relações entre os desafios que a extensão como sendo prática educativa e formativa e as possibilidades da extensão que entrelaça duas instituições de educação agrícola: Emater e IFTM.

4.1 Metodologia da pesquisa

A metodologia utilizada para desenvolver a avaliação do evento “Semana da Família Rural”, como prática transformadora, foi através de estudo de caso, utilizando os instrumentos que possibilitassem resultados mais próximos à abordagem quantitativa e qualitativa, que identifica a presença ou ausência de algo, não tendo a preocupação de medir o grau em que algo está presente.

Como delineamento metodológico para alcançar os objetivos propostos o estudo de caso feito buscou um levantamento de informações que segundo Gil (2002, p. 51) são amostragens que respaldam em meio acadêmico alguns tipos de pesquisa. Para o autor:

Na verdade, o levantamento social é um dos muitos tipos de pesquisa social que, como todos os outros, apresenta vantagens e limitações.

Entre as principais vantagens dos levantamentos estão:

- a) conhecimento direto da realidade: à medida que as próprias pessoas informam acerca de seu comportamento, crenças e opiniões, a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores;
- b) economia e rapidez: desde que se tenha uma equipe de entrevistadores, codificadores e tabuladores devidamente treinados, torna-se possível a obtenção de grande quantidade de dados em curto espaço de tempo. Quando os dados são obtidos mediante questionários, os custos tornam-se relativamente baixos;
- c) quantificação: os dados obtidos mediante levantamento podem ser agrupados em tabelas, possibilitando sua análise estatística. As variáveis em

⁶ De acordo com Gil (1999), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo exaustivo e em profundidade de um ou de poucos objetos, de forma a permitir conhecimento amplo e específico do mesmo; tarefa praticamente impossível mediante os outros delineamentos considerados. O referido autor acrescenta que este delineamento se fundamenta na ideia de que a análise de uma unidade de determinado universo possibilita a compreensão da generalidade do mesmo ou, pelo menos, o estabelecimento de bases para uma investigação posterior, mais sistemática e precisa.

estudo podem ser quantificadas, permitindo o uso de correlações e outros procedimentos estatísticos. À medida que os levantamentos se valem de amostras probabilísticas, torna-se possível até mesmo conhecer a margem de erro dos resultados obtidos.

O trabalho caracteriza-se por ser descritivo, quando procura descrever sistematicamente uma área de interesse, ou fenômeno, conforme Gil (1999), mas também, pode ser definido como exploratório, por procurar, em sua fase inicial, entender um fenômeno, para depois, poder explicar suas causas e conseqüências.

4.2 Material

Usou-se para a obtenção dos dados desta pesquisa fontes documentais. Foram utilizadas as seguintes fontes documentais:

- a) os relatórios dos estágios profissional e pedagógico;
- b) folders, jornais, reportagens em vídeo sobre a Semana da Família Rural;
- c) documentos arquivados no IFTM - Campus Uberlândia;
- d) documentos arquivados no Escritório Local da Emater-MG

4.3 As etapas de desenvolvimento deste estudo

Para entender e aprofundar a respeito da Agricultura Familiar e a educação extensionista foi preciso analisar várias bibliografias e referências de autores da área. A análise de conteúdo possibilita a superação das incertezas, validando e permitindo a generalização da visão pessoal do pesquisador. Enriquece a produtividade e a pertinência da leitura, assim como esclarece significações que a “priori” não se conhece.

Como critério de seleção dos questionários, levou-se em conta a escolha do grupo de pessoas que respondeu todas as questões. Os procedimentos de aplicação do método envolvem três etapas:

Etapa 1 - A pré-análise: corresponde a uma leitura inicial, para estabelecer contato com o texto e deixar-se invadir por impressões e orientações. Esta fase comporta ainda a escolha de documentos a serem trabalhados, de acordo com as regras (conhecer a diversidade dos documentos existentes), representatividade (tamanho da amostra), homogeneidade (estabelecer critérios de escolha) e pertinência (coletar material pertinente aos objetivos).

Nesta primeira etapa foram realizados os fichamentos e catalogação de fotografias e demais documentos pertinentes ao estudo.

Em seguida definiu-se o tamanho da amostra a ser trabalhada nesta pesquisa e optou-se por trabalhar a 23ª Semana da Família Rural que acontece no IFTM – Campus Uberlândia.

Estabeleceu-se como critério de escolha para homogeneidade das informações necessárias para a construção dos dados a utilização de questionário destinado a buscar depoimentos quantitativos e qualitativos tabulados para melhor entendimento.

Etapa 2 - A exploração do material: esta etapa da análise de conteúdo correspondeu a uma análise qualitativa, quantitativa e de resultados, por meio da análise dos quadros e tabelas construídos a partir das informações obtidas depoimentos registrados através do questionário.

Etapa 3 - Interpretação e inferências: esta etapa da análise de conteúdo tem por finalidade destacar as informações fornecidas pela análise e realizar as proposições lógicas, a partir de resultados significativos.

4.4 Distribuição de questionários

Foram distribuídos e respondidos 220 questionários, ou seja, correspondeu a cerca de 37% dos participantes do evento, uma amostragem que os autores sobre pesquisa quantitativa situam como um pouco além da mínima aceitável. Mas esta não é uma pesquisa quantitativa, que se baseia exclusivamente por dados amostrais focando os agricultores como objetos quantificáveis fora de relações sociais. Trata-se de um estudo onde considera-se os agricultores da Semana da Família Rural sujeitos que têm diferenças cujas vidas e trabalho interagem com as instituições e os outros sujeitos. As questões elencadas para buscar a contextualização e atingir os objetivos propostos para este estudo foram:

- 1) Como você tomou conhecimento da 23ª Semana da Família Rural (SRF)?
- 2) Você está fazendo algum curso oferecido no evento?
- 3) Qual a sua avaliação sobre o curso?
- 4) Você já participou de outras edições da Semana da Família Rural?
- 5) É proprietário de (ou trabalha em) pequena propriedade rural?
- 6) Se você já participou de alguma SFR anterior a esta, assinale quais foram as melhorias conseguidas após a realização de cursos oferecidos durante a Semana: Melhor gerenciamento; diminuição de custos; aumento da renda; aumento da produção; aumento da produtividade; melhor comercialização; melhor condição de vida.
- 7) Qual a razão que o levou a participar da 23ª Semana?
- 8) Suas expectativas quanto ao evento foram supridas?
- 9) Escreva aqui suas sugestões e críticas ao evento.

Desta feita, a minoria deixou algumas respostas em branco o que demonstra o interesse em participar da pesquisa de opinião. Foi observado que os cursos de formação e extensão promovidos pela Semana da Família Rural, muitas das vezes, atendem às demandas de trabalho das famílias rurais. Perante isso, os resultados foram elencados em formato de tabelas, apesar de que algumas questões têm complementos em respostas dissertativas, de maneira que há a pergunta e o número de pessoas que responderam. Portanto, a avaliação deste estudo tornou-se quantitativa e qualitativa.

4.5 Estágio profissional: vivência dentro da Emater-MG para o trabalho de articulação do estudo de caso

Antes de adentrar ao trabalho que articulou todo o estudo de caso como tipo de pesquisa qualiquantitativa, cabe ressaltar o que está estabelecido sobre extensão na legislação que concebe e determina a criação dos institutos federais segundo a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), tem como objetivos:

- promover a extensão mediante integração com a comunidade, contribuindo para o seu desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida;
- fomentar novas iniciativas de extensão por meio dos programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e outros produtos acadêmicos, envolvendo atividades de ensino e pesquisa;
- concentrar, prioritariamente, esforços de trabalho para a consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- desenvolver programas de extensão que tenham como princípios a justiça social, a equidade, a competitividade, a geração de renda, a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, especialmente aquelas voltadas à preservação do meio

ambiente.

Essa participação acontecerá por meio de projetos e ações de extensão, que podem ser:

- inclusão social, isto é, ações de inclusão de grupos sociais discriminados ou sub-representados em todos os setores da sociedade;
- defesa do meio ambiente, por meio do desenvolvimento de pesquisa e socialização de seus resultados;
- sensibilização da Instituição e da comunidade quanto às questões de inclusão;
- preservação da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- impacto das atividades da Instituição no desenvolvimento ambiental, econômico, cultural e social;
- estímulo da produção cultural, do empreendedorismo, do desenvolvimento científico e tecnológico e do pensamento reflexivo com responsabilidade social;
- apoio à comunidade por meio de projetos que visem o seu desenvolvimento pessoal e profissional.

Neste sentido, o estágio profissional⁷ teve o objetivo estreitar os conhecimentos do pesquisador sobre a instituição primordial da extensão rural no Brasil, em especial, na cidade em que ocorre o evento que foi estudado nesta dissertação, bem como de destacar o trabalho da Emater-MG durante a Semana da Família Rural, promovida em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-Campus Uberlândia (IFTM), em sua sede rural, em Uberlândia.

Conforme anteriormente mencionado, a Emater visa, no decorrer do seu trabalho dentro do evento e fora, fornecer seus serviços prestados em: assistência técnica aos produtores rurais de agricultura familiar, suas famílias e suas organizações, nas atividades de agricultura, pecuária, indústria caseira de alimentos, artesanato, habitação, alimentação e nutrição, saneamento e preservação ambiental; assessoria aos produtores rurais de agricultura familiar e suas organizações para a aquisição de insumos e venda da produção, em comum; assessoria às organizações de produtores rurais de agricultura familiar, para promover a sua participação na condução de programas e projetos de desenvolvimento social e econômico; elaboração de planos e projetos para propriedades e comunidades rurais, bem como a participação na sua implantação; prestação de assistência técnica na área de preservação ambiental, envolvendo a recuperação de áreas degradadas, a conservação do solo e da água, bem como a proteção da flora e da fauna, em sub-bacias hidrográficas; elaboração de projetos e assistência técnica nas áreas de irrigação e drenagem; assessoria na organização e operação de patrulhas motomecanizadas e unidades de beneficiamento da produção, de uso coletivo; orientação na organização da produção, na classificação e embalagem dos produtos e prestação de informação de mercado; organização e assessoria na implantação e funcionamento de feiras livres e outros equipamentos de mercado voltados para o abastecimento municipal e regional, além de assistência técnica a médios e grandes produtores rurais e a outros contratantes de serviços nos diversos campos da exploração agropecuária e de desenvolvimento rural.

Basicamente, a unidade da Emater, no município de Uberlândia, é composta de uma Superintendência Regional, à qual estão ligados vinte escritórios locais que abrangem vinte municípios entre Uberlândia e a região. Na Superintendência Regional são desenvolvidas atividades da área administrativa e técnica, enquanto que no escritório local, implementa-se ações de execução no campo junto ao produtor rural.

Foi observado, nesse período de estágio, que a distribuição de diligências e sua respectiva execução ficam prejudicadas devido ao prédio que mal comporta as atividades do escritório local. Existe a intenção de ser feita a ampliação destas instalações, o que seria

⁷ Foi realizado entre os dias 04 a 15 de julho de 2011, num total de carga horária de 80 horas.

oportuno, uma vez que existem muitos funcionários que atendem nessa estrutura, cujo quantitativo gira em torno de 600 agricultores provenientes da Agricultura Familiar.

O estágio profissional desdobrou-se para o acompanhamento e intervenção na 23ª Semana da Família Rural que iniciou no dia 04 de julho no IFTM – Campus Uberlândia, quando, então foi feita a montagem dos estandes, destinados às empresas expositoras de máquinas, equipamentos, insumos e serviços voltados à Agricultura Familiar. Também foram instaladas barracas para a venda de diversos produtos de origem animal e vegetal, artesanato e outros cuja confecção vem dos produtores e produtoras rurais que já participaram ou não dos cursos de qualificação realizados em edições anteriores do evento em tela.

No decorrer da semana, até o dia 09 de julho, foram realizados acompanhamentos e intervenções do pesquisador em várias atividades e nos cursos ministrados em diferentes áreas da produção; administração da propriedade rural, legislação trabalhista e ambiental; processamento de derivados de carne, leite e vegetais; artesanato; mecanização agrícola; conservação do solo; agricultura orgânica, entre outros.

Na semana seguinte ao evento, inicialmente, o pesquisador fez uma visita ao escritório local da Emater para conhecer sua estrutura física e organização funcional. Nos dois primeiros dias foi realizada uma busca junto aos arquivos do escritório, buscando relatórios, documentos e outras informações referentes às diversas edições da Semana da Família Rural. Paralelamente, acompanhou-se o trabalho de assistência técnica, especialmente, o de elaboração de projetos de financiamento agrícola voltados para Agricultura Familiar (Pronaf).

No terceiro dia houve uma visita de campo junto com o engenheiro agrônomo da Emater, Gilberto Carlos de Freitas, a uma propriedade rural que produz leite, frutas e verduras. No mesmo dia, em companhia da técnica, Aurea Maria dos Santos Mundim, foi feita uma visita à Feira de Produtores Rurais, realizada toda quarta-feira entre o prédio da Prefeitura e Câmara Municipal de Uberlândia e na primeira sexta-feira de cada mês no centro da cidade. Todos os feirantes são produtores e produtoras que já fizeram pelo menos um curso da Semana da Família Rural. São comercializados somente produtos processados de origem animal e vegetal, além de artesanato.

No quarto dia de estágio foi realizada uma visita numa pequena propriedade rural, voltada para a produção de hortaliças no sistema de Mandala, a qual conheceu esse processo através de um curso da Semana da Família Rural. A produtora responsável, conhecida como Dona Sílvia, contou que algumas atividades são compartilhadas, mas que os tratamentos culturais são realizados por ela, enquanto que seu marido é responsável pela comercialização. O volume de vendas cresce a cada dia devido à adoção da técnica de Mandala. Eles afirmaram que todas as decisões são tomadas em conjunto, fato comum entre os produtores rurais que trabalham no sistema de Agricultura Familiar.

No último dia da semana, em companhia do extensionista Carlos Miguel Rodrigues Couto, foi feita uma visita à Central de Abastecimento de Uberlândia, onde no local chamado “Pedra”, ocorre à comercialização de vários produtos agrícolas, entre os quais frutas, verduras e legumes e outros produtos produzidos por pequenos produtores rurais. Posteriormente a isso, realizou-se uma visita a uma propriedade originária de assentamento rural. A pequena propriedade de Moacir Moreira de Souza é considerada modelo no processo de produção no Sistema de Leite a Pasto.

A realização do estágio profissional foi uma rica e surpreendente experiência pessoal e profissional para este pesquisador. Posteriormente, quando na semana seguinte ao reiniciar as atividades de estágio na cidade foi importante passar a entender o papel da Emater no fomento da agricultura mineira. Mas, o ponto alto do estágio foi quando houve o contato direto com os produtores e produtoras rurais, onde se estabeleceu uma oportunidade de vivenciar um momento de crescimento, desenvolvimento e fortalecimento da agricultura local, especialmente a chamada Agricultura Familiar. Como se pode constatar, a responsabilidade

do extensionista como agente de transformação social é fundamental para que exista realmente o intercâmbio entre o agente técnico e o produtor (e sua família) na aquisição de saberes para desenvolver o trabalho na propriedade.

Assim, como afirma Nicola (2007), o capital social envolvido à capacidade de organização e constituição de redes de cooperação social e estas, por sua vez, são importantes no processo de desenvolvimento sustentável. Dessa maneira, a adoção da família como unidade de trabalho proporciona ao trabalho do extensionista a oportunidade de iniciar o processo educativo a partir dos conhecimentos que o agricultor já possui articulando aos novos conhecimentos construídos nas relações entre saberes locais e ciência.

O conceito de “capital social” conta com diversas acepções, segundo filiações teórico-metodológicas distintas. A difusão do termo no meio acadêmico é algo recente, tendo adquirido expressão a partir da década de 1980, face à sua larga utilização por parte de sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e planejadores. Seu destaque provém tanto de sua vinculação a conceitos derivados da teoria social quanto de sua associação a disciplinas como a economia, que tem como cerne a ideia de capital. Tanto capital social como capital cultural devem imbricar-se ao marco geral proposto por Pierre Bourdieu, sociólogo francês pioneiro na sistematização do conceito. Dentro desse marco, o conceito de capital, em todas as suas manifestações, constitui a chave para dar conta da estrutura, funcionamento e classificação do mundo social (BOURDIEU, 1998).

Assim, o capital pode ser considerado em sua forma econômica (‘capital econômico’) – quando o campo de sua aplicação for o das trocas mercantis, por exemplo, sem que isso implique desconhecer as formas culturais (capital cultural) ou sociais (capital social) de sua aplicação. Bourdieu (1998, p. 67 – grifos do autor) define o “capital social” como:

o conjunto dos recursos reais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento mútuos, ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como o conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros e por eles mesmos), mas também que são unidos por ligações permanentes e úteis.

Como ele próprio assinala essas ligações não se reduzem às relações objetivas de proximidade no espaço geográfico ou mesmo no espaço econômico e social, posto serem, inseparavelmente, fundadas em trocas materiais e simbólicas e cuja prática supõe o reconhecimento dessa proximidade.

Neste sentido, o *quantum* de capital social portado por um dado agente depende da extensão da rede de relações por ele mobilizada, assim como do volume de capital – econômico, cultural ou simbólico – que é exclusivo de outro agente ou grupo de agentes ao qual se encontra vinculado. Logo, o capital social, apesar de ser irredutível ao capital econômico e ao capital cultural (ver verbete Capital Cultural) portado por um dado agente, não pode jamais ser visto como independente de ambos, já que as trocas geradoras do inter-reconhecimento pressupõem o reconhecimento de um mínimo de realidade objetiva. Isto quer dizer que o reconhecimento das diferentes manifestações do capital não deve deixar de lado nem a capacidade de transformação de cada uma delas – a mútua conversibilidade entre os diferentes tipos de capital –, nem, sobretudo, a referência última de cada uma delas ao capital econômico. Afinal, são essas propriedades que permitem explicar a reprodução do capital social ao longo do tempo e com ela dar conta, em termos globais, de uma economia geral das práticas sociais. Por certo essa rede de relações não é um dado natural ou “socialmente constituído de uma vez por todas e para sempre” – como no caso da família/genealogia –, mas sim produto de um trabalho permanente de instauração e manutenção, que produz e reproduz

relações duráveis capazes de assegurar ganhos materiais ou simbólicos (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2008).

O desenvolvimento de políticas sociais na América Latina e no Brasil, nos anos 2000, inspiradas na utilização deste conceito vem-se constituindo em instrumento de apassivamento dos movimentos sociais, pela conversão da sociedade civil de espaço de confronto a espaço de colaboração. Elas são executadas diretamente pelos órgãos governamentais e indiretamente pelos variados parceiros na sociedade civil, notadamente, os empresários nacionais e transnacionais, as igrejas e, até mesmo, parcelas da classe trabalhadora (NEVES; PRONKO; MENDONÇA, 2008).

Segundo Costabeber e Moyano (2000, p. 54):

Para que a Extensão Rural possa atingir os seus reais objetivos de ordem prática, é necessário que se disponha de uns tantos requisitos, entre os quais estão, por exemplo, disponibilidade de informações práticas, baseadas nas necessidades reais; de um sistema de pesquisa, para fornecer as ditas informações; de pessoal técnico, treinado para o trabalho de extensão; de bens de produção, a baixo custo; disponibilidade de crédito e de serviço de Extensão responsável e bem estruturado, capaz de elaborar um bom Programa de Extensão.

Diante disso, pode-se afirmar que o objetivo de um serviço de extensão agrícola em uma sociedade como a brasileira é “contribuir para o aumento da renda líquida das propriedades agrícolas e melhoria das condições de vida da população rural” (CAMPELO, 1970 *apud* PASTORE, 1973, p. 218). Portanto, é fundamental que o extensionista esteja preparado para atender as famílias e produtores rurais. A vivência do estágio profissional possibilitou entender que o agente transformador das realidades da população rural deve constantemente estar bem informado para prestar a assessoria técnica dos equipamentos e maquinários, além da prestação de informações sobre o plantio ou outro tipo de produção; o extensionista, também, precisa ter preparo suficiente para ajudar o produtor rural a gerir seu negócio (assessoria administrativa) e ser uma ponte de comunicação entre as instituições que atendem a população rural.

Por isso, o extensionista deve ter o entendimento sobre a educação extensionista em todas as suas abrangências e no que se refere à preparação da família rural para aprender e desenvolver atividades profissionais, produzir para a família e comunidade e ainda aprender a inserir o seu ou seus produtos no mercado, agregando conhecimento e renda para o núcleo familiar e comunitário.

4.6 Desafios do Extensionista

Segundo Brosler, Oliveira e Bergamasco (2010), o termo “extensão” ganhou novo significado operante à realidade de fornecer saberes perante a prática cotidiana do homem do campo e, aliado a isso, possibilita fomentar a busca por melhorias na qualidade de vida rural.

Caporal (2003) fala que a expressão “Extensão Rural Agroecológica” demonstra um processo de intervenção de caráter educativo e transformador, baseado em metodologias e técnicas que permitam o desenvolvimento de uma prática social na qual os sujeitos do processo buscam a construção e sistematização de saberes e informações que os auxiliem a agir conscientemente sobre a realidade no afã de melhorá-la.

Com o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento socialmente equitativo e ambientalmente sustentável adota-se os fundamentos teóricos da agroecologia como critério norteador das soluções mais adequadas e compatíveis com as condições específicas de cada

agro ecossistema e do sistema cultural dos sujeitos envolvidos no processo, pois busca-se o desenvolvimento de uma agricultura focada na sustentabilidade (ALMEIDA, 1989).

Para o cumprimento desta política, os métodos precisam ser repensados e readequados da maneira mais condizente com a realidade da população rural. Estes são descritos como: metodologias participativas, pesquisa-ação, investigação-ação participante, orientação pedagógica construtivista e humanista, visão holística e sistêmica. Perante isso, os extensionistas devem estar preparados para compreender o que cada ferramenta significa e sua função dentro da ação da Extensão Rural. Observado cada aspecto elencado acima e partindo do pressuposto que a Extensão Rural é uma ciência,

[...] difere neste sentido das ciências biológicas ou exatas como a agronomia ou a física porque o objetivo da investigação da Extensão Rural envolve a pessoa humana com o seu nível de conhecimento, suas crenças, suas aspirações e a natureza humana têm aspectos previsíveis e aspectos que mudam segundo os condicionamentos de tempo e lugar (ALMEIDA, 1989, p. 19-20).

Assim, os desafios do extensionista são marcados pela vontade em mudar, em transformar famílias ou comunidades em redes ou agentes responsáveis pelo seu sustento e geração de emprego. Essa nova proposta de se fazer extensão apresenta como desafio a sua implementação, principalmente na prática, pois requer que o extensionista assuma um papel diferente dentro desse novo contexto, que valorize a interação com os agricultores, as capacidades locais e a busca por um desenvolvimento local sustentável.

Com isso, segundo Brosler, Oliveira e Bergamasco (2010), entende-se que o primeiro entrave, na implantação dessa nova política, está no próprio extensionista, no qual “as exigências de competência técnica e política são maiores”, mas importantes de se exigir devido ao seu aspecto de agente transformador. É preciso que os extensionistas se reconheçam como educadores e que consigam, dentro das dinâmicas produtivas, alcançar o “diálogo com diferentes atores sociais presentes no território” para fomentar as mudanças necessárias para promoverem o desenvolvimento sustentável dessas pessoas (2010, p. 3).

Dessa maneira, Brosler, Oliveira e Bergamasco entendem que:

Frente a isso, algumas estratégias estão sendo pensadas como ponto de partida para o processo de capacitação dos técnicos nos objetivos e métodos dessa nova orientação política. Porém, a resposta no campo, como é colocada por diversos autores, mostra a defasagem com relação à proposta, caracterizada por, segundo Souza (2006), um ‘enraizamento’ às ‘velhas’ práticas extensionistas e resistência à adoção de técnicas de comunicação e informação apropriada, conseqüência de uma concepção de ATER descontextualizada na pedagogia e no método e conhecimento superficial da própria PNATER (2010, p. 6).

Frente a essas dificuldades, segundo os autores (2010), apesar das capacitações realizadas pelos órgãos de ATER aos seus extensionistas e aos estudantes formados, há o acúmulo de conhecimento anterior a esse e que modela o sujeito frente às ferramentas que irá utilizar no campo deixando de acompanhar e seguir no mesmo percurso e velocidade das novidades provindas dos adventos de equipamentos tecnológicos e de informação.

Diante dessa realidade, inexoravelmente, o extensionista será obrigado a se reciclar, já que o caráter pedagógico construtivista e humanista deve ser o norte das ações no campo, com isso o profissional de extensão tem que trabalhar dentro da multidisciplinaridade de cada cultura, alcançando conhecimentos de outras áreas. Os saberes múltiplos e suas conseqüentes metodologias devem ser as respostas que devem ser levadas a cada atendimento ao homem do campo. Assim,

A discussão quando se pretende em termos de proposta metodológica que na atividade de extensão rural, o extensionista, enquanto educador do campo, realize sua práxis política, quando faz de seu trabalho um campo de pesquisa, uma inspiração na pesquisa-ação, ou uma pesquisa-ação mesmo, onde os agricultores e agricultoras como protagonistas do mesmo processo de construção de conhecimento (LIMA, 2006, p. 7).

O autor ainda remete à perspectiva agroecológica que tem em sua estratégia a natureza sistêmica, considera como sua diversidade a propriedade, a organização comunitária e as relações das sociedades rurais articuladas com a dimensão local. Com isso, segundo Brosler, Oliveira e Bergamasco (2010, p. 9), “a participação dos processos locais e dos sujeitos se faz presente, porém é perdido quando a agroecologia é posicionada para a construção de agriculturas sustentáveis” no sentido de proporcionar mudança de atitudes e valores dos sujeitos, sejam nas suas relações sociais ou em suas atitudes com respeito ao manejo e conservação dos recursos naturais de maneira a fomentar a sustentabilidade.

Os desafios, como haviam sido referenciados, são diversos, portanto, é preciso fundamentar as práticas envolvidas no processo da Extensão Rural para as práticas dos extensionistas reafirmem as políticas e os propósitos de transformar o meio rural e seus envolvidos nas múltiplas dimensões sociais e ambientais sustentáveis apropriadas à Agricultura Familiar. Assim, é ouvir mais, aprender a ensinar e facilitar os processos de aprendizagem, pois as metodologias e métodos inserem-se no contexto das práticas extensionistas na tentativa de guiar a ação do agente transformador no campo, na busca por garantir que os objetivos direcionados pela Extensão Rural sejam alcançados (BROSLER; OLIVEIRA; BERGAMASCO, 2010).

4.7 A 23ª Semana da Família Rural: Pesquisa de Campo

De acordo com Spies (2008), a Agricultura Familiar no Brasil corresponde a 4,1 milhões de estabelecimentos, com o uso de 21% das terras cultiváveis do país e emprega 13 milhões de trabalhadores rurais. Além disso, detêm 78% dos empregos do campo, produz 60% dos alimentos consumidos no país, recebe 21% dos recursos destinados à agricultura e movimenta cerca de R\$ 160 bilhões/ano.

Perante esses números, a realização de um evento da envergadura da Semana da Família Rural representa uma consequência da importância desse setor na agricultura brasileira. A 23ª Semana da Família Rural (foco do estudo) aconteceu nos dias 05 a 08 de julho de 2011, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro-Câmpus Uberlândia (IFTM – Câmpus Uberlândia) em parceria com a Emater-MG. Conforme pode-se observar nas figuras 12, 13, 14, 15 e 16⁸ que mostram o início do evento que envolve estudantes, trabalhadores, produtores e famílias rurais de Uberlândia e região totalizando cerca de 600 pessoas que puderam participar de 25 cursos de formação para homens e mulheres.

A pesquisa de que trata este estudo foi realizada em dois momentos distintos. O primeiro consistiu na vivência de campo, quando o pesquisador realizou o estágio profissional, que possibilitou o aprofundamento sobre a compreensão da importância da formação do extensionista e seus desafios perante o atendimento e as relações entre os produtores/agricultores e suas respectivas famílias rurais e expectativas diante dos conhecimentos apreendidos nas formações pela assistência técnica e na Semana da Família Rural.

⁸ Figuras 6-27, ver Anexo 2

O outro momento consistiu na aplicação de um questionário para os participantes da 23ª Semana da Família Rural a fim de diagnosticar seus conhecimentos/saberes e expectativas frente ao evento, suas demandas e sugestões.

4.8 Resultados e Discussão

Segundo Caporal e Ramos (2006), o modelo teórico-pedagógico baseado no construtivismo, cujo ponto central é a premissa de que o homem-agricultor possui um acúmulo de conhecimentos históricos, culturais, individuais ou coletivos é que permitem com que ele esteja inserido no mundo do saber. Esses conhecimentos precisam ser valorizados e incorporados como elementos fundamentais de uma estratégia de desenvolvimento rural, o que é quase impossível conseguir utilizando-se os métodos persuasivos da tradição extensionista. Portanto,

Dentre os métodos participativos, destaca-se o Diagnóstico Rural Participativo (DRP) como instrumento de facilitação da construção do desenvolvimento rural comunitário e local. No entanto, os métodos participativos não podem ser usados mecanicamente, eles devem corresponder a um compromisso com uma ação de caráter democrático, que permita a leitura da realidade pelos grupos de agricultores e pelos técnicos envolvidos, de modo que as decisões sobre o futuro dos coletivos possam ser tomadas de forma consciente. De todo modo, cabe enfatizar que as técnicas participativas só fazem sentido como parte de uma nova estratégia de Extensão Rural, que preconize o desenvolvimento rural sustentável, com base nos princípios da Agroecologia (CAPORAL; RAMOS, 2006, p. 12).

Nesse sentido, entende-se que os resultados obtidos com a pesquisa feita durante o evento apontam para a importância da realização de cursos de extensão para que, no caso da 23ª Semana da Família Rural realizada pelo IFTM – Campus Uberlândia em parceria com a Emater-MG e Prefeitura Municipal de Uberlândia, sirvam como um facilitador da aproximação do conhecimento científico à prática das técnicas agrícolas por produtores, além da aquisição de saberes nas áreas administrativa da propriedade rural e foi um instrumento que mediou a formação profissional das famílias rurais, fator que corresponde ao fomento no que se refere ao aumento de renda e geração de emprego no campo.

A primeira questão “Como você tomou conhecimento da 23ª Semana da Família Rural?” detalha a quantidade de pessoas que tiveram conhecimento do evento. Observa-se que a maioria soube através da Emater, parceira do IFTM na realização deste acontecimento. No que tange à resposta “Outros”, a maioria das pessoas afirmou que um amigo informou sobre a Semana da Família Rural, conforme Tabela 02.

Tabela 02 – Respostas sobre a divulgação do evento.

Como você tomou conhecimento da 23ª Semana da Família Rural?	Resultados
Através do Instituto	25
Através da Emater	146
Outros	49

Fonte: Autoria do pesquisador.

Diante destas respostas, importa melhorar a divulgação promovida pelo Instituto Federal, já que é o realizador do evento, para possibilitar que mais pessoas tenham acesso à informação sobre as inscrições nos cursos. O uso de mídias que promovam a divulgação do evento é uma ferramenta essencial para mostrar em que consiste a Semana da Família Rural, seja no período de inscrição quanto durante e posteriormente ao acontecimento.

Apesar de ser óbvia, a segunda pergunta foi preciso contextualizá-la dessa forma para que fossem respondidos quantitativamente os cursos de interesse dos participantes, conforme mostra a Tabela 03:

Tabela 03 – Quantidade de participantes por curso

Você está fazendo algum curso oferecido no evento?	Resultados
Gestão da propriedade	8
Licenciamento ambiental	8
Bovinocultura de leite	20
Fruticultura	9
Inseminação	10
Integração lavoura	7
Manutenção de máquinas	9
Olericultura/Hortaliças	17
Avicultura caipira	5
Piscicultura	25
Jardinagem	9
Processamento carnes	17
Processamento farinhas	15
Processamento artigos de leite	13
Processamento frutas/doces	5
Boas práticas	7
Boneca de pano	8
Sabonetes	6
Medidas geográficas	7
Informática básica	7
Agroecologia	8

Fonte: Autoria do pesquisador.

Diante desses números, pode-se entender que a diversidade de cursos é o resultado do interesse do homem do campo em aprender as práticas que envolvem o cotidiano da propriedade rural, além das oportunidades em adquirir formação que forneça renda extra à família. Tal como é mostrado através das fotografias (Figura 17 a 27) tiradas durante a 23ª Semana da Família Rural. Essa documentação fotográfica auxilia na amostragem do material impresso catalogado por meio do questionário. Representa a vivência dos participantes do evento, sejam eles alunos, proprietários rurais, famílias rurais, técnicos agrícolas e da Emater, professores do IFTM, entre outros, num processo de envolvimento com a aprendizagem e práticas responsáveis pelo desenvolvimento e ação transformadora, de eventos extensionistas como este, na realidade social de cada um. Conforme mostram as figuras 17 a 27⁹.

Portanto, através da documentação fotográfica foi possível mostrar as vivências dos

⁹ Figuras 6-27, ver Anexo 2.

participantes no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. A educação extensionista promovida pela 23ª Semana da Família Rural gera possibilidades no aumento de renda e geração de empregos que não só atendem as demandas do homem do campo, mas também, às das indústrias e comércio regional.

Dessa maneira, a avaliação positiva com relação ao evento supera as expectativas dos organizadores, de acordo com o que mostra a Tabela 04, em que o tópico “Excelente” recebeu o maior número de votos.

Tabela 04 – Avaliação objetiva dos participantes em relação aos cursos.

Qual a sua avaliação do curso?	Resultados
Excelente	123
Muito bom	88
Regular	7
Insatisfatório	-
Não respondeu	2

Fonte: Autoria do pesquisador.

Na pergunta “Você já participou de outras edições da Semana da Família Rural?” houve uma quantidade surpreendente de participantes que responderam o tópico “Não, é a primeira vez”, constituindo 108 pessoas, correspondendo a mais de 50% dos participantes do questionário. Com relação às respostas positivas foram elencadas de acordo com o número de edições do evento, ou seja, das 23 vezes que aconteceu a Semana da Família Rural responderam da seguinte forma:

Tabela 05 – Quantidade de participações no evento (por edição).

Sim, em:	Resultados
1ª edição	28
2ª edição	26
3ª edição	19
4ª edição	10
5ª edição	8
6ª edição	4
7ª edição	2
8ª edição	3
9ª edição	1
10ª edição	2
11ª edição	2
15ª edição	1
17ª edição	3
20ª edição	2

Fonte: Autoria do pesquisador.

Portanto, a 23ª Semana da Família Rural recebeu, em sua maioria, pessoas que não haviam participado anteriormente. Isso demonstra que ao longo dos anos, as necessidades de permanecer no campo de forma sustentável e independente aumentaram. Na vivência destas 23 edições foi constatado, segundo os relatos de participantes, que as famílias rurais, atualmente, não estão migrando para as cidades em busca de oportunidades devido ao fato de que o trabalho desenvolvido pelas entidades e instituições agrícolas, aos poucos, vem surtindo

o efeito almejado de criar condições de qualidade de vida no campo, não somente com a infraestrutura necessária (escolas, hospitais ou centros de saúde, bancos, cooperativas, entre outros), mas também, no que se refere às oportunidades de negócios e comercialização de produtos dentro da propriedade rural.

Com relação à questão “É proprietário de (ou trabalha em) pequena propriedade rural?” foram respondidos positivamente 165 questionários e a resposta “não” correspondeu a 53 pessoas, além de dois questionários estarem em branco nesta pergunta. Devido a isso, buscou-se detalhar o motivo pelo qual os produtores rurais se sentiram motivados a participar do evento e foi oferecido espaço para darem sugestões, conforme mostra a Tabela 06.

Tabela 06 – Avaliação qualitativa dos cursos da Semana da Família Rural.

Sim	Resultados
Os cursos oferecidos têm sido úteis na administração da propriedade rural	129
Estou razoavelmente satisfeito (a) com os cursos oferecidos	12
Não estou satisfeito (a) com os cursos oferecidos	05
Gostaria de sugerir novos cursos	19

Fonte: A autoria do pesquisador.

No que se refere às sugestões, cerca de cinco pessoas responderam que gostariam de participar de um curso sobre plantas medicinais e artesanato; corte e costura, produção de salgados, operador de máquinas e equipamentos agrícolas, produção de doces e manejo com a soja foram os cursos que obtiveram destaque duas vezes. Além destes, os participantes do questionário também ressaltaram a implementação dos cursos de: chocolate e bombons; bonsai; preservação parcial e total do meio ambiente; leite a pasto; GPS e geoprocessamento; designer ecológico; conservação de águas, matas e ar; reciclagem; pinturas; comercialização; vigilância sanitária; segurança no trabalho; produção de chinelos e de queijos; desidratação de alimentos; minhocultura; agricultura orgânica; bovino de corte; construção de instalações; criação de animais domésticos. Essa participação nas sugestões fornecem subsídios para que o IFTM e a Emater busquem implementar os cursos requeridos em edições posteriores.

Já na questão proposta “Se você já participou de alguma SFR anterior a esta, assinale quais foram as melhorias conseguidas após a realização de cursos oferecidos durante a Semana”, os questionários foram respondidos de acordo com o que os participantes do evento vivenciaram e buscavam durante o evento, apesar de que a maioria não respondeu (cerca de 38%). Nessa percepção, muitos elencaram mais de uma opção apresentada, conforme se pode observar:

Tabela 07 – Avaliação das melhorias obtidas pelos participantes após a SFR.

Se você já participou de alguma SFR anterior a esta, assinale quais foram as melhorias conseguidas após a realização de cursos oferecidos durante a Semana	Resultados
Melhor gerenciamento	44
Diminuição de custos	55
Aumento da renda	47
Aumento da produção	30
Aumento da produtividade	31

Melhor comercialização	27
Melhor condição de vida	46
Não respondeu	82

Fonte: Autoria do pesquisador.

Diante dessas respostas, pode-se entender que a necessidade de saber gerenciar o negócio, diminuir custo de produção, aumentar a renda da família e melhorar as condições da vida no campo foram os maiores destaques das respostas, já que em propriedades, como assentamentos, os produtores rurais que não buscam se unir para a formação de cooperativas, não recebem técnicos das instituições governamentais que dão suporte técnico, não conseguem apoio financeiro para financiar suas produções arrendam as terras para morar na cidade. Tratar a respeito de assentamentos remete a questões que se relacionam com a análise, planejamento e gestão de espaços rurais.

Nesse sentido, há de se buscar o entendimento de que os assentamentos são exemplos de processos de TDR (Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização) que, na reforma do campo, envolvem dimensões materiais e imateriais na organização e planejamento do espaço rural. Por isso, Oliveira (2007, p. 64) observa que: “a força do capital na atualidade encontra-se no monopólio do conhecimento e da informação”, em consequência, a legislação e projetos do Governo Federal, também, se tornam um impasse devido às exigências estruturais para oferecerem apoio, e sem este e o incentivo do Poder Público, os fazendeiros encontram outras dificuldades.

Na pergunta “Qual a razão que o levou a participar da 23ª Semana?”, os participantes responderam que:

Tabela 08 – Motivo em participar do evento.

Qual a razão que o levou a participar da 23ª Semana?	Resultados
Oportunidade de aprendizado, qualificação e aperfeiçoamento	180
Interesse específico pelo curso no qual está inscrito	40

Fonte: Autoria do pesquisador.

De acordo com a maioria dos participantes que responderam o questionário ter oportunidade de aprender, qualificar-se e aperfeiçoar-se é o principal motivo de estarem na Semana da Família Rural, já que o projeto visa justamente formar mão de obra para produções que atendam aos mercados regionais e, conseqüentemente, aumentar a renda das comunidades rurais. Nesse ensejo, os participantes buscam, também, aprender a utilizar equipamentos e informar-se a respeito das novidades do setor.

No que se refere à oitava pergunta “Suas expectativas quanto ao evento foram supridas?” foram respondidos positivamente 211 questionários e, negativamente, nove. As justificativas não são necessariamente críticas, mas sim, relacionam-se com as intenções de que o evento fosse mais longo, com cargas horárias dos cursos mais extensas, com maior quantidade de cursos, palestras e reuniões que possibilitassem a troca de experiência e o diálogo ativo e interacional durante esses acontecimentos. Esta questão tem total ligação com a última questão “Escreva aqui suas sugestões e críticas ao evento”, como é dissertativa e, devido a isso, tornou-se necessário elencar as respostas mais comuns dos participantes do questionário, apesar de que a maioria preferiu não respondê-la. Assim, conforme já foi ressaltado, pediram o aumento de carga horária para os cursos, a ampliação de duas edições do evento ao ano, a oferta de mais cursos e sugeriram melhorar a divulgação e infraestrutura

do local.

Diante do exposto, importa-se ressaltar que a 23ª Semana da Família Rural possibilita aos participantes um intercâmbio de experiências que direcionam-se na busca por melhorias no desenvolvimento do trabalho, da produção, dos negócios, da empregabilidade, dos aspectos financeiros, da relação com fornecedores e com o meio ambiente. As expressões advindas das pessoas que participaram de cursos neste evento são múltiplas, mas enobrecedoras, tais como “Foi muito bom!”, “Parabéns”, “Deveria aumentar o número de cursos oferecidos”, “Está sendo tudo de bom pra mim”, entre outros. O resultado prático é que os técnicos e demais agentes da Emater-MG recebem notícias da implantação de produções e projetos que foram aprendidos durante a Semana da Família Rural.

O pequeno produtor rural e suas famílias vivenciam situações sociais, econômicas, políticas e culturais devido à vida no campo, já que esse todo relaciona-se entre si e no formato espaço-tempo em que constitui uma expectativa com relação a obtenção de qualidade de vida. O uso da terra é cada vez mais normatizado e regulado face às exigências sociopolíticas, bem como ambientais. Por isso, tratar de maneiras assertivas de produção agrícola com sustentabilidade e independência são desafios que merecem ser discutidos com os agentes transformadores da educação para o campo, no caso deste estudo, a Emater-MG possui esta responsabilidade de buscar união entre as famílias rurais para que juntos possam discutir estratégias que irão auxiliá-los a melhorar sua estrutura de trabalho e de vida.

Os extensionistas precisam trilhar muitos caminhos para conceber os objetivos criados de acordo com as vivências no meio rural. Conforme se prestou entendimento, a Semana da Família Rural é um projeto que tende a emancipar e abranger todas as áreas relativas às demandas do campo como metodologia de ação extensionista, capaz de preservar e transformar valores das famílias rurais das comunidades e propriedades rurais.

A própria sequência de ofertas da Semana da Família Rural que em 2011 contava com a 23ª edição com 600 participantes e a média de respostas recebidas que demonstram satisfação e participação dos agricultores traduz ser um evento que está engendrado nas relações entre instituições de educação agrícola e as comunidades rurais de Uberlândia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tratar a respeito da Agricultura Familiar e Extensão Rural como prática transformadora atende ao que se pode chamar de necessidades do meio rural. A pesquisa teve como objetivo principal realizar a avaliação qualitativa e quantitativa do evento “Semana da Família Rural”, objeto do estudo, em sua 23ª edição, como metodologia de ação extensionista, capaz de preservar e transformar valores das famílias rurais das comunidades e propriedades rurais dos municípios de Uberlândia e Triângulo Mineiro. Além disso, buscou-se mostrar as demandas de aprendizagem das famílias participantes da Semana da Família Rural; avaliar as conquistas obtidas por estas famílias advindas de conhecimentos através do evento; verificar o grau de expectativa das famílias estudadas quanto à participação nas edições da Semana da Família Rural.

Por meio de um histórico a respeito das políticas públicas que são responsáveis por atender a Agricultura Familiar e instituições envolvidas, a dissertação teve também a intenção de mostrar a história do IFTM e como surgiu a ideia de se criar a Semana da Família Rural. Estes conteúdos foram fundamentais para que o estudo fosse o mais explícito possível em termos de objetivos a serem apresentados.

Portanto, é preciso reiterar alguns pontos que se constituem em conclusões importantes para este estudo de caso. Foi entendido que a Semana da Família Rural constitui um projeto de educação extensionista promovido pelo IFTM e Emater-MG que busca informar, ensinar, profissionalizar e oportunizar trocas de experiências entre professores do Instituto, técnicos da Emater, comunidade escolar e rural de Uberlândia e região originária das demandas surgidas no decorrer dos anos e discutidas entre representantes da Emater, sindicatos, cooperativas e associações de produtores rurais, professores e demais profissionais da equipe pedagógica do IFTM.

Como diagnosticado na pesquisa, percebe-se que existe alto percentual de agricultores familiares que participam deste evento para ter contato com os agentes da Emater no intuito de receberem assistência técnica e de gerenciamento. A necessidade de saber gerenciar o negócio, diminuir custo de produção, aumentar a renda da família e melhorar as condições da vida no campo foram os maiores destaques das respostas. A busca pela profissionalização também foi um aspecto bastante contundente nas respostas do questionário e a diversidade de cursos oferecidos pelo IFTM representa a demanda por esse interesse.

A Semana da Família Rural é um projeto anual de alcance regional que pretende contribuir com o fomento à pesquisa, ciência e educação extensionista para a Agricultura Familiar, setor que, apesar de ser subjugado, é o grande responsável pela produção agrícola no país, por isso, deve-se investir e implementar mais projetos direcionados a este.

Somente a partir da conscientização da importância da Agricultura Familiar para diversas áreas é que se cria a vontade em desenvolver este setor a partir de políticas públicas e educacionais que compreendem uma gama de opções de ensino para/no campo, contando com o preparo de extensionistas e pesquisadores da educação agrícola.

A Semana da Família Rural é uma prática educativa que tem na organização social seu ponto de partida e nos métodos participativos de planejamento e gestão, a base para a

estruturação e fortalecimento das formas e forças organizativas de agricultores. Esse processo participativo de planejamento e intervenção permite que os agricultores, suas famílias e demais atores sociais envolvidos se solidarizem para o enfrentamento e a busca de solução para os problemas comuns.

Num âmbito de desenvolvimento que envolve este evento, a Semana da Família Rural agrega intenções e força de vontade escolar e institucional (através da Emater, principalmente) para que a educação extensionista seja levada a sério pelas autoridades públicas, associações e instituições financeiras que devem sempre estar financiando projetos e iniciativas para que a Agricultura Familiar se desdobre em instâncias maiores no cenário nacional (em diversos setores), obtendo o verdadeiro reconhecimento e apoio para continuar existindo.

O Brasil pode e deve ser um exemplo na política de apoio à Agricultura Familiar de forma que estabeleça condições para que este setor continue a se desenvolver. Os métodos de orientação do extensionista devem ser repensados sob o enfoque de criar projetos e planejamentos que atendam à realidade de cada família. É preciso ter propósitos de transformar o meio rural e seus envolvidos em múltiplas dimensões sociais e ambientais sustentáveis apropriadas e que garantam o seu crescimento.

6 REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

AGÊNCIA CÂMARA. Agricultura Familiar – PEC vincula recursos do Orçamento à agricultura familiar. 08/03/2010. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/145626.html>. Acesso em: 01 dez. 2012.

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em extensão rural**: um manual de metodologia. Brasília, MEC/ABEAS, 1989.

ALTAFIN, Iara. Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. 26/04/2007. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar/CONCEITO%20DE%20AGRICULTURA%20FAM.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2012.

ANDRADE, M. R.; PIERRO, M. C. Di. As Aprendizagens e os Desafios na Implementação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: Andrade, M. R., et al. **A Educação na Reforma Agrária em Perspectiva**. Brasília: PRONERA, 2004, p. 37-57.

ARRUDA, Maria da Conceição Calmon; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de.; SILVA, Roberta Maria Lobo da. Superando Barreiras, tecendo experiências, construindo a Licenciatura em Educação do Campo na UFRRJ. In: **I Congresso Nacional Movimentos Sociais e Educação**, com o tema Movimentos Sociais e Educação na contemporaneidade: desafios e possibilidades. Universidade Estadual de Santa Cruz, 20 a 23 de agosto de 2012.

ASBRAER. Notícias. 2012. Disponível em: <http://www.asbraer.org.br/noticias-nacionais>. Acesso em: 28 nov. 2012.

BEATRICI, Alexandra Ferronato. **A educação de jovens e adultos: do legado histórico aos debates da década da educação**. Dissertação de Mestrado, da Universidade de Passo Fundo, defendida em 2009. Disponível em www.upf.br, Acesso em: 01 dez. 2012.

BONNAL, P.; XAVIER, J.H.V.; SANTOS, N.A. dos; SOUZA, G.L.C. de; ZOBY, J.L.F.; GASTAL, M.L.; PEREIRA, E.A.; PANIAGO JÚNIOR, E.; SOUZA, J.B. de. O papel da rede de fazendas de referência no enfoque de pesquisa - desenvolvimento: **Projeto Silvânia**. Planaltina: EMBRAPA - CPAC, 1994.

BOURDIEU, P. O capital social – notas provisórias. In: CATANI, A. & NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro, de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. Brasília: Gráfica do Senado, 1996.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** introdução aos parâmetros curriculares nacionais. MEC: Brasília, 1997.

_____. **Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro, de 2009.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Decreto/D6755.htm. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. **Decreto nº 7.352, 4 de novembro de 2010.** Pronera. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm. Acesso em: 25 jan. 2013.

_____. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12188.htm. Acesso em: 26 nov. 2012.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 26 nov. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Fundamentos teóricos, orientações e procedimentos metodológicos para a construção de uma pedagogia de ATER.** Brasília: MDA/SAF, 2010.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Família assentada da Reforma Agrária (Código 301). Disponível em: http://www.mds.gov.br/cgsgrupos_populacionais/textos/assentada_da_reforma_agraria.pdf. Acesso em: 05 jan. 2013.

BROSLER, Taísa Marotta; OLIVEIRA, Elizangela Rodrigues Lopes de; BERGAMASCO, Sonia Pessoa Pereira. Métodos na nova extensão rural no Brasil: caminho para a participação, de quem? In: **48º Congresso Sober** - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Campo Grande, 25 a 28 de julho de 2010.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público.** (Dissertação de mestrado). Santa Maria: UFRS, 1991.

_____. Bases para uma nova ATER pública. Santa Maria, 2003. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/Bases%20para%20uma%20nova%20ATER%20>

publica.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2013.

_____. A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público. UFSM, Santa Maria – RS., 1991. Disponível em <http://portal.mda.gov.br>, Acesso em 01 dez 2012.

COSTA, Rita de Cássia Marques; COSTA, Amaury Ribeiro. Assistência técnica e extensão rural: uma abordagem endógena de desenvolvimento no perímetro irrigado público federal baixo Acaraú. **Revista Homem, Espaço e Tempo**. Set., 2011. Disponível em: http://www.uvanet.br/rhet/artigos_setembro_2011/assistencia_tecnica_rural.pdf. Acesso em: 30 nov. 2012.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.4, p.50-60, out./dez. 2000.

CHONCHOL, Jacques. **O desafio alimentar - a fome no mundo**. São Paulo: Ed. Marco Zero, 1989.

DIESEL, Vivien; DIAS, Marcelo Miná. Fundamentos teórico-metodológicos da extensão rural – quais fundamentos? In: **2º Seminário Nacional de Ensino em Extensão Rural**. 1 a 3 de dezembro de 2010. Santa Maria – RS.

EMATER. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <http://ematerapodi.blogspot.com.br/2009/10/censo-agropecuário-2006-e-agricultura.html>. Acesso em: 22 dez. 2012.

_____. **A Emater de Minas**. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=2. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. Sistema Integrado de Gestão. **Planejamento estratégico 2007-2010**. Dez, 2007. Disponível em: <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/SIG/planejamento%20estrategico%20com%20capa.indd.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. **Atividades. 2012**. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=8. Acesso em: 30 out. 2012.

_____. Disponível em: http://www.emater.mg.gov.br/portal.cgi?flagweb=site_tpl_paginas_internas&id=21. Acesso em: 15 dez. 2012.

FERNANDES, B. M.; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do campo**. Mimeo, 2005.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Extensão ou comunicação?** Trad. Rosisca Darcy de Oliveira. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1992.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

FÁVERO, Osmar. Os movimentos de cultura e educação popular dos anos 60. In: **Simpósio Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador.** Universidade Federal do Espírito Santo e realizado em Vitória, nos dias 04 a 06 de setembro de 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GREGOLIN, Adriana Calderan; BOTELHO FILHO, Flávio Borges. **Custos de transação, incentivos e indivíduos.** 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/908.pdf> Acesso em: 30 nov. 2012.

GUEDES, Ítalo M. R. **Extensão rural: o elo que falta entre ambientalistas e produtores rurais.** 17/06/2009. Disponível em: http://scienceblogs.com.br/geofagos/2009/06/extensao_rural_elo_que_falta_e/. Acesso em: 02 mai. 2013.

IBGE. **Síntese de Indicadores 2009.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>. Acesso em: 05 dez. 2012.

_____. Notícias. **Agricultura familiar ocupava 84,4% dos estabelecimentos agropecuários.** 30/09/09. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1466&id_pagina=1. Acesso em: 03 dez. 2012.

IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <http://www.iftm.edu.br/instituto/index.php>. Acesso em: 02 dez. 2012.

INCRA. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/aceso-a-informacao>. Acesso em: 30 out. 2012.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KOLLING, E. J.; NERY, I.; MOLINA, M. C. **Por uma educação básica do campo (memória).** Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 1999.

LIMA, I. S.. A participação como estratégia no contexto da transição de uma nova prática da extensão rural para o desenvolvimento local. **Unirevista**, São Leopoldo, v. 1, n. 3, p.1- 9, jul. 2006. ISSN 1809-4651. Disponível em: <http://www.alaic.net/ponencias/UNIrev_SLima.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Relatório de Gestão: Secretaria de Agricultura Familiar.** Brasília, março, 2010. Disponível em: http://www.mda.gov.br/portal/arquivos/view/presta-o-de-contas/2010/RG_2010%20SAF_MDA.pdf. Acesso em: 01 dez. 2012.

_____. **Agroecologia**. Disponível em: http://portal.mda.gov.br/dotlrn/clubs/redestematicasdeater/agroecologia/one-community?page_num=0. Acesso em: 15 dez. 2012.

MEC. CONAE 2010. Conferência Nacional de Educação. **Documento Referência**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/conae/documento_referencia.pdf. Acesso em: 14 dez. 2012.

_____. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referências para uma Política Nacional de Educação do Campo - **Caderno de Subsídios**. Brasília, outubro, 2003.

MEDEIROS, J.X.; WILKINSON, J.; LIMA, D.M.A. O desenvolvimento científico e tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D.M.A. & WILKINSON, J. (org.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. In: **História Unisinos**, 14(2):188-196, Maio/Agosto, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo de aventura**: orientações básicas. Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MST. **Jornada Nacional de Lutas em Defesa da Educação e do Pronera**. 29/06/2009. Disponível em: <http://www.mst.org.br/book/export/html/107>. Acesso em: 10 dez. 2012.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estud. Avançados**. Vol. 15, n. 43, São Paulo Sept./Dec. 2001.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley; PRONKO, Marcela Alejandra; MENDONÇA, Sônia Regina de. **Dicionário da Educação profissional em saúde**. 2 ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.

NICOLA, Marcelo Porto. Ação extensionista e formação de capital social em projeto regional de desenvolvimento sustentável. In: **Rev. Bras. Agroecologia**, v.2, n.1, fev. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da geografia**. 5 ed. São Paulo: Contexto, 2007, p. 63-110.

OZELAME, O. et. al. O enfoque sistêmico na extensão: desde sistemas “hard” a sistemas “soft”. In: **Agrociencia**. Vol.VI, n. 2, p. 53-60, 2002.

PASTORE, José (Coord.) **Agricultura e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: APEC Editora S.A., 1973.

PEIXOTO, Marcus. Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem histórica da legislação. In: **Consultoria Legislativa do Senado Federal** – Centro de Estudos. Textos para Discussão 48. Brasília, out, 2008.

PLANALTO. **Decreto nº 7.255, de 4 de agosto de 2010.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7255.htm. Acesso em: 28 out. 2012.

PLOEG, J. D. Van der et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, out. 2000.

RAMOS, Marise Nogueira; MOREIRA, Telma Maria; SANTOS, Clarice Aparecida dos. Referências para uma política nacional de educação do campo. **Caderno de subsídios**. Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004.

ROCHA, A.G.P. et. al. Reflexões sobre “Extensão ou Comunicação?”, **Revista Extensão**, vol. 1, n. 1, jun. 2011, p. 47-53.

SACCO DOS ANJOS, F. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPPEL, 2003. 374 p.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. A educação do campo e o MST. In: **Seminário da NuFiPE**. UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

SECAD/MEC. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, fevereiro de 2007.

SILVA, P. F. **Estudo dos Rumos e Tendências Gerais das Instituições Públicas de Extensão Rural e os Desafios da sua Reestruturação em Santa Catarina**. 2000. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2000.

SILVA, José Vicente P. Cardoso da. **Extensão rural no Brasil e Proletarização na Agricultura** – Desmistificação de um Discurso. Santa Maria – RS, Dissertação de mestrado no CPGER – UFSM, 1986.

SILVA FILHO, José Brandt. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. 2005. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em: 02 dez. 2012.

SANTIAGO, Anna Rosa Fontella. Pedagogia Crítica e Educação Emancipatória na Escola Pública: Um Diálogo Entre Paulo Freire e Boaventura Santos. In: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/225/217>. Acesso em: 02 dez. 2012.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação e Cidadania nos Assentamentos de Reforma Agrária: Projetos, Possibilidades e Limites**. Florianópolis, SC: UDUFSC, 2002.

SPIES, Airton. Perspectivas e Desafios para a Sustentabilidade da Agricultura Familiar. In: **Seminário Regional do PAA**. Lages, 21 mai. 2008.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da Agricultura no Brasil: Impactos Econômicos, Sociais e Ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

TEIXEIRA, Edival Sebastião; BERNARTT, Maria de Lourdes; TRINDADE, Glademir Alves. Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa. **Educ. Pesquisas**. vol. 34, nº 2, São Paulo, maio/ago. 2008.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. **Journal of Rural Studies**, Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

TURCHIELO, Luciana Boff. **Estudo das percepções de educação ambiental entre os extensionistas rurais da Emater/RS na Região do COREDE/Centro**. 2003. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural. 2003. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

WERNECK, V. R. Sobre o processo de construção do conhecimento: O papel do ensino e da pesquisa. **Ensaio: aval. pol. públ. Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 51, p. 173-196, abr./jun. 2006.

7 ANEXOS

Anexo 1



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - Campus
Uberlândia / EMATER-MG
Avaliação da Semana da Família Rural

QUESTIONÁRIO

Nome: _____ Idade: _____
Profissão: _____ Município: _____ Data: ___/___/___

1) Como você tomou conhecimento da Semana da Família Rural?

- Através da divulgação do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (antiga Escola Agrotécnica)
 Através da divulgação da EMATER-MG
 Outros _____

2) Você está fazendo algum curso oferecido no evento?

3) Qual a sua avaliação sobre o curso?

- Excelente
 Muito Bom
 Regular
 Insatisfatório

4) Você já participou de outras edições da Semana da Família Rural? Qual(s)?

5) É proprietário de (ou trabalha em) pequena propriedade rural?

- Os cursos oferecidos têm sido úteis na administração da propriedade rural
 Estou razoavelmente satisfeito (a) com os cursos oferecidos
 Não estou satisfeito (a) com os cursos oferecidos
 Gostaria de sugerir novos cursos: _____.

6) Se você já participou de alguma SFR anterior a esta, assinale quais foram as melhorias conseguidas após a realização de cursos oferecidos durante a Semana:

- Melhor gerenciamento
 Aumento da produtividade
 Aumento da produção

- () Diminuição de custos
- () Aumento da renda
- () Melhor comercialização
- () Melhor condição de vida
- () Outras

7) Qual a razão que o levou a participar da 23ª Semana?

- () Oportunidade de aprendizado, qualificação e aperfeiçoamento.
- () Interesse específico pelo curso no qual está inscrito.

8) Suas expectativas quanto ao evento foram supridas?

9) Escreva aqui suas sugestões e críticas ao evento:

Anexo 2



Figura 6 – Primeiro dia da Semana da Família Rural – credenciamento.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 7 – Em busca da conscientização da gestão e planejamento rural: saberes dentro de uma nova perspectiva.

Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 8 – Credenciamento: primeiro momento da Semana da Família Rural.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 9 – Semana da Família Rural: prática extensionista transformadora.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 10 – Agricultores e famílias rurais assistindo curso durante a Semana da Família Rural.

Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 11 – Feira de produtores durante a Semana da Família Rural, oportunidade de profissionalização.

Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 12 – Chegada dos participantes na 23ª Semana da Família Rural.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia



Figura 13 – Abertura da 23ª Semana da Família Rural.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 14 – Participantes assistindo a abertura da 23ª Semana da Família Rural.
Fonte: IFTM – Campus Uberlândia.



Figura 15 – Participantes na hora do lanche, confraternização e troca de experiências.
Fonte: IFTM Campus Uberlândia.



Figura 16 – Participantes da 23ª Semana da Família Rural na hora almoço.
Fonte: IFTM – Câmpus Uberlândia.



Figura 17 – Aula do curso de derivados de cana-cachaça.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 18 – Momento do curso de processamento de frutas/doces cristalizados.
Fonte: A autoria do pesquisador.



Figura 19 – Aula do curso de processamento de derivados de carne/embutidos.
Fonte: A autoria do pesquisador.



Figura 20 – Aula do curso de sabonetes caseiros.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 21 – Aula do curso de fruticultura.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 22 – Aula do curso de processamento de derivados de leite.
Fonte: A autoria do pesquisador.



Figura 23 – Curso de processamento de derivados de carnes/defumados.
Fonte: A autoria do pesquisador.



Figura 24 – Momento do curso de inseminação artificial.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 25 – Momento do curso de jardinagem.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 26 – Aula de confecção de bonecas de pano.
Fonte: Autoria do pesquisador.



Figura 27 – Curso de derivados de farinhas e farináceos.
Fonte: Autoria do pesquisador.